

UBIRAJARA ROCHA

PEQUENA
HISTÓRIA
DA CIVILIZAÇÃO
PINHALENSE



PINHAL
1964

UBIRAJARA ROCHA

Ho. do. Rui Fernandes
Ilustre autoridade
policia, para seu
fim, conhece o ordm
da terra pinhalense,
ofereço esta obra de
Christovs Rocha

PEQUENA

HISTÓRIA

DA CIVILIZAÇÃO

PINHALENSE

Sessão solene
da Câmara Municipal
aos 08/12/79



PINHAL

1964

A Laurindo Marques Júnior, jornalista cujo espirito
deza brocha na conceição dos mais puros e elevados ideais, cujo prestigio
emana de seu sentimento de justiça e de sua simpatia ativa, o Autor
o angloria-se de poder ofertar este modesto e despretencioso esboço de
historiografia municipal, escrito sobre sua bela e progressista terra natal.

Este pequeno livro foi escrito com a esperança de dar nascimento a outras obras cada vez menos imperfeitas.

Pensamos que a glória maior a que pode aspirar o autor de um livro é a de procecar a composição de outros livros, mais densos e melhores.

Cabe pois, aqui, a preciosa advertência de William Walker Atkinson :

«Em verdade, nós nada podemos completar. Outros principiam onde paramos e levam nossa obra a um grau mais elevado de perfeição. Temos que apresentar, aos que chegam depois de nós, um designio digno de imitação».

E de Edmond Picard é a sábia ponderação :

«O maior elogio que merece um livro é preparar outros melhores».

U. R.

Os originaes desta obscura e desambiciosa tentativa de narrar a História de Pinhal estiveram, em fins do ano de 1946, em mãos do cap. Gentil Ribeiro de Oliveira Mota, Dr. Abelardo Vergueiro Cesar e Dr. Francisco Alvares Florence.

Originaes datilografados, não revistos nem corrigidos pelo Autor, os quais receberam por parte daqueles illustres filhos de Pinhal, escritas de próprio punho e lançadas no verso das laudas encadernadas, anotações e comentários os mais valiosos, úteis e conscienciosas informações, que, aproveitadas, acham-se disseminadas ao longo dos capitulos do presente livro.

A esses distintos pinhalenses portanto — eméritos sabedores da história local, dois dos quais infelizmente já arrebatados do mundo dos vivos — vangloria-se o Autor em poder externar aqui os seus mais profundos e sensibilizados agradecimentos, mostrando-se extremamente reconhecido pelos auxilios, pelos favores e estímulos que deles teve a honra de merecer e receber.

A eles deixo aqui o acento e a expressão de meu apreço eterno.

U. R.

. . . «Pois a não ser que se admita uma «ossificação chinesa da vida mental da humanidade» — a expressão é do próprio *Max Weber* — os homens se farão sempre perguntas novas sobre a vida que têm vivido».

Gilberto Freyre, «Sociologia», 2.º vol.

«Só podemos ver o passado do alto de nosso promontório, com sua perspectiva particular que deforma os objetos longínquos».

Pierre Moreau

INTRODUÇÃO

«A história, como o drama e como o romance, é filha da mitologia. É uma forma particular de compreensão e de expressão, onde — como nos contos de fadas de que as crianças tanto gostam, e nos sonhos próprios de adultos «sofisticados» — não foi traçada a linha de demarcação entre o real e o imaginário. Disse-se, por exemplo, da *Iliada*, que quem a lê como narrativa histórica lá encontra a ficção, e que, pelo contrário, quem a lê como lenda lá depara com a história.

A este respeito, todos os livros de história se assemelham à *Iliada*, pois não podem eliminar completamente a ficção. O simples fato de escolher, de arranjar e representar os fatos constitui uma técnica que pertence ao domínio da ficção . . . »

Arnold J. Toynbee, *A Study of History*

INTRODUÇÃO

Antes de encetarmos a exposição d'este modesto ensaio, seja-nos permitido traçar aos leitores algumas explicações necessárias, imprescindíveis ao perfeito entendimento de seu conteúdo.

Primeiramente, este opúsculo não é um tratado histórico, mas um estudo sucinto e simplificado dos fatos e tradições do passado pinhalense, construído com um método superior às informações fornecidas pela geografia descritiva, pela onomástica e pela cronologia, que são orientações exatas mas notoriamente insípidas, secas e descarnadas. Os relatos de leitura penosa e fatigante, os arquivos, as pinturas de costumes, as coleções de jornais antigos, os livros de atas e documentos, cujas pacientes e minuciosas pesquisas constituem o encanto e as delícias dos cronistas monótonos e superficiais, nós não os desprezamos mas apenas os transformamos em fontes de consulta, tomada esta palavra no mais largo sentido cultural, não os compreendendo apenas como simples muléttas para a explanação e sustentação de teses. Esse material denominado «histórico», na acepção tradicional, didática, copioso em dado sentido e omissivo em outro, acha-se depositado, acumulado no pó dos arquivos, e ali deve permanecer e continuar cumprindo sua missão específica, que é a missão de abastecer os historiadores lineares, ligeiros, horizontais. Esse frio manancial, entretanto, já nutriu conscienciosos e esmerados estudos, como o de MOREIRA PINTO, ameno divulgador dos fastos pinhalenses, já alimentou duráveis e proveitosas publicações, como o Almanaque de ANTÔNIO TOMAS PACHECO LESSA e TÚLIO DE CAMPOS, trabalho este vasado em estimável e esculpida redação e que, embora de elaboração desigual e apressada, não encerra nenhum escôpo laboriosamente comercial, como o «Anuário», de ICLÉRICO GOMES, ou o «Album de Espírito Santo do Pinhal», de JOÃO NETO CALDEIRA, ambos inçados de anotações esparsas, de subsídios dispersos, de achegas fragmentárias, de fatos simplesmente justapostos, versando o primeiro sôbre vários municípios e distritos vizinhos de Pinhal, sem nenhum cuidado propedêutico.

Releva ponderar, ainda, que a matéria — História de Pinhal — tem sofrido, através dos anos, um extenso tratamento jornalístico, não científico, além de numerosos esbôços em revistas e folhêtos. Dêsse emaranhado de contribuições um trabalho se impõe, com segurança: o «Nossa Terra e Nossa Gentes», de autoria do saudoso ERNESTO RIZZONI, trabalho farto e bem concatenado. Nosso intuito, porém, foi o de elaborar uma monografia sêria, densa, situada dentro do espírito científico que preside os conhecimentos modernos. Nosso objetivo foi o de apresentar uma síntese orgânica, forte, poderosa, uma história substantiva da civilização de Pinhal,

não uma simples história de histórias. Uma síntese dirigida por um senso crítico elevado, filosófico, não detalhista, dos fatos e do contínuo trabalho das gerações pinhalenses. Trata-se de um escorço lúcido e compreensivo, de uma construção raciocinada e refletida, traçada com amplas vistas de conjunto, embora sem deixar de solicitar docemente os textos, como diz RENAN. Este livro é, pois, teoricamente inatacável: ele visa preparar eficazmente soluções definitivas, buscando amparar-se no rigor verdadeiramente ideal das apreciações e conclusões da ciência moderna, construindo uma realidade histórica pura e sem mescla com o socorro das evidências invencíveis.

* * *

Dito isto, elucidemos o que entendemos por — civilização pinhalense.

Antes de mais nada, não levantaremos nem cogitaremos de nenhuma controvérsia erudita a respeito de cultura e civilização, como as de SPENGLER, FROBENIUS, MARX, ORTEGA Y GASSET, BERDIAEFF e demais chamados filósofos da cultura; baste-nos indicar que Pinhal possui tanto uma como outra, com característicos próprios e bem definidos. Pinhal apresenta, como todos os agrupamentos humanos superiores, governados pela razão, pelo direito e pela moral, firmes e progressivos processos históricos e sociológicos, sendo uma coletividade transbordante de personalidade, não só no apertado âmbito local, na larga esfera regional, como no amplexivo cenário nacional. Pinhal, como poucas cidades e municípios do Brasil, existe como uma realidade viva, como uma entidade plástica e palpitante, acompanhando de perto, quase desde a origem, todos os grandes movimentos revolucionários sociais, econômicos e políticos do país, seguindo sem fadiga e sem enfado todos os fenômenos culturais e evolutivos da nação.

As interpretações a respeito do complicado e perplexivo problema das relações existentes entre cultura e civilização, além de numerosas, pessoais ou unilaterais, são moveidias, flutuantes, nebulosas. Não despermencionemos, apenas, que esposamos o mesmo conceito do eminente publicista patricio AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO, quando declara que — civilização é a forma pela qual a experiência cultural se realiza, é a segunda etapa do processo cultural, ou melhor ainda, a civilização é a cultura, realizada pela técnicas. (Note-se que, aqui, a palavra «técnica» é empregada no sentido instrumental, não na acepção genérica, spengleriana ou alemã).

O eminente GILBERTO FREYRE, no 1.º volume de sua «Sociologia» escreve:

«É clássica a definição de cultura, — no seu sentido antropológico ou sociológico — de TYLOR: «aquêle todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, lei, costumes, e outras muitas capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade». O Professor FOLSOM salienta o caráter artificial da cultura: «o total de tudo quanto é artificial — o equipamento completo de instrumentos e hábitos de

vida inventados pelo homem e transmitidos então de uma geração a outras. Este é, pois, o caráter artificial ou convencional da cultura.

O mesmo Autor ainda explana:

«Alguns sociólogos mais modernos — um deles o Professor E. CHALUPNY, de Praga — não hesitam em definir a sociologia como a ciência que tem campo de estudo a «cultura» ou a «civilização». Mas a definição é vaga, não estabelecendo êles distinção nenhuma entre o campo de estudo da sociologia e o da antropologia e da história culturais e da geografia humana. É que essa distinção, na verdade, só se torna nítida, pelo contraste do método e do objetivo sociológico com o objetivo e o método da antropologia social e cultural, da história social e cultural e da geografia humana. Pois quem diz cultura ou civilização diz formas e processos e diz conteúdos, dos quais é certo que nem sempre podemos destacar ou desgrudar as formas e os processos, segundo o desejo de SIMMEL, sem destruir a vida do conjunto ou da totalidade». (A expressão de CHALUPNY, — o «estreito de Praga», sum dos maiores sociólogos europeus de nossos dias — a que FREYRE se reporta é: «La sociologie est la science qui a pour objet l'étude de la civilization ou cultures»).

A civilização se distingue da cultura, como a causa se distingue do efeito. Cultura é a teoria, civilização é a prática; uma é idéia, outro ato, uma é concepção, outra produção; uma é idealidade, outra realidade. A técnica coexiste com a civilização, ambas são resultados gêmeos da cultura, e o chamado «progresso» é a incessante modificação dos elementos culturais.

Vemos, portanto, à luz dêstes dados abstratos, que Pinhal possui cultura, que Pinhal possui civilização. Pinhal é, no espaço e no tempo, fruto da inteligência e da vontade de suas magníficas gerações, filho da sensibilidade e da atividade empreendedora de sua rica vegetação humana, que edifica sem parar a harmoniosa arquitetura de seu futuro.

* * *

Além dos complexos fenômenos da cultura e da civilização, examinemos e fixemos também, embora periféricamente, o que compreendemos por — história e progresso.

No sentido moderno da palavra, a história e a sociologia são ciências irmãs, são províncias do saber humano que mutuamente se condicionam e se completam. Exclusivamente perdida no seio de uma multidão de fatos e datas, com desprezo das pesquisas e conclusões sociológicas, a história deixa de ser história, para tornar-se meramente crônica. Analisar, comparar, explicar as narrações, eis os característicos principais da história científica.

No estudo científico das sociedades, outro relevante aspecto que deve ser encarado com muita seriedade é o que tange ao progresso. Os problemas do progresso apresentam uma grande complexidade, ostentando múltiplas faces: econômicas, psicológicas, naturais, biológicas, religiosas.

Nenhum livro de verdadeiro caráter histórico pode prescindir da sociologia do progresso. A escola e a adoção de um ponto-de-vista ou de um critério nesta matéria é que faz o tormento dos historiadores e sociólogos, porque numerosas são as concepções que se elaboram em torno da problemática do progresso. Todas as escolas sociológicas, todas as correntes de pensamento sociológico apresentam uma teoria, a sua teoria para explicar esse magno problema social.

Tentaremos esboçar, esquematicamente, o inventário das diversas teorias existentes sobre o progresso. ARISTÓTELES, dentre os filósofos antigos admite que o progresso é o efeito de uma tendência universal para a perfeição, é um estado contendo outro estado, sempre mais aperfeiçoado que o anterior. BOSSUET, chefe da escola teológica, diz que o progresso é guiado pela Providência Divina. A escola idealista, representada por VOLTAIRE, HOLBACH, SCHELLING e HEGEL fundamentam o progresso na opinião falsa ou errada dos homens. BUCKLE, epigono da escola naturalista, afirma que o progresso é o resultado do ambiente geográfico, dos fatores naturais, como o meio, o clima, a terra, a nutrição, etc.. A escola econômica, cujos conífeus são MARX, ENGELS, PLEKANOV, pontifica que o progresso é o resultado das relações de produção entre os homens, relações que se determinam pelo estado das forças produtivas. O fato econômico é, para esta escola, a matriz ideológica da doutrina; o fato econômico é o «sub-solo do mundo social», segundo LORIA, é um «fenômeno de nutrição das sociedades, consoante DE GREEF. Diz JOAQUIM PIMENTA, resumindo e comentando a teoria socialista — teoria que é uma doutrina puramente econômica e sem nenhum matiz ou colorido político — que «uma sociedade é tanto mais progressista e melhor organizada, quanto mais extensiva a distribuição dos meios de subsistência aos indivíduos que a constituem».

Para AUGUSTO COMTE, chefe da escola positivista, progresso é o dinamismo da ordem, isto é, da organização. Os sociólogos organicistas, como SPENCER, consideram o progresso como sendo idêntico ao crescimento biológico. Finalmente, os darwinistas pretendem que o progresso das coletividades é engendrado pelas lutas, tanto internas como externas, dos grupos sociais.

TURGOT e CONDORCET revelam-se grandes ideólogos do progresso, acreditando na perfectibilidade indefinida do progresso, do homem e da civilização.

Em nossos dias, o Professor CHALUPNY defende a teoria da relatividade do progresso, tipo de «Lei sociológica» que consiste, no resumo de GILBERTO FREYRE, «em considerar o progresso uma sucessão de deslocamentos de centros de gravidade da cultura no espaço sócio-cultural e às vezes no físico-social, no tempo social e às vezes no cronológico sem que esses deslocamentos importem em aperfeiçoamento absoluto ou universal da cultura».

Mas... terá «leis» a sociologia? Respondemos com GILBERTO FREYRE:

«Com efeito, não há leis sociológicas que dêem à sociologia qualidade de ciência castiça ou completa. Somos dos que pensam que existem

em sociologia «leis» de validade relativa ou limitada, inclusive algumas das estabelecidas por MARX e ENGELS para a moderna sociedade capitalista. Mas não leis puras, como as físicas e as astronômicas. Entretanto, há sociólogos que julgam haver leis sociológicas já definidas e de vigor ou validade universal iguais às das leis físicas ou naturais.

Diz, ainda, o mestre de Apipucos:

«Há, estabelecidos, princípios sócio-filosóficos ou sociológicos-históricos, dos quais é possível que se desenvolvam princípios puramente sociológicos». E logo adiante: — «Tem (a sociologia) destacado tendências e probabilidades na vida social e no comportamento do homem como pessoa social e criador e conservador de culturas. Mas não leis sociológicas que correspondam às leis das ciências naturais puras. Essa sua incapacidade para estabelecer leis que tenham de início a validade universal daquelas em que se apoiam as ciências naturais talvez seja, ao contrário do que pensa LUNDBERG, insuperável: uma condição do seu caráter — pelo menos atual — de ciência mista: natural e cultural».

Frize-se agora, no remate deste parágrafo, que não esposaremos, no desenvolvimento deste trabalho, nenhum conceito especializado de progresso: adotaremos, entretanto, todas as concepções acima ligeiramente expostas, perfilhando o que elas têm de admitidamente verdadeiro e aceitável, pôsto que elas resumem em sua essência todas as formas normais, todas as múltiplas fisionomias do progresso.

* * *

Já vimos que este ensaio não é uma exaustiva investigação intelectual de narrativas, episódios e datas, uma cansativa recolha de fatos e documentos congelados nos arquivos ou soterrados no seio confuso da chamada «tradição oral»: sua aspiração básica consiste em ser «ao mesmo tempo uma explicação do passado e uma indicação do futuro».

Não é uma mistura de ficção e verdade, como certamente agradaria aos romancistas históricos; não é uma paciente exploração no cipó da lenda, no museu da tradição escrita, no complexo labirinto dos depoimentos pessoais, como decerto apeteria ao historiador convencional; mas o que ele busca é reanimar épocas defuntas, períodos extintos, a fim de extrair deles um sentido original, vivo, orgânico, contemporâneo, atual. Além disso, na sua composição não se denuncia nenhum laivo, nenhum vislumbre de boswelism, ou doença da admiração; na sua textura não se trai nenhum indício de sabedoria ambiciosa, destinada a lisongear as galhardas e víçosas gerações presentes ou a envaidecer as multidões morais do futuro. Por isso, não se afirma, enfaticamente, que nosso intento foi o de somente colorir frases sem substância histórica, foi unicamente o de despejar fatuidade em petulantes exercícios de química verbal, foi apenas o de imprimir leves tintas de verdade às palavras besuntadas de presunção ou ungidas de filosofismo bastardo e superficial.

A despeito de se revelar pouco inteligível às multidões apedeadas, somente a grande arte poderá dar vida, graça, sedução, colorido e har-

monia ao augusto e poderoso assunto d'êste livro, cujo precioso tema certamente empolgará o escritor de talento, forçosamente arrebatará o historiador de gênio, necessariamente deslumbrará o sociólogo de verdade. Esta será a grandiosa tarefa do futuro, a empresa gloriosa do porvir, a missão que irá desabrochar em grandes palavras e em grandes livros.

Sim, sem dúvida, a história de Pinhal será desenhada e retocada com apuro e lucidez, por historiadores que sejam igualmente sociólogos e que possuam uma autêntica capacidade de investigação minuciosa do material histórico, que sejam genuínos técnicos de indagação da realidade humana e social. A história de Pinhal terá o seu POLIBIO, que vai nascer das brumas da posteridade, terá o seu TACITO, que vai surgir dos abismos do futuro, terá o seu PLUTARCO, que vai emergir das profundezas vertiginosas do porvir. E somente então, Pinhal será inteiramente compreendida por seu povo. O homem de inteligência e de cultura de amanhã, o esmiuçador arguto e inteligente da vida histórica de Pinhal, dominado por um ideal austero, com lucidez de espírito e tranquilidade de coração, corrigirá e embelezará a realidade histórica, escrevendo indelévelmente a êste povo generoso tôdas as histórias de sua terra: a história política, a história econômica, a história social, sem omitir a história estatística, a história financeira, a história administrativa, tôdas mescladas à história eclesiástica, à história pitoresca ou anedótica, à história de seus prefeitos e dos seus varões ilustres.

Esta é a História monumental que Pinhal reclama e que Pinhal espera... uma História verdadeiramente sociológica, semelhante à que, da cidade antiga, fez FUSTEL DE COULANGES...

PRÉ-HISTÓRIA

No flanco moreno, nas ásperas abas das serranias azulinhas da ondulada Mantiqueira, repousa, formoso e encantador, o pequeno chão da linda cidade paulista de Pinhal.

As origens históricas desta cidade perfeita jazem envoltas em pesada obscuridade, impenetrabilidade que se pode comparar à pré-história individual, escondida, perdida nas origens tenebrosas da vida. Completamente afundadas no espesso nevoeiro do passado, erçadas de dificuldades supremas e aparentemente insuperáveis, suas raízes desafiam a argúcia dos pesquisadores, fustigam a sagacidade dos críticos históricos, impacientes por desvendar-lhes a fisionomia misteriosa e enigmática. Pouco ou quase nada se conhece a respeito dessas origens cinzentas e obscuras. Essas sombras se adensam, mórmente no tocante à indagação histórica, de relêvo culminante e de interesse bastante especial, que é a de se saber quais foram os proprietários, ou sesmeiros, das terras historicamente pinhalenses, que antecederam os primitivos doadores. Documentos inexistem para iluminar estas básicas e fundamentais investigações, ou porque malbaratados pela incúria dos homens, ou porque destruídos na passagem do tempo; memórias não foram escritas sobre êsses fatos; dados e subsídios escasseiam ou apresentam-se despidos da mais elementar valia, pôsto que confusos e contraditórios os que acaso remanesceram e chegaram até nós.

Em suma, ao se pretender compôr ou narrar a história d'êste turvo e denso período, mais do que à verdade, é à imaginação e aos seus idealizados relatos que se deverá socorrer ou apelar com frequência. Tudo indica, pois, que a cabal decifração d'êste passado remotamente provavelmente permanecerá dificultada senão encoberta pelas névoas da lenda e da fábula: dúvidas e incertezas cercarão êsse passado, escassamente esclarecido até mesmo pelas impressões longínquas e fugidias oriundas das incoerentes narrativas fornecidas pelos chamados «antigos moradores do lugar», isto é, pela tradição oral, pela história memorizada, pelas reproduções necessariamente inexatas da realidade histórica. É extremamente falha essa história transmitida de pais a filhos, legada de geração a geração; são transmissões históricas nas quais pululam detalhes que se atenuam e se apagam, pormenores que se exageram, se inventam e se deformam.

Sômente o legítimo historiador, o especialista ou o técnico da pesquisa histórica, sômente o que é portador da «lógica da imaginação», de que nos fala CROCE, conhecedor profundo do processo de investigação crítica, sabendo aplicar o seu oposto, que é a poetização ou idealização dos acontecimentos históricos — será capaz de dar forma e cor a êsse período nebuloso e obscuro, será capaz de representar e reconstituir os fatos e os

sêres que se movem nessa fase intrincada da história pinhalense, dando sentido e espírito de vida a essas remotas e inapreensíveis realidades. É quase impossível recolher, recompor ou reconstruir a verdade perdida e afogada nêsse labirinto de lendas e ficções. Todavia, é de justiça reconhecer que dêsse acêrvo de notas e esclarecimentos, dêsse espólio de inexactidões e falsidades muitas são as informações verdadeiras e dignas de fé, porque apresentadas livres das impurezas da mentira, da invenção, do embuste e da fértil fantasia das épocas. É apoiado na autenticidade rigorosa dêsses informes que gisaremos, agora, breve notícia ou dissertação sobre essa fase neoventa, sobre essa noite pesada e sem estrelas, na qual raro é vislumbrar-se sequer um morno luz indeciso. A essa rápida explanação damos o nome de — pré-história de Pinhal...
* * *

Diz RONALD DE CARVALHO que — «se o século XVII pode ser considerado como o da defesa do litoral contra a sanha dos estrangeiros cubiçosos, o século XVIII deve ser o da conquista do sertão, contra o indígena bárbaro e a natureza selvagem». Dai foi aventada a hipótese de que os bandeirantes, em suas arrojadas e repetidas monções, de certo haviam pôsto os pés andarilhos e velozes nas terras de Pinhal; e de fato, apurou-se que, já antes do ano de 1700, o território, atualmente ocupado por Pinhal, era conhecido e percorrido pelos altivos «super-homens do deserto», os quais sempre à procura de pepitas de ouro, minas de prata, tesouros e metais preciosos, corriam em direção às regiões alcantiladas das Minas Gerais ou aos campos auríferos de Goiás.

Este trecho do mapa da Capitania era formado de sertões ainda não palmilhados por ninguém, era povoado de traíçoeres e incontáveis perigos, era habitado por feras e silvícolas, sendo que êstes últimos se mostravam mais ferozes e bravios do que aquelas, quando na defesa de suas terras ou propriedades devastadas. Entretanto, todos êstes perigos e percalços desapareciam ante o poderoso instinto de aventura dos bandeirantes, eclipsava-se ante o nomadismo heróico daqueles homens de vontade de aço, sumia ante o impulso tenaz, a audácia triunfante e inquebrantável daquelas criaturas de intrepidez excepcional, cuja instintiva coíbia pelas riquezas os impeliava a essas destemerosas travessias, embrenhando-se pela espessura hostil das florestas, em cujo seio enfrentavam, além dos ataques dos índios e dos animais carniceiros, inimigos invisíveis e desorganizados. O bandeirante jamais se atemorizava em lutar com a feroz natureza, com o horror telúrico e com o «fatalismo impiedoso das suas forças indisciplinadas»...

O bandeirante — diz CANDIDO MOTA FILHO — é «o autor da primeira e comovedora tragédia da formação brasileira»; êste atrevido criador de cenários, cujo simil se encontra no audacioso e valente «pioneer» americano, denodadamente enfrentava e varava o sertão bruto, que era «o centro solar do mundo colonial», na exata expressão de ALCANTARA MACHADO. Na linguagem de AZEVEDO AMARAL, o bandeirismo, ou penetração continental das bandeiras, recebe o nome de «drama das bandeiras» de «epopéia bandeirista». As bandeiras, partindo do altiplano paulista

ou dos campos de Jaraquá, desdobravam-se por todo o país, cruzando-o façanhosamente em todos os rumos e direções, demandando-lhe os pontos mais longínquos e desconhecidos, violando destemidamente a linha demarcatória estabelecida pelo Tratado de Tordeilhas, semeando núcleos estáveis e bérços de futuras povoações, freqüências, vilas e cidades pelas terras que desbravavam, e, sobretudo, dilatando corajosamente suas fronteiras, o que impediu que o Brasil viesse a se confinar num estreito território como o das demais nações sulamericanas.

O bandeirismo — capítulo empolgante da história pátria já ampla, erudita e suficientemente estudado por BASILIO DE MAGALHAES, WASHINGTON LUIS, TEODORO SAMPAIO e outros ilustres historiadores — criou o Brasil própriomente dito, firmando juridicamente o uti possidetis de enormes áreas territoriais no centro do continente, conquistando terras que, antes, eram res nullius, terras de ninguém. Isto confere aspecto peculiar às incursões ou expedições bandeirantes, cujo paralelo histórico nós só vamos encontrar nas razzias árabes, empreendidas e levadas a efeito em múltiplos rumos e direções do continente africano. É para notar, todavia, atingido êste ponto de nossas considerações que essa fecunda atividade dos bandeirantes era executada sem o mais leve lampejo de pensamento político. Eram os bandeirantes, sem o querer, os mais audazes civilizadores...
* * *

Retomando o fio de nossa exposição, vimos, em linhas precedentes que, relativamente ao bandeirismo, as valentes e audazes associações de homens, chamadas «bandeiras», umas partiam para Minas Gerais e outras rumavam para Goiás. As primeiras, que eram formadas na sede da Capitania, dirigiam-se para o Juqueri, transpunham o Morro do Lopo e, após escalar o final da Serra Negra, alcançavam a superfície hoje incorporada ao município de Pinhal. Atingido êste ponto, a via ou a estrada usada pelos denodados sertanistas se bifurcava em duas ramificações: a que seguia para Ouro Fino e a que indicava a rota para Baependi, Aiuruoca, etc. As bandeiras, cujo itinerário era a marcha para Goiás, eram ordinariamente organizadas no Rio de Janeiro ou em São Paulo. As que partiam da capital da Colonia, caminhavam pela Serra da Mantiqueira, pelo Morro do Lopo, atravessavam as atuais divisas pinhalenses entre São Paulo e Minas, e, aungindo o Rio Pardo, mergulhavam nas rudes sertanias goianas. As segundas, estas iniciavam suas jornadas do Cubatão de Santos, ultrapassavam a sede da Capitania, alcançavam e deixavam para trás Jundiá, Itapêma, Atibaia, Jaguari (atual Bragança), Mogi-Mirim e Mogi-Guaçu, etc., até encontrar o Rio Grande, afundando-se a seguir nas adustas planícies de Goiás. Estas duas rotas, normalmente utilizadas pelos bandeirantes, corriam paralelas, cortando os terrenos que posteriormente vieram a constituir o patrimônio territorial do município de Pinhal.

No que tange à primordial questão de se apontar, antes da Independência do Brasil, a quem pertenciam aquelas terras, deduz-se logo que a tarefa é tão difícil e tormentosa como, em matéria de direito civil, fazer-se a prova do domínio ou da sua propriedade. Para o historiador

futuro, que certamente irá desdobrar e aprofundar estes roteiros históricos de capital transcendência, apenas poderemos fornecer ligeiros informes e tênues luzes. Diremos apenas que, ao buscar elucidar os nomes das pessoas às quais foram concedidas a posse de sesmarias na zona de Pinhal, deparemos com os de ANTONIO DA CUNHA ABRELI e JORGE DA SILVA NOBRE, consoante os assentamentos constantes do Livro 3.º de Sesmarias Antigas, arquivado na Reparação de Estatística do Estado de São Paulo. A primeira dádiva foi feita em 7 de agosto de 1728 e compunha-se de quatro léguas quadradas de terras; a segunda sesmaria vem datada de 9 de agosto do mesmo ano, limitando com a primeira, confinando com o sítio denominado Itaquí, existente no atual município de Mogi-Guaçu mas que então abrangia certa porção da atual área territorial de Pinhal.

Em 1740, criada a freguesia de Mogi-Guaçu, as profundas e arriscadas incursões do bandeirismo paulista tornaram-se mais frequentes; e, ao palmilharem a atual zona de Pinhal, crescido era o número de bandeirantes que por ali se deixavam ficar, dedicando-se à lavoura ou consagrando-se à criação de animais, abandonando assim seus aventureiros projetos de descobrir tesouros incalculáveis no seio misterioso das selvas ou no fundo silencioso dos rios.

Notícias auspiciosas foram sendo alviciadamente divulgadas a respeito da uberdade incomum daquele sólo privilegiado, engrossando cada vez mais as levadas de homens e as caravanas de aventureiros que para ali rumavam sem cessar, com o fito deliberado de nêle se fixarem. O remoto e primitivo contingente de moradores de Pinhal ia, dessa forma, avolumando-se gradativamente, circunstância que fez germinar entre eles a primeira idéia de se criar ali uma pequena povoação, cujo destino principal seria o de facilitar-lhes a aquisição dos próprios e indispensáveis recursos vitais, os quais, por esse tempo, somente podiam ser obtidos na vizinha freguesia de Mogi-Guaçu.

Nesta altura de nossa exposição, deve-se salientar que a confusão de divisas entre as Províncias de São Paulo e Minas Gerais, vinda desde o alvorecer da nacionalidade, causava as mais sérias perturbações na existência normal do pequeno grupo humano, constituído pela povoação pinhalense. Estes transtornos se acusavam principalmente no tocante à aplicação da justiça penal, pois os criminosos, ao saberem-se perseguidos pela polícia de uma Província, fugiam ou desapareciam do distrito da culpa, indo encontrar acouto e homisios no território da Província limítrofe. Numa extremidade como esta, não existia — e supérfluo seria existir — o poderoso remédio jurídico das precatórias, mesmo itinerantes, para salvar a reputação da Justiça Pública, para apagar o ludíbrio, para restabelecer o prestígio afetado das jurisdições penais burladas pela astúcia dos criminosos. A busca ou captura desses delinquentes ou infratores da lei penal era, portanto, extremamente penosa e demorada. Nêste tópicó, à guisa de exemplo plástico ou ilustrativo, relate-se o caso ocorrido com JOAQUIM TELES PINHEIRO, réu foragido e contra o qual pesava ordem de prisão decretada pela autoridade judiciária de Ouro Fino; dito réu, malgrado perseguido judicialmente, lograra insinuar-se no território da Província fronteira, furtando-se comodamente à repressão penal da justiça mineira. Pondere-se,

agora, a cifra elevada, a alta frequência de crimes e contravenções que se deviam praticar em tempos tão incultos e obscuros, e ter-se-á uma pálda idéia, uma tósca impressão do alarmante aspecto e das fortes proporções que o problema penal, que o problema da administração da justiça assumia na época.

Esta era, mais ou menos desenhada em rápidas pinceladas, a fisionomia ou a situação de Pinhal ao avizinhar-se dos umbrais do século XIX, período em que era bastante infimo o ról de propriedades agrícolas existentes naquêlê fértil espaço geográfico da rica Capitania de São Paulo. Entre êsses estabelecimentos rurais, entretanto, dois haviam que devem ser nomeados aqui, em virtude de ser absolutamente indispensável a sua citação no desenvolvimento de nossa dissertação: eram as fazendas do Sertãozinho e a do Pinhal, também chamada fazenda Pinheiros, denominação esta que encontrava justificativa nas formosas e elegantes araucárias ou nos densos pinheirais nativos, que vicejavam e se extendiam pelas terras que a compunham.

A fazenda Pinhal, ou Pinheiros, pertencia a numerosos proprietários, constituindo um vasto e ubertosó condomínio. Entre seus diversos co-proprietários manda a justiça que se destaque a figura de ROMOALDO DE SOUZA BRITO, personagem que se apresenta revestido de alta e singular distinção na história da civilização pinhalense, vulto cuja marcante individualização, cujo interesse culminam nos importantes sucessos que lhe rodearam a existência, constituindo a matéria e o núcleo do capítulo seguinte desta pequena obra.

FUNDAÇÃO

Nos últimos meses do ano de 1849, num tempo em que os quatrocentos e cinquenta quilômetros quadrados que formam o município de Pinhal nada mais eram senão espessa mata virgem, tôdas essas terras faziam parte de um vasto latifúndio; essas extensas glebas de terras pertenciam, como já vimos em páginas precedentes, a uma longa cópia de condôminos, todos residentes na fazenda Sertãozinho, que era outra grande propriedade agrícola que se situava nas proximidades daquêlê enorme território incultivado, denominado fazenda do Pinhal, ou fazenda Pinheiros.

Dentre a farta série de co-proprietários da fazenda do Pinhal destacava-se o de nome ROMOALDO DE SOUZA BRITO, tipo completo de varão antigo, vulto perfeito de patriarca, homem dotado de índole profundamente religiosa e boa, procedente de Mogi das Cruzes, município paulista onde nascera e crescera juntamente com sua família.

Segundo consta da «Genealogia Paulista», de SILVA LEME (vols. 7 e 8) ROMOALDO era filho de ALEXANDRE DE SOUZA BRITO, casado em Mogi das Cruzes, em 1789, com dona GERTRUDES MARIA DA CONCEIÇÃO. Era, ainda, neto de JOSÉ DE SOUZA PINTO e de dona AUREA DA CUNHA CARDOSO, a qual descendia de ANTÔNIO DA CUNHA ABREU, o mesmo a quem, como já vimos, em 1728, fôra feita a concessão da sesmaria, onde se localizavam as terras de Pinhal.

Até o dia de hoje se mantem desconhecido o modo de aquisição daquelas vastas e generosas terras, nas quais atualmente se estendem a cidade de Pinhal e seu fértil e rico município. Não obstante, fôssem elas adquiridas por testemunho, doação, compra e venda ou sob qualquer outro título jurídico, o certo é que seus tenazes condôminos viviam constantemente empenhados em intermináveis disputas forenses, em prolongadas controvérsias judiciais, cuja ferocidade era agravada ainda mais pela intervenção do poder público, representado então por autoridades ineptas e boçais, por homens sem escrúpulo e sem prudência. Chicanas e demandas brotavam com aspecto terrível, inflamando os ânimos acirrados dos litigantes, excitando sobremaneira os instintos selvagens e sombrios que dormem no coração dos homens; numerosas vêzes essas pendências se traduziam em violências dramáticas e criminosas, em excessos perigosos e sangrentos, impelindo os chicanistas e demandistas a povoarem a floresta imensa com o estrépito de suas discórdias e desavenças, com o estrondo de seus trabucos, com as detonações de suas espingardas e carabinas fumegantes.

Esta anômala e intolerável situação de alarma permanente, prenunciadora sombria de tristes e amargas perspectivas, não poderia perdurar;

dai o persuadir-se ROMOALDO DE SOUZA BRITO a desistir, de motu próprio, do quinhão a que tinha direito nas referidas terras, diligenciando imediatamente no sentido de doá-lo ao Divino Espírito Santo, generosidade e ato puro de fé católica que, como iremos ver, inspiraram vibrantes e encolerizados protestos por parte dos demais condôminos e demandistas.

É referido como verdadeiro, pois atestado e certificado em documentos de fé pública, que, no findar ou no entardecer daquele ano de 1849, no mesmo lugar onde hoje se ergue a magestosa Igreja Matriz de Pinhal, estava ROMOALDO ocupado na derrubada de pinheiros, a fim de preparar e lavar o terreno para nêle plantar uma roça, quando os co-proprietários já mencionados irromperam indignados em sua frente, buscando violentamente embargar o serviço começado. Relata-se mais que, embaraçado nas ameaças e nos perigos dessa difícil emergência, ou melhor, sentindo-se seriamente constrangido diante do procedimento brutal, provocante e acintoso daquele grupo de homens armados, ROMOALDO não mais quiz abater o mato nem cuidar da plantação da roça que havia projetado, declarando então, com a solenidade e com a ardente insistência da convicção, que iria doar ao Divino Espírito Santo, não sômente aquele pequeno pedaço de chão, que estava preparando para cultivar, mas também outros maiores tratos de terras, perfazendo um total de quarenta alqueires exatos.

ROMOALDO cumpriu, com tocante fidelidade, sua profunda e extrema promessa. E foi assim, sob o império de uma iluminação repentina, revoltado com o indigno e ultrajoso procedimento de homens brancos e sem fé religiosa que o austero e venerável fundador de Pinhal dirigiu-se à então freguesia de São João da Boa Vista, onde pôs em execução o que enérgicamente houvera decidido, ordenando fosse lavrada a escritura de doação das citadas terras ao Divino Padroeiro da cidade de Pinhal.

* * *

Tantos anos rolados após a ida de ROMOALDO DE SOUZA BRITO a São João da Boa Vista, a fim de mandar passar a aluidia escritura de doação, levantou-se a questão de se saber porque aquela patriarcal optara por aquela freguesia e não pela de Mogi-Guaçu ou pela de Mogi-Mirim, esta sendo sede do Termo e ambas equidistantes de Pinhal. Um cronista contemporâneo engendra uma hipótese muito verossímil para se responder a essa interessante especulação, afirmando tratar-se de um centro neutro o da freguesia escolhida, o que se não verificava com as outras duas, nas quais reinava, fortemente alimentado pelos seus dirigentes, um clima de ostensiva animosidade contra a idéia de se criar um povoado bem próximo a elas, acontecimento que certamente viria perturbar ou prejudicar o ritmo do progresso de ambas, afetando sobretudo o movimento de sua vida comercial. A essa elucidação muito sensata, de JOÃO NETO CALDEIRA, podemos acrescentar, entretanto, que a atitude das duas freguesias em aprêço — a de Mogi-Guaçu e a de Mogi-Mirim — não encobria nada mais do que um instinto de defesa muito compreensível; é de se crer que não se tratava propriamente da manifestação de nenhum bairrismo pueril ou maligno, de nenhum ciúme ou inveja localista, traduzidos em sentimen-

tos de luta tendenciosa, movidos em impulsos de rivalidade essencial e irreduzível e temperada de ódio e vingança.

Não persiste nenhuma dúvida, contudo, que eram legítimas e perfeitamente admissíveis as aspirações dos primeiros povoadores de Pinhal, tornando a princípio obviamente impossível manter relações de harmonia com as duas coletividades limítrofes, o que mais tarde deixou de ocorrer, surgindo uma superior e fecunda aproximação entre os três ricos municípios. Em seu nascedouro, porém, Pinhal passou a trabalhar com afincio e com meritória tenacidade, a fim de não se conservar abandonada ou entregue a uma sorte nescuinha, feita de capitações e covardias. Tal é a dedução que nos fornece uma observação inteligente e desapassionada dos fatos, tal é o resultado a que atinge uma análise serena e realizada com a intervenção refletida da inteligência — uma análise, enfim, despreconcebida e não perturbada pela influência de juízos apriorísticos.

Vamos, agora, suspender, por breve momento, o curso de nossa narração, a fim de que possamos reproduzir abaixo, com a máxima fidelidade, a histórica e memorável escritura de doação, mandada passar por ROMOALDO DE SOUZA BRITO e extraída do Livro de Notas n.º 4, fls. 52 e verso, do Cartório de Paz da freguesia de São João da Boa Vista. (Hoje esta escritura acha-se arquivada no Cartório do 1.º Ofício da Comarca de São João da Boa Vista).

«Saibam quantos este publico instrumento de escriptura publica de doação de terras virem, que, no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e quarenta e nove, vigesimo oitavo da Independencia do Imperio do Brasil, aos vinte e sete dias do mez de Dezembro do dito anno, n'esta freguezia de S. João da Boa Vista, termo da cidade de Mogymirim e provincia de S. Paulo, em casa de morada de Romoaldo de Souza Brito, onde eu escrivão de paz e tabellião foi vindo para passar a presente escriptura, ahi estavam presentes os ditos Romoaldo e sua mulher Thereza Maria de Jesús, ambos de mim conhecidos pelos proprios de que trato, e dou fé, e por elles outorgantes marido e mulher, foi dito perante duas testemunhas abaixo assignadas, que elles outorgantes são senhores de duas partes de terras de cultura, na fazenda denominada Pinhal, cabecera do ribeirão dos Porcos, no districto da freguezia de Mogyguassú,

de cujas partes de terras fazem doação de quarenta alqueires, para servir de patrimonio da capella do Divino Espirito Santo, que se intenta fundar no dito lugar, cuja doação de quarenta alqueires de terras fazem muito de suas livres vontades, sem constrangimento algum; nem elles e nem seus herdeiros poderão derogar ou anullar esta doação em tempo algum, e elles outorgantes doadores, declararam que em dito terreno dos quarenta alqueires de terras, que ora dão para o dito patrimonio reservam para si cento e vinte palmos de frente e seus competentes fundos, para seus edificios em qualquer lugar que lhes for mais comodo; bem assim reservam mais sessenta palmos de frente e seus competentes fundos, para se edificar uma casa de morada para o vigario que alli for residir e todos os mais moradores que alli se quizerem arranchar pagarão o fóro de cem reis por braça annualmente, sendo applicado para as despesas d'aquella egreja, e protestam de a todo tempo que se mover alguma duvida em dito terreno, d'elles outorgantes doadores fazer boa, firme e valida a dita doação, livre e desembaraçada de qualquer duvida que porventura se mova. E de como assim o disseram e outorgaram, pediam a mim tabellião que lhes accitasse suas outorgas, e lavrasse a presente em minha nota; eu como pessoa publica, lhes accitei e lavrei a presente, que lida aceitaram e assignaram, sendo a rogo da doadora Thereza Maria de Jesus, Manoel José Gomes de Abreu, sendo testemunhas presentes José Luiz de Andrade e José Garcia de Oliveira Filho, depois de lida por mim José Antonio de Abreu e Silva, tabellião, que escrevi em publico e raso. O tabellião José Antonio de Abreu e Silva, Romoaldo de Souza Brito, Manuel Gomes de Abreu, José Garcia de Oliveira Filho, José Luiz de Andrade — N. 1.º 160 réis, pagou de selo 160 réis — S. João da Boa Vista, 27 de Dezembro de 1849 — André — D'esta 240 réis. — Trasladada do livro retro mencionado, vae conforme o seu

original ao qual me reporto e dou fé. Cidade de S. João da Boa Vista, 30 de Janeiro de 1887. Eu Francisco Pereira Machado, tabellião, escrevi e assigno em publico e raso. Em testemunho da verdade. — Francisco Pereira Machados.

Como se assinalou linhas acima, esta doação teve a força irresistivel de um estopim, isto é, veio exacerbar ainda mais a sanha daquelles rudes e perversos proprietários rurais, que prosseguiram recalcitando e disputando entre si o dominio daquellas terras fecundas. As lutas continuaram desenrolando-se, cada vez mais vivas e provocantes, em torno dessa doação considerada intempestiva; mas eis senão quando fatos estranhos e singulares se passaram, modificando radicalmente o modo de pensar daquelles homens rancorosos e maus: occorrências dolorosas e extraordinárias, segundo nos referem as crônicas, se succederam, vindo apaciar a ira e o furor daquêlles grupo de homens brancos e involvidos, transbordantes de ganância e ambição. Um desses acontecimentos, tão horríveis quanto imprevisitos, desenrolou-se na fazenda Seritãozinho, onde uma descuidosa menina, trabalhando e cantarolando, peneirava o milho que o monjolo triturava, quando a forquilha que sustinha o pesado madeiro desabou sobre ella, esmagando-lhe a inocente cabecinha no fundo do pilão. Conta-se, ainda, que, nesses mesmos dias impregnados de odio e terror, ainda na mesma fazenda do Seritãozinho, um carpinteiro, perdendo o equilibrio enquanto trabalhava, não pôde manter-se no andaime que o amparava, precipitando-se ao solo, vindo a falecer instantes após á queda fatídica. Além desses dois inesperados e impressionantes desastres, a tradição oral igualmente consigna e aponta outros fatos, tidos como sinais indicadores do desgraçado celeste, tais como o súbito aparecimento de desgraças e calamidades várias, que assolaram a região, chuvas diluviais e devastadoras, ventanias raivosas e arrasadoras, pragas diversas destruindo as plantações, bem como outros incontáveis e insólitos fenómenos naturais.

Todos esses trágicos e excepcionais incidentes tiveram o condão de terrificar a estreita e diminuta população do modesto povoado, influndo poderosamente no espirito crédulo e rústico daquela gente ruim, mas profundamente devota e temente a Deus; aquêlles estranhos e temerosos acontecimentos apaziguaram, por fim, a fúria que dominava aquellas almas primitivas, almas a um tempo bárbaras e misticas como as dos celerados medievais. Os demandistas cruéis, os obstinados chicanistas alteraram repentinamente sua conduta rebelde, sua attitud intolerante, sua perversidade fanática; e immediatamente uma subscrição pública foi encetada, uma subscrição cujo destino era o de erigir a capela consagrada ao Divino Espirito Santo, de conformidade com os ardentes e expressos desejos de ROMOALDO DE SOUZA BRITO e de sua mulher, TEREZA MARIA DE JESUS. Com a rápida ereção da mencionada capela, acreditavam piamente os ferrenhos inimigos e opositores de ROMOALDO e de sua doação, furtarem-se ás tremendas reivindicações da justiça divina, a qual, imaginavam elles, já os havia duramente castigado, fulminando impie-

dosamente duas criaturas inocentes — o pobre carpinteiro e a infeliz menina do monjolo — revelando assim, de maneira extensiva e irrecusável, quase espantosa, a majestade de sua onipotência infalível.

A direção dos trabalhos de construção da capela em aprêço foi confiada à habilidade e competência de um velho fazendeiro do lugar, homem inteiramente dedicado ao trabalho e distinguido por todos pela sua grande honestidade: GERMANO ANTÔNIO FERNANDES, ou o «Germaninho», como era mais conhecido. As funções de capelão desse tóco bebedouro espiritual das ovelhas cristãs foram sucessivamente exercidas, como se irá ver em interessante carta adiante publicada, por JOSÉ BENTO DA COSTA e TRISTÃO CARNEIRO DE MENDONÇA. O primeiro — sacerdote que, guardadas as devidas proporções, pode ser considerado o Frei COIMBRA da história pinhalense — passou, desde então, a residir na pequena localidade. Um pouco mais tarde, em 13 de fevereiro de 1850, correspondendo aos unânimes e fervorosos apêlos dos moradores do lugar, o então Bispo de São Paulo, de acordo com o Presidente da Província, Padre VICENTE PIRES DA MOTA, concedeu ao nascente lugarejo a Capela Curada. E pelo artigo III da Lei Provincial n.º 669, de 24 de março de 1860, tornou-se paróquia do município de Mogi-Mirim.

O tempo foi fluindo. Sómente depois que a freguesia foi promovida à condição de vila — situação que perdurou entre os anos de 1870 e 1879 — é que as autoridades eclesiásticas superiores resolveram nomear o primeiro vigário para a Igreja do Divino Espírito Santo do Pinhal. Esse primeiro pároco de Pinhal foi o padre JOSÉ DA SILVA MACARE, figura ardentemente venerada pelos seus devotos paroquianos, vulto singular que aparece nos anais pinhalenses como sendo o de um verdadeiro santo, padrão inimitável de virtude, caráter e inteligência.

* * *

A seguir, para ornar este capítulo da fundação de Pinhal, transcreveremos a preciosa e elucidativa carta do punho do tabelião FRANCISCO PEREIRA MACHADO, endereçada de São João da Boa Vista ao solicitador MANOEL CARLOS DE MORAIS PESSOA. Este documento particular, por certos característicos intrínsecos, por certas semelhanças descritivas, aproxima o seu autor da figura, tão celebrizada, de PERO VAZ DE CAMINHA, o simpático e saboroso escrivão da armada ou da esquadra cabralina, que descobriu o Brasil. (Julgada com uma certa dose de boa vontade, cremos não ser tão difícil tolerar-se a audácia da presente comparação).

Eis a dita carta, reproduzida em seu texto integral ou in extenso:

«Cheguei para aquelle logar no dia 25 de Agosto de 1851, para alli fazer minha residência, vindo tambem commigo meu finado pao Manoel Pereira dos Reis,

nossas familias e escravos. Tivemos por morada, durante poucos mezes, uma chacara a quem da capella, chacara essa, então, de Joaquim Corrêa Gomes, na estrada dos Bragançeiros para a capella.

«O logar onde se achavam fincados seis esteios para a edificação da capellazinha, estava ainda por traz do citão futuro da mesma. O largo todo da capella (hoje cidade) estava juncado de madeiras derribadas na queimada, tendo apenas um caminho, que, da casa de José Justino de Toledo (inspector de quarteiros, que seria do capitão-mór) subia para os lados da fazenda do Romualdo de Souza Brito, e d'alli para Ouro Fino, etc.

«Tinha apenas as casas principais seguintes: a de Romualdo de Souza Brito, fazendo-se, estava por barrear-se e da qual era official carpinteiro Domingos de Souza Freire, irmão do dono da casa; ainda uma casinha pequena, abaixo d'esta, que era do finado Pedro Xavier, onde morava Jorge Allemão, ferreiro. (Este Jorge Allemão não será o Jorge Guerner? . . .). Joaquim Ferreira Gomes já tinha fincado os esteios da sua casa, na fundo do pateo, sem ter mais bemsitorias; ao lado direito, descendo, tinha uma casa da venda da Rita Cardoso, irmã de Francisco Mendes, valentão do bairro, e para baixo só tinha o inspector José Quintino de Toledo. No fundo da capella estava principiando o engenho de Serra que fazia José Antonio de Souza Brito, feita pelo machinista Cleutério de Oliveira Prestes. Tambem tinha uma pequena casa (abaixo do largo hoje) que era de Luiz de Brito, na qual casa morei dois a tres mezes; bem como Joaquim Pedrosa estava fazendo uma casa do lado direito, subindo para o pateo. Eram as casas que haciam n'aquelle tempo, e mais uma pequena perto de José Justino, em que morava Manuel da Silva ao pé do ribeirão. Logo, Romualdo, Joaquim Corrêa e José Romualdo, que

eram os protutores da capella, estando a fincar os esteios d'ella, empreitaram a sua factura, isto é, por linhas traças, entrebeiral-as com cabros, ripal-a, abaldramal-a, assentar portas e fazer um altar provisório, com o official Cleuterio de Oliveira Prestes, por 200\$000, e de facto este deu principio à obra, cobriu e abaldramou a capella em roda, até meados de Novembro ou Dezembro, e parou com a obra. Já disse, que o largo da capella estava juncado de paos da derrubada, sem limpa alguma. N'este tempo tendo-se meu pae mudado da chacara do Corréa, para a casa do Romualdo na capella, a qual já estava barreada, e até já rebocada parte d'ella, por causa do incomodo da minha mãe, não tendo alli quasi recurso algum, e muito menos de sacramentos, por ser distante de Mogy-Guaçu. Conistou ao patriarca Romualdo de Souza Brito que em casa de d. Luzia, mãe de um tal serolote, no Albertão, se achava o padre Manuel José de Faria, que era parente d'ella e que trazia ornamentos para dizer missa. Veio o patriarcha Brito à casa de meu pae, conceitual-o para irem aonde se achava o padre, afim de serem se este queria dizer a missa do dia 25 de Dezembro de 1851 até o dia de Anno Bom de 1852, e caso elle accoissasse, para se ajuntar o povo, afim de limpar o largo das madeiras que alli estavam, e se fazer com as taboas que estavam em redor da igreja um cerco na capellazinha, um soalho provisório, para alli o padre dizer as missas que desejavam fossem ditas. De facto, foram os deus velhos d'onde estava o padre Manuel de Faria, auglo Chapco de Junco. Este acceitou o conuito, e veio na vespéra do Natal, arranchando-se com meu pae. Logo que voltaram os velhos

com o padre, trataram de convidar o povo de redor, para a limpa do pátio e o cerco da capella. Junto o povo, uns cortavam os paos, outros carregavam os cortados, e os que não podiam ser carregados por pessoas, eram arrastados por bois, e assim foi limpo o pátio todo, que hoje tem a cidade. Foi feita a cruz grande que havia alli, de um cedro dado por José Garcia, e feita pelo carpinteiro Joaquim Serrador, a expensas do meu pae; foi affixada na vespéra do Natal. Eu e José Romualdo, com o irmão Luiz, nos importamos com o cerco da capella; cercamos d'ella o precizo para o nicho, fizemos um assoalho alto, e alli se edificou o altar provisório, aonde o padre Manuel José de Faria, de saudosa memoria, disse as primeiras missas, nos dias 25, às 3 oitavas d'aquelle tempo, 26, 27 e 28, até o dia 1.º de Janeiro de 1852, sendo ajudados as missas por mim. É preciso dizer-se, e com verdade o que é, e por isso, tenho dito a verdade; resta-me mais esta:

«A ereção da capella é devida a Romualdo de Souza Brito, não só porque deu as terras, como porque muito concorreu com dinheiros e o mais que era possível, ajudado por José Romualdo, que se prestou de corpo e alma, sempre em ajudar a obra da capella, tendo também parte n'este serviço Joaquim Corrêa Gomes, que se prestava igualmente. Eis os primeiros principios da capella do Pinhal, hoje cidade!!! Quando veio residir por alli o primeiro sacerdote que foi o padre José Bento, trazido por Joaquim Ruão, então boiadeiro do lugar, e homem assás conceituado; antes de chegar alli mandou acisar ao povo que elle trazia um padre emboaba novo para o lugar e que se lhe fizesse uma recepção. Junto aos a copia da escriptura da doação do patrimonio d'essa cidade, para ser archivada, na comarca do lugar, si acharem que

alem alguma coisa estes apontamentos historicos, e outros que ainda poderei fornecer dos tempos passados. São João da Boa Vista, 30 de Janeiro de 1887. (a) Francisco Pereira Machado.

Depreende-se facilmente, da leitura das páginas anteriores, que a história da fundação de Pinhal assenta-se sobre os alçerces do testemunho oral e documental. Ora, em face de tais subsídios os ensinamentos da psicologia histórica nos recomenda muita prudência no seu exame e na sua aceitação. A veracidade ou autenticidade de tais depoimentos depende bastante da pessoa de quem os faz; sua maior ou menor credibilidade repousa nas qualidades morais e intelectuais da testemunha chamada a expor os fatos de seu conhecimento direto ou indireto.

A este propósito, dizia MONTAIGNE, com a agudeza de sempre:

O valor de um testemunho histórico vem principalmente do espírito simples e grosseiro da pessoa que o apresenta. «As pessoas dotadas de finura observam melhor e com mais cuidado as coisas, mas comentam o que vêem e, a fim de valorizar sua interpretação, e persuadir, não podem deixar de alterar um pouco a verdade. Nunca relatam pura e simplesmente o que viram, e para dar crédito à sua maneira de apreciar, deformam e ampliam os fatos. A informação objetiva nós a temos das pessoas muito escrupulosas ou muito simples, que não tenham imaginação para inventar e justificar suas invenções e igualmente que não sejam sectárias» (cfr. «Ensaíos», livro I, tradução brasileira de Sérgio Milliet, Editora Globo, 1961, p. 260).

De precaver-se, ainda, admitindo-os com as cautelas científicas, os depoimentos de velhos e crianças, pósto que o depoimento infantil e o depoimento dos anciãos geralmente se apresentam inquinados de sérios defeitos e falhas, não sendo o menor deles o vício chamado «mitomania», ou tendência patológica para a mentira. Comumente e naturalmente, velhos e crianças confundem a ficção com a realidade, suprimindo os naturais desgastes da memória com os recheios fantasiosos da imaginação.

* * *

Ainda a respeito da história da fundação de Pinhal, há uma outra observação a fazer. Assim, por primeira intenção podemos asseverar que se trata de uma história universalmente aceita pelos sabedores da história pinhalense. Vale dizer, a doação das terras que compõem o patrimônio territorial de Pinhal foi, de fato, feita por ROMOALDO DE SOUZA BRITO, em louvor do Divino Espírito Santo. Admite-se, entretanto, que tenha havido um engano essencial nesse ato de pura fé cristã, convido salientá-lo uma vez por todas.

Bem pode ser que os acontecimentos tenham se passado da seguinte forma: Brigavam, litigavam ROMOALDO DE SOUZA BRITO,

de um lado, e JOAQUIM CORREA GOMES, ANTONIO PEREIRA, ANTONIO DE SOUZA BRITO (irmão de ROMOALDO), de outro lado, coligados a outras personagens secundariamente envolvidas na questão, as quais inclinavam-se a este ou àquêle partido. Não se chegava a um acôrdo sobre a posse ou domínio das terras adjacentes à atual Praça da Independência em Pinhal. A situação era das mais graves, das mais tensas, prenunciando morticínios e desgraças. Nessa altura dos acontecimentos surgiram as generosas figuras dos apaziguadores — GERMANINHO e outros — os quais conseguiram, depois de muitos esforços, encontrar a fórmula salvadora da doação das terras em litígio ao Divino Espírito Santo.

Para êsse desfecho feliz muito contribuiu o desencadear de fatos dolorosos e estranhos, tais como súbitos desastres e mortes, como as do humilde carpinteiro e o da menina descuidosa do monjolo, ambas supersticiosamente atribuídas à cólera celeste.

ROMOALDO, porém, que era homem de rija tẽmpera antiga, patriarca de caráter firme e teimoso, ferreamente abroquelado à líquida concepção do seu direito, sômente concordara com a doação uma vez que fôsse êle, e mais ninguém, o doador das terras, o que realmente veio a acontecer.

Essa doação assinala o nascimento da tradição política de Pinhal, isto é, quase todas as lutas locais de caráter político ou administrativo sempre findaram em acôrds ou fórmulas amistosas de conciliação. A glória de ROMOALDO DE SOUZA BRITO não é menor pela interpretação que ora se dá da fundação de Pinhal, admitindo-se que a mesma seja verdadeira. Porque, através dessa interpretação, vemos que êle soube grangear para si a estima, o reconhecimento e as homenagens da posteridade, firmando em documento público a sua qualidade de fundador da cidade, fazendo prevalecer a sua vontade sobre a férrea tenacidade de seus coevos.

PERÍODO MONÁRQUICO

Estudada sob uma visada panorâmica, a história da civilização pinhalense pode ser desdobrada em dois ciclos distintos: o monárquico e o republicano.

Na fase monárquica, iniciada em 1849 e terminada em 1889, Pinhal, como já vimos, nada mais era senão uma maciça mataria virgem, na qual preponderava a bela e esguia conífera que lhe sugere o poético nome. Seus quarenta alqueires de terras, área atualmente ocupada pelo seu perímetro urbano, pertenciam a ROMOALDO DE SOUZA BRITO e sua mulher, dona TEREZA MARIA DE JESUS, que os doaram generosamente ao Divino Espírito Santo, conforme também salietamos em páginas anteriores, tornando-se assim os legítimos fundadores da cidade.

A partir daquêlê ano fundamental de 1849, o crescimento do pequeno agregado social foi se operando com gradativa e progressiva rapidez. Aventureiros de tôda sorte, sertanistas de tôda casta, homens sem teres nem haveres, matilhas de adventícios, maltas de erráticos madraços e atrevidos, pandilhas heterogêneas de forasteiros e de ambiciosos de tôda laia à cata de fortuna, hordas de vagabundos e farroupilhas de instintos cúpidos e rapaces para ali afluíam, ali pousavam e logo se estabeleciam com ânimo de permanecerem. Êsses bandos de criaturas sem rumo, que tão depressa estavam para o norte como para o sul, eram atraídos pela fartura e pela uberdade da terra, pela opulência do cenário, pelas comodidades do ambiente ou pela miragem sedutora de uma vida livre, independente e sem responsabilidades. Nem todos êsses viajores, porém, que ali faziam pouso definitivo, radicando-se sólidamente ao lugar, viviam de forma bandoleira e irresponsável, de maneira infixa ou provisória; grupos dêles haviam, sem dúvida, que não eram grosseiramente arrastados pelo realismo ignóbil de uma existência incerta e nômade, impelidos pelo baixo ideal de uma vida suja e sem nobreza: êstes eram homens sérios e graves, que buscavam as remotas e agrestes paragens daquêlê embrionário núcleo humano, com o fito deliberado e honesto e com o bem intencionado empenho de procurar trabalho e, à custa dêle, prosperar honradamente.

Até o ano de 1859 procedia de Mogi das Cruzes quase a totalidade dos moradores do povoado; nêsse mesmo ano, aportaram ali grandes levas de imigrantes, oriundos de Bragança e de diferentes pontos de Minas Gerais. Os imigrantes mineiros, amantes dedicados da pecuária, grandes e tradicionais criadores de gado, e os vindos de Bragança, habituados a se entregarem com zelo e diligência ao amanho da terra e à plantação de cereais, contribuíram poderosamente para o maior desenvolvimento e melhoria do lugarejo. Com o decursar do tempo, a atividade típi-

ca dos bragantinos foi suplantada pela clássica atividade pastoril dos imigrantes montanheses, cujas criações de gados porcino, vacum e muar eram exportados para o Rio de Janeiro, onde suas qualidades superiores logravam alcançar preços que ultrapassavam os de São Paulo.

Muitos anos mais tarde, dentre outras famílias que a Pinhal afluiam, para continuamente engrandecê-lo, podemos destacar as vindas de Campinas, tais como o ilustre LEOCADIO DE FARIA, os FLORENCES, os CAIUBIS, os TEIXEIRAS, etc.

De 1877 para cima numeroso era o elenco de distintos pinhalenses e de famílias prestigiosas que honravam e dignificavam a cidade, acelerando cada vez mais a marcha de seu progresso. De envolta com outros nomes ilustres, podemos destacar os de LÚCIO RIBEIRO DA MOTA, VICENTE RAMOS DA SILVA, FRANCISCO FELIX DE A. E SILVA, JOSÉ RIBEIRO DE OLIVEIRA MOTA, CLAUDINO DE ULHOA CINTRA, ANTONIO TOMAZ DE OLIVEIRA TITO (cunhado do Barão de Mota Pais), FRANCISCO XAVIER RIBEIRO, SEGISFREDO DA MOTA PAIS, etc. Mencionem-se, ainda, outros, vindos mais tarde: HADDOCK LOBO FILHO, ANTONIO TOMAZ PACHECO LESSA, CAROLINO FERREIRA DA SILVA, bem como os FERNANDES, os quais já tinham parentes na localidade, ou sejam, os MOTAS, cujo chefe era o Cel. JOSÉ RIBEIRO DE OLIVEIRA MOTA, homem dotado de grande envergadura moral, social e política. Os LEITES, os RIBEIROS e VERGUEIROS igualmente colaboraram, de maneira decisiva e superior, para o constante aperfeiçoamento e progressivo «lan» da cidade. JOAQUIM LEITE DE SOUZA e MANUEL PIO RIBEIRO, entre outros, são também vultos marcantes e de grande representação na História de Pinhal, numa «História Sincera de Pinhal», escrita à maneira de SEIGNOBOS.

* * *

Podemos repetir, aqui, o que escreve OLIVEIRA MARTINS, em suas «Instituições Primitivas»:

«A vila criara-se e crescera por agregação das ramificações das famílias. Era uma vegetação social. Era uma formação consciente e espontânea».

Pinhal tornara-se o que eram as suas famílias. «A cidade é aqui o que as famílias a fazem» — ensina o PAPA PIO XII.

Pinhal é um produto típico, um produto genuíno das nobres e brilhantes famílias pinhalenses, do passado como do presente...

* * *

Já vimos como, após a generosa e franca doação de ROMOALDO DE SOUZA BRITO, os rudes e primitivos povoadores daquêles selváticos sítios, tomados de pânico, movidos pelo terror que lhes inspiravam os poderes sobrenaturais, decidiram erguer a capela em louvor ao Divino

Espírito Santo, o qual desde então viria a se tornar o milagroso padroeiro da localidade. Vimos também que, realmente, no ponto mais central do povoado, no exato lugar onde hoje se ostenta a imponente Igreja Matriz, a humilde capela foi edificada com dinheiros e recursos arrecadados em subscrição popular, subscrição ideada e posta em prática pelo bondoso e influente GERMANINHO, grande fazendeiro das redondezas. Vimos, ainda, que êsse tóco apriso das ovelhas cristãs da nascente povoação foi, a princípio, entregue ao governo espiritual de capelães, homens de reconhecida honradez e de irreprochável procedimento, só mais tarde sendo substituídos, nesse pio e religioso mister, por pastores católicos, investidos de sacra autoridade. Por êsse tempo, que medeava entre os anos de 1870 e 1879, Pinhal já havia sido guindado à categoria de vila. Vimos, finalmente, que o primeiro vigário da paróquia foi o padre JOSÉ DA SILVA MACARÉ, de crônica ilustre, estimadíssimo pelo povo, sacerdote ornado de extraordinários dotes de espírito e coração, morto na miséria e que jaz sepultado sob as naves do mesmo templo onde êle, tantas vezes, eloquentemente concitara os homens e os fiéis à prática do bem e da virtude.

Por exigências da metodologia, por conveniências expositivas repetimos êstes cansadores relatos, para evidenciar que, naquela recuada época, a única autoridade existente na localidade era a autoridade exercida pelo padre, isto é, pelo prestígio espiritual da religião e dos homens que a encarnavam. Expandindo-se, porém, aquela reduzida e heteróclita colmeia humana, que via dilatar-se sua vida de relação, fazia-se cada vez mais imperioso colocar-se, ao lado do representante da justiça divina, o representante da autoridade temporal, fadada a garantir a ordem, a paz, o decóro, o respeito e a tranquilidade e a segurança públicas. O Decálogo, o ministro de Deus, sózinhos, revelavam-se cada vez mais incapazes, insuficientes para assegurarem a manutenção dêsses impositivos basilares da vida social, dêsses fundamentos nucleares da existência coletiva. O simples inspetor de quartelão, que, desde 1852, era JOSÉ QUINTINO DE TOLEDO, mostrava-se igualmente ineficaz para impôr a permanência dêsses elementares imperativos vigorantes em todos os núcleos socialmente organizados.

Assim, para que fôsse desempenhada com eficácia a importante missão da autoridade pública, a imprescindível atividade da autoridade social, foi escolhido um cômodo, que todos passaram a identificar sob a pitoresca designação de casa de táboas, situada no largo que, mais tarde, recebeu o nome de Praça Treze de Maio. Nesse rústico e exiguo alojamento passaram a funcionar, a partir de 1857, a polícia e a justiça de Pinhal, então rudimentariamente representadas nas figuras de um subdelegado e de um juiz de paz, cargos nos quais os primeiros a serem nomeados e investidos foram, respectivamente, JOSÉ ANTONIO DE SOUZA BRITO e o cap. JOÃO FRANCISCO FERREIRA.

Acrescente-se que, com estas nomeações, foi conservada a função de inspetor de quartelão. Por outro lado, curiosa e interessante informação histórica é a de que êsse modesto e primitivo aparelhamento judiciário e policial achava-se subordinado e adstrito ao fóro de Mogi-Mirim. De notar-se, ainda, que, em Pinhal, a polícia e a justiça eram extremamente severas, eram exercidas com tanta energia e rigor que no grosseiro recinto

onde funcionavam, existia um tronco de ferro, bárbaro instrumento de suplício medieval no qual os contraventores da lei eram presos, expandindo os malefícios em que porventura fossem pilhados ou surpreendidos.

* * *

A lei n.º 3, de 24 de março de 1860, sancionada pelo Presidente da Província, Dr. JOSÉ JOAQUIM FERNANDES TORRES, criou a freguesia do Espírito Santo do Pinhal.

Os anos fluíam, em seu rolar incessante. A extraordinária fertilidade das terras, que constituíam o novo distrito, continuaram, como em tempos passados, a despertar a admiração e a atrair sem cessar elementos de todos os quadrantes da Província. A sedução mantida pelas glebas, ricamente irrigadas, da magnífica região, continuou conquistando sem parar novos advenas, que as buscavam com impaciência, vindos de todas as partes do país. Entre esses novos e fecundos contribuidores do progresso pinhalense deve ser sempre salientado com reverência o nome do Comendador JOÃO ELISÁRIO DE CARVALHO MONTENEGRO. Em linhas posteriores deste trabalho teremos oportunidade de falarmos a respeito desta ilustre figura de varão, varão que, à semelhança dos homens bons, na frase das vetustas Ordenações do Reino, amava a terra com um afeto quase carnal e orgânico; ele como que mantinha relações passionais com a terra, ele como que desposava a terra fecunda e nutriz,

As famosas questões sobre divisas territoriais, acéas entre as fronteiras de São Paulo e Minas, já apontadas ligeiramente em páginas anteriores, recrudesceram de intensidade a partir do término da Guerra do Paraguai, isto é, depois do ano de 1870. Os moradores das vilas e freguesias das zonas que estamos estudando viviam sobressaltados por constantes agitações populares; particularmente na zona de Pinhal lavravam gerais descontentamento e inconformidade com a situação existente entre as duas Províncias do Império. Uma grande confusão reinava em torno dessas linhas divisórias, muito mal e mal estabelecidas; eram cotidianas as veementes dúvidas e embaraços que se suscitavam quando se cuidava de saber se um ponto determinado de terreno pertencia a este ou àquele município, se se filiava à geografia desta ou daquela Província.

Por outro lado, os homens que detinham a regência dos destinos de Pinhal e que sinceramente alimentavam o sonho de sua grandeza e prosperidade, lutavam afanosamente, lutavam sem descanso pela conquista da autonomia, ou criação legal do município pinhalense. Entraves e obstáculos de toda ordem se erguiam no caminho desses nobres idealistas, procurando desfazer a concretização de tão intensa e louvável aspiração: tais dificuldades partiam, sobretudo, dos impedimentos forjados pelos condutores de Mogi-Mirim, cuja má vontade pela freguesia de Pinhal remontava aos distanciosos tempos de sua fundação.

Já deixamos claramente evidenciadas, neste opúsculo, as razões psíquicas e sociológicas que determinavam esse tradicional movimento de oposição, indicando com clareza que não se tratava do capricho inferior de

uma coletividade inteira, nem de subalternos sentimentos de egoísmo e antipatia, desejosos de conflitar-se áspera e reciprocamente, nutridos fervorosamente por um núcleo humano contra outro, mas dessas resistências naturais e instintivas que nascem do impositivo existencial de qualquer agredado social, de qualquer ajuntamento humano sobre cujo dinamismo ou crescimento vital porventura paira uma ameaça grave. Porque a mais típica propriedade da vida — ensina-nos LE DANTEC — consiste na tendência à conquista de espaço.

Sendo ainda Mogi-Mirim a sede do Termo, era natural e mesmo intuitivo que ela defendesse e advogasse, com intransigência e vigor, a posse e a submissão de um belo e rico município, como o de Pinhal, cuja perda infalivelmente lhe traria consideráveis prejuízos. Convém, portanto, desde logo retificar juízos precipitados, devemos ter um conhecimento raciocinado desse assunto, repelindo apreciações ridículas, julgamentos estultos e grosseiros, somente analisando essas idiosincrasias mogianas à luz de sua época e de seu ambiente social e econômico, como aliás nos impõe elementar e comezinha noção de hermenêutica e exegese histórica.

Essas numerosas dificuldades e tropeços não logravam debilitar nem paralisar a luta pinhalense, que prosseguia, viva e tenaz, pela conquista do município. Nas circunstâncias em apreço, desanimar ou cruzar os braços seria uma culpa grave, seria uma incuria que talvez precipitasse a ruína da localidade, embora saibamos que o progresso das coletividades seja uma lei necessária, uma lei divorciada e desvinculada das leis naturais e sobrenaturais. Vale dizer, sendo as sociedades verdadeiros organismos vivos, deduz-se que elas crescem, evoluem e se transformem por uma necessidade interna, por uma tendência própria e profunda e cuja marcha nada pode deter. Assim sendo, o progresso é inelutável, traduzindo as tendências motrizes do organismo social.

* * *

Estamos ainda no período monárquico da história pinhalense.

Os anos foram passando, a partir do ano de 1849, ano de sua fundação. Após continuados e pertinazes esforços um notável avanço foi, afinal, registrado na sequência das lutas e peripécias pelo progresso pinhalense: em 9 de abril de 1877, pela Lei n.º 17, foi a freguesia elevada à categoria de vila. Vejo este fato confirmar a velha e fatigada fórmula do darwinismo social, segundo a qual é através das lutas, internas e externas, que as coletividades se desenvolvem e se aperfeiçoam, atingindo por fim os escopos mais laboriosamente buscados por elas.

Demonstra ainda, este fato, que somente na luta reside a garantia da sobrevivência, tanto social como individual. A luta preside o dinamismo das formas orgânicas de associação humana; da luta depende a coexistência das sociedades humanas; a luta é a condição normal da evolução sociogênica. É tranqüilo o princípio sociológico consoante o qual a conservação e a sobrevivência dos grupos sociais estão subordinados à combatividade, ou melhor, todas as etapas da evolução social baseia-se no ins-

tinto do combate. Si tal verificação não constitui uma lei histórica representada, pelo menos, um conceito de repetição tão prolongada que se torna automático no funcionamento de nosso espírito.

Assinala GILBERTO FREYRE que — «as tendências aquisitivas, pugnaz e para o domínio através da competição de um grupo com outro ou da intimidação de um grupo por outro, se apresentam juntas ou reunidas como característicos principais de certos tipos de organização social de grupos humanos que em várias épocas se têm destacado por um feito que poderíamos denominar espartano. Em tais organizações, essas tendências instintivas são desenvolvidas como se fossem as únicas e reprimidas as tendências igualmente instintivas no sentido da cooperação e auxílio mútuo como indignas não só dos indivíduos como dos grupos superiores».

Ensina ainda o mesmo Autor:

«Vários sociólogos distinguem do processo de competição o do conflito, identificado este com fenômenos considerados de ordem política e aquele com os de ordem social. Preferem o termo conflito à expressão competição para designar o processo pelo qual se resolvem entre pessoas sociais ou entre grupos sociais as tensões acumuladas» de que falam os Professores DAWSON e GETTYS. E os Professores PARK e BURGESS consideram o conflito aquele processo de luta e rivalidade entre indivíduos ou grupos em que o contato é indispensável: a competição o processo de luta em que os indivíduos ou grupos não se acham necessariamente em contato. O conflito seria consciente, a competição inconsciente». («Sociologia»).

* * *

Pinhal tornara-se vila em 9 de abril de 1877.

Em virtude dessa vitória afortunada e emocionante, que coroa uma etapa de uma cruzada porfosa e sem desfalecimentos, que assinalava a supremacia e o triunfo necessário da idéia e da volição mais poderosa, todo o povo pinhalense comemorou com júbilo indescrevível o acontecimento, saindo pelas ruas, onde todos os edifícios se apresentavam festivamente ornamentados. Em meio a esse intenso regozijo coletivo, não fora esquecido o vulto impar do cap. JOSÉ RIBEIRO DA MOTA PAIS, figura central daquela árdua campanha, sendo-lhe então tributadas as mais calorosas homenagens públicas.

Registre-se, contudo, que a instalação da nova vila demandou demorados preparativos, frutos mais das procrastinações burocráticas e oficiais do que da ausência de recursos locais. Assim, foi somente em 20 de abril de 1879, dois anos depois da sanção da lei que criara a vila, e sob a presidência do cap. JOSÉ RIBEIRO DA MOTA PAIS, posteriormente Barão de Mota Pais, que se logrou instalar a Câmara Municipal da Vila do Espírito Santo do Pinhal. Foram os seguintes os vereadores então empossados: MANUEL DE ARANHA CAMPOS, JOAQUIM DE SOUZA MORAES, VICENTE GONÇALVES DA SILVA, ANTONIO BARBOSA DE BARROS, HONÓRIO DE AVILA SOARES e LUCIO RIBEIRO DA MOTA. Em sessão realizada a 21 de abril do mesmo ano,

a Câmara nomeou seus funcionários efetivos, que foram: JOSÉ POLICARPO DE ALMEIDA QUEIROZ, secretário; TEODORO FRANCO, procurador; OPTUCIANO JOSÉ SIDNAID, fiscal; e JOAQUIM GERMANO XAVIER, porteiro.

A sessão de instalação dessa Câmara ou Edilidade foi efetuada em uma casa pertencente ao seu presidente, sita à rua Quinze de Novembro, n. 13. O vereador LUCIO RIBEIRO DA MOTA, não podendo comparecer no dia aprazado, tomou posse no dia seguinte, dia 21 de abril, quando se realizou a primeira sessão ordinária da dita Câmara, ainda no mesmo prédio acima referido, dando-se início aos trabalhos às dez horas da manhã.

* * *

No Império, os partidos políticos eram obra pessoal de D. PEDRO II, cujo reinado timbrou em intimamente se aproximar do parlamentarismo britânico, como acentua RUBENS DO AMARAL.

Em Pinhal, a política tinha forçosamente que refletir essa visão unipessoal, particularíssima, do Imperador.

No período monárquico, que ora estamos estudando, a política pinhalense, analisada em visão global, bipartia-se em duas grandes correntes partidárias: a representada pelo Partido Conservador, chefiado pelo Cel. FRANCISCO XAVIER RIBEIRO e outros; e a encarnada pelo Partido Liberal, liderado pelo Cel. JOAQUIM JOSÉ DE ALMEIDA VERGUEIRO, pelo Barão de Mota Pais e outros. (Observe-se, em passant, que essa velha e estafada dicotomia entre políticos «liberais» e «conservadores» não existe mais em país algum, a política chamando-se atualmente do «centro», da «esquerda» e da «direita»).

Com o transcorrer do tempo, na larga moldura das épocas, nem sempre se manteve inalterada essa rígida distinção politico-partidária. Assim, avisinhando-se da proclamação da República, cindira-se o Partido Liberal, notando-se que os VERGUEIROS inclinavam-se fortemente para os lados onde sopravam os ideais republicanos. A este respeito, entretanto, conforme nota pessoal que conservo comigo, escrita de próprio punho, adverte o saudoso FRANCISCO ALVARES FLORENCE:

«Cumpro fazer aqui um reparo: Sempre ouvi que, ao se proclamar a República, só existiam em Pinhal dois republicanos: o Cel. EDUARDO TEIXEIRA e o Cel. ERNESTO DE FARIAS».

Durante as movimentadas refregas do partidário político local, o eminente FRANCISCO GLICÉRIO aqueceu em vir a Pinhal, o que fez por diversas vezes, sendo certo que realizou sua primeira conferência em a residência do Cel. JOSÉ JOAQUIM DE ALMEIDA VERGUEIRO, compadre e dileto amigo do BARÃO DE MOTA PAIS. Essa vivenda, localizada no Largo da Matriz (hoje Praça da Independência) era um dos primeiros edifícios construídos com tijolos existentes na cidade; e a sua escolha, para a realização da referida conferência, se explica no fato de

serem os VERGUEIROS, naquela ocasião, gliceristas apaixonados, republicanos exaltados.

NOTA: — Quando ainda gozando de sua preciosa e fecunda vida, consultei o eminente pinhalense Dr. ABELARDO VERGUEIRO CESAR, acerca das afirmações contidas em o trecho acima de nossa exposição. O «Doutor Abelardinho», como era afetuosamente conhecido e tratado pelos seus íntimos e amigos, respondeu-nos por escrito, da seguinte forma:

«Não posso afirmar que todos os VERGUEIROS já fossem republicanos apaixonados. Mas o Dr. JOSÉ DE ALMEIDA VERGUEIRO era, e mais que todos o Cel. AMANDO VERGUEIRO. Tanto é assim que se realizou a primeira conferência republicana em Pinhal na casa do Pai daqueles, o Cel. J. J. DE ALMEIDA VERGUEIRO.

Isso é público e notório. É do domínio público.

Os republicanos não eram só aqueles. Parece que também o eram HONÓRIO D'ÁVILA, o CAMARA, pai do farmacêutico RAUL CAMARA, do Jardim...»

Ai fica, pois, ligeiramente esboçada, a questão do republicanismo histórico em Pinhal, aguardando-se a palavra dos sabedores para o seu cabal desenvolvimento...

* * *

Prosseguindo em nossas pesquisas, referentes ao período monárquico, lembremos que a bênção do novo Cemitério foi levada a efeito em 15 de março de 1888. Em 16 de abril do mesmo ano foi procedida a libertação integral de todos os escravos existentes no município, fato altamente significativo e cujo tratamento nos reservamos para fazê-lo em capítulo especialmente composto para êle.

Passa a circular o primeiro jornal do município, preenchendo uma lamentável lacuna cultural, porquanto até então inexistira imprensa na localidade. Assim, em 1887 veio à luz da publicidade «O Pinhalense», redatorado pelo cap. ANTÔNIO RAPOSO DE ALMEIDA, advogado provisionado; no ano seguinte, em 11 de novembro de 1888, aparece o primeiro exemplar de «A Gazeta de Pinhal», dirigida por FELIX VIEIRA CORTES.

Em 1887 iniciou-se em Pinhal vibrante campanha republicana, contando com fervorosos adeptos e propagandistas ardentes, os quais francamente pregavam a queda da Monarquia.

* * *

Afloraremos, agora, na agonizar desta parte de nosso trabalho, um fato histórico assaz interessante e que até hoje permanece sem uma explicação clara e definitiva. Trata-se de um verdadeiro mistério histórico

de intrincada decifração, alude-se a um autêntico problema proposto aos diligentes escavadores das origens pinhalenses e cuja estranheza resiste à vagarosa análise do cronista:

— A Comarca do Espírito Santo do Pinhal funcionou, durante largos anos, em a cidade de Itapira, muito embora conservasse a mesma denominação de Espírito Santo. Por que?

Verificaremos, agora, êste fato, sem explicá-lo; como se sabe, verificar um fato não é o mesmo que explicá-lo.

Historiemos os fatos. A Comarca do Espírito Santo, criada pela Lei n. 62 de 28 de fevereiro de 1881, sancionada pelo Presidente da Província, Senador FLORENCIO CARLOS DE ABREU E SILVA, funcionou na cidade de Itapira até 12 de outubro de 1892. Em memorável sessão da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 20 de fevereiro de 1888, o vereador LUIZ BERNARDES STAUT fez ouvir seus indignados protestos contra essa capitidistinação lastimável, propondo incontinenti a seus pares que a Câmara fizesse uma severa representação ao Governo Provincial, a fim de que fosse sem mais delongas transferida, «como era natural», a sede do poder judiciário para Pinhal.

No ano seguinte, em 26 de dezembro de 1889, o Presidente da Província, o BARÃO DE JAGUARA, fez baixar o Decreto n. 94, o qual declarava que a Comarca do Espírito Santo, daquela data em diante, passaria a funcionar com o Termo que lhe trazia o nome. Não obstante, apesar do tom imperativo desse decreto governamental, tudo continuou como dantes, isto é, a Comarca de Pinhal continuou funcionando em Itapira!

Fato verdadeiramente inexplicável!... Dois anos após à criação da Comarca pinhalense, o Conselheiro FRANCISCO DE CARVALHO SOARES BRANDÃO, através da Lei n. 14, de 10 de março de 1883, elevava a villa do Espírito Santo à categoria de cidade, sendo nomeado primeiro juiz municipal e de órfãos togado o Dr. PAULO MACHADO FLORENCE. Pinhal já era, portanto, cidade, contando com todos os recursos materiais para a instalação da Comarca; a Comarca fora mesmo classificada como de 2.ª entrância, de conformidade com o Decreto n. 9.295, de 27 de setembro de 1884 — mas a sede do seu poder judiciário continuava em Itapira...

Essa estranha e anômala situação perdura até 1892 — mais de onze anos após a Lei que criara a Comarca — quando foi oficialmente instalada, só então pondo-se em execução o que dispusera o decreto n. 94 de 1889, já citado, fez baixar pelo Presidente da Província.

A instalação oficial da Comarca... Toda a população foi gratamente surpreendida por essa auspiciosa notícia. Pomposas solenidades foram programadas e promovidas para comemorar êsse notável acontecimento, que empolgava a cidade.

O primeiro Juiz de Direito da Comarca de Pinhal foi o Dr. FABIANO AUGUSTO NOGUEIRA PORTO. Sucedendo ao Promotor Público interino, PORFÍRIO FLORINDO COELHO, foi nomeado para a primeira investitura nesse cargo inicial do Ministério Público o Dr. ABE-

LARDO DE CERQUEIRA CÉSAR, cargo no qual veio a tomar posse um ano após à sua brilhante formatura em ciências jurídicas e sociais.

Com o correr do tempo, o Dr. ABELARDO DE CERQUEIRA CÉSAR tornou-se influente e poderoso chefe político local, logrando tomar assento na Câmara Legislativa do Estado, de 1903 a 1923, devido principalmente aos esforços de HERCULANO DE FREITAS, BERNARDINO DE CAMPOS e FRANCISCO GLICÉRIO, de quem era sobrinho e particular amigo. Este ilustre homem público era ainda discípulo político de seu cunhado, o insigne deputado estadual Dr. JOSÉ DE ALMEIDA VERGUEIRO, laureado em medicina e falecido tão precocemente; assim é que, associado a este egregio político, o Doutor ABELARDO fez o mais feliz *spendants*, emparelhando-se com ele na sua carreira política, iniciada na oposição e terminada em 1930.

A vida do Dr. ABELARDO DE CERQUEIRA CÉSAR distinguu-se por ter sido repleta de assinalados serviços à sua terra natal: e, por isso, merece novas e mais amplas referências do cronista. Em 19 de março de 1894 exonerou-se, a pedido, da Promotoria Pública, por não ter querido curvar-se a injusta decisão da política local, o que deu margem à instauração de um processo ruído, o qual se prendia a um conflito de jurisdição, levantado a propósito da pendência tradicional existente a respeito dos limites entre as fronteiras dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, pretendendo as autoridades mineiras investir contra direitos de cidadãos paulistas, em cobranças de impostos e ações de executivo fiscal. Esta explicação consta de declarações do próprio Doutor ABELARDO, em discurso proferido por ele no recinto da Câmara dos Deputados de São Paulo, na sessão de 14 de abril do ano de 1920.

Procurando investigar melhor quais os motivos que levaram o Doutor ABELARDO a exonerar-se da Promotoria Pública, em Pinhal, consultamos pessoalmente o seu inolvidável filho, Dr. ABELARDO VERGUEIRO CÉSAR, o qual dignou-se em nos responder, por escrito, corroborando as razões acima expostas, asseverando-nos ainda:

«Também por não querer acusar violentamente determinada pessoa que a política achava que devia fazer, mas que ABELARDO reputava não merecer tal cargo».

Deixando as honrosas lides da Promotoria Pública, o Doutor ABELARDO consagrou-se à nobre e formosa profissão de advogado, além, como já vimos, de empenhar-se nas lutas da política militante; montou seu escritório de advocacia em Pinhal, onde veio a se casar em 1893, tendo dirigido casa bancária até o ano de 1904, na mesma cidade. Jamais quebrando sua impressionante lealdade política, participou de todos os empreendimentos locais, trabalhando ativamente na Campanha Civilista de 1908 e na Campanha Nacionalista de 1916-1917. Tomou parte do Senado do Estado de São Paulo e da célebre Convenção Civilista do Rio de Janeiro, que aclamara a candidatura de RUY BARBOSA à Presidência da República, figurando como representante de Pinhal, Mogi-Guaçu, Cajuru, São José do Rio Pardo e Mococa. Participou da Revolução Constitucionalista de 1932 e na Campanha da Chapa Única por São Paulo Unido,

não exercendo atividade político-partidária, mas figurando como elemento de jornada cívica, de vez que, como já vimos, havia encerrado sua carreira política em 1930.

Há quem afirme ter sido o Doutor ABELARDO Procurador Geral do Estado, por indicação espontânea do Dr. JORGE MIRANDA, seu tio, senador e republicano histórico. A este respeito o Doutor ABELARDINHO escreve-nos:

«É engano. ABELARDO nunca foi Procurador Geral. Seu tio e amigo JORGE MIRANDA é que ofereceu esse cargo».

Ainda do Doutor ABELARDINHO é o seguinte testemunho, a propósito de seu pai, em linhas que conservamos em nossos arquivos:

«ABELARDO também tomou parte na Revolução de 1932 e na campanha da Chapa Única por São Paulo-Unido, não mais como campanha partidária mas como jornada cívica. Pois encerrou sua carreira política em 1930».

O Dr. ABELARDO DE CERQUEIRA CÉSAR atravessou uma vida nobilíssima e sem par. Ao lado das virtudes cívicas, ele possuía a «virtude política», como a entendia MONTESQUIEU, virtude que se traduz no apaixonado amor à Pátria e à igualdade, constituindo um ideal somente positivamente pelas instituições da República democrática.

Não nos enganamos nisto: o Doutor ABELARDO foi um autêntico político, um político como o idealizara PLATÃO, um político marcado por experiências profundas e singularizado por uma prudência aristotélica no trato diuturno da coisa pública.

FASE REPUBLICANA

Desligado por fim do fôro de Mogi-Mirim, a que não independia até 1879, tendo já o seu próprio fôro, é evidente que Pinhal acelerara bastante a marcha ascendente de seu progresso, distanciando-se velozmente da retardada e vacilante povoação de 1850. A cidade, agora, já não se arrastava molemente como a primária coletividade de 1870, que bocejava em dias estirados e opacos, sem que nada visse dissipar seu tédio e seu marasmo, sem que coisa alguma acontecesse para amenisar as sensaborias de sua vida ociosa e obscura, mergulhada nas condições ordinárias da existência material. A pequena e primitiva coletividade foi caracterizando gradualmente os seus traços peculiares, adquirindo lentamente fisionomia própria, forma orgânica e inconfundível, feição distinta e especial.

Com a queda da Monarquia, ou melhor, ao se implantar no país o regime republicano, a cidade ganhou definitivamente a sua verdadeira e jovem flexibilidade de movimentos, adquiriu firmeza na renovação fundamental de sua mentalidade; seu índice demográfico perdera a tenuidade primitiva, apresentando um «élan» capaz de levá-la e alçapremá-la a melhores e mais altos destinos. Pinhal tornara-se, portanto, altamente desenvolvida e diferenciada, tornara-se senhora de seu destino, capitã de sua sorte, manufatora de seu futuro, artesã e criadora exclusiva de suas metas e resoluções.

A natividade da República rompera repentinamente a espécie de feudalismo econômico, social e político em que, até então, dormitara a robusta sociedade brasileira; antes da triunfal eclosão dêsse emocionante acontecimento político, portador de tão vastas e benéficas consequências para o país, o trono e seu rígido sistema de governo imperial, centralizador e unitário, asfixiavam as Províncias e, para os municípios, representavam uma como que servidão medieval. A política do Império subjuguava e estrangulava o desenvolvimento das Províncias, a evolução dos municípios nacionais; extenuava o vigor regional e absorvia a vitalidade das arrecadações municipais. Por isso dizia RUY BARBOSA que «as Províncias se arrastavam oprimas, afogadas, inertes sob a hipertrofia monárquica».

O Brasil viveu, sobretudo sob o governo do Segundo Reinado, curvado em sacrifício invariável, ajoelhado numa forma retrógada e funesta de administração, de economia, de finanças; essa «sociedade sem povo», na forte expressão de CANDIDO MOTA FILHO, essa «pomposa aparelhagem de um Império que não podia imperar», consoante a frase expressiva de AZEVEDO AMARAL, assinalam e marcam, na verdade, a Idade Média da política brasileira. Sufocava-se a anímada e generosa atividade nacional. Tudo era carregado para o Rio de Janeiro, tudo era centralizado

na chamada Corte, a qual era brilhante e suntuosa, vivendo sob o frenesi de suas «orgias financeiras», no cláustico dizer de MAUÁ, enquanto que as Províncias e o interior do país mourravam incessantemente, exauriam-se na obscuridade, no esquecimento, na incultura e no trabalho, para sustentar o fausto da Metrópole.

Durante o Império, a política brasileira agitava-se no leito de Procusto de um flagrante irrealismo. Liberais e conservadores (partido saquarema), ambos unidos e coligados nesse ponto crucial, propugnavam pela existência e pela manutenção de um Estado sem contato e sem correspondência efetiva com a realidade nacional. «Tudo para a sede do governo central, nada para o interior da nação» — tal era o lema, tal era o lábaro seguido por aqueles políticos bisantinos, adotado por aqueles parlamentares cerebrinos, por aqueles financistas e economistas totalmente encafuados nos ambientes fechados dos gabinetes de estudo, sempre curvados sobre os livros europeus, nos quais eram sedutoramente expostas as filosofias políticas estrangeiras; aqueles juristas e doutores atravessavam a existência namorando a geometria, a estética e a formosa simetria das instituições inglesas e francesas, ambicionando ansiosamente cópias e transplanta-las para o Brasil, desdenhando de estudar as profundas e legítimas aspirações do país, descurando-se de atender aos justos reclamos das verdadeiras realidades e necessidades nacionais, desconhecendo quase que por completo os problemas positivos e permanentes da nação.

«As divagações floridas de muitos dos grandes homens do Império, provas interantissimas de amena erudição, nada nos diziam de fato do Brasil, no conhecimento de cujas peculiaridades só poderíamos entrar pelo auxílio dos estrangeiros que por aqui viajavam. Nesses jogos aéreos da inteligência sem norte, perderam-se mentalidades poderosas: de modo tal que nos é fácil averiguar que a obra política do Império verdadeiramente útil foi feita por homens menos preparados, isto sem excesso desde PARANA a COTEGIPE». — Assim escreve GILBERTO AMADO, aludindo à situação do Segundo Reinado, prossequindo em sua brilhante análise de crítica histórica:

«Assim o Império era uma academia de retóricos em vez de ser um campo de cultura; uma biblioteca em vez de ser uma fazenda; um instituto histórico em vez de ser uma usina: era quase um passado no seu presente, em vez de ser um presente na vertigem do futuro».

ALEXANDRE MARCONDES FILHO revela possuir exata visão do problema, que ora estamos aflorando, tanto que escreve com elevação e inteligência:

«O Império contém uma esplêndida galeria de estadistas, onde aparecem figuras excepcionais que serviram à nação com um senso extraordinário dos seus altos destinos. Sobre tudo no começo, sobretudo na guerra e mesmo na sufocação das revoluções interiores, sendo, porém, a República uma vocação americana, o Império envelheceu precocemente, quando entrou no período de paz».

Na opinião das cultas personalidades, que politicavam no Império, no modo de pensar e raciocinar daqueles homens inteiramente intoxicados

pela superalimentação teórica e livreira, o indivíduo humano não passava de um átomo abstrato, não era senão o princípio e o fim do mundo jurídico, não era mais que o «prius» e o «posterius» do mundo da juridicidade, segundo o magistério de BATAGLIA e consoante a própria configuração dada nos códigos civis individualistas e liberais. Desconheciam seguramente, aqueles ideologistas maníacos, que não só o direito de família, de propriedade, de obrigação, de sucessão existe: direitos fora do Estado também existem, também funcionam e atuam, como o moderno direito constitucional do trabalho, além de muitos outros, resumidos em tendências técnicas, sociais e políticas, direitos esses que revelam e evidenciam a insuficiência do Estado liberal. Ignoravam, aqueles políticos teóricos e fanáticos, que o homem não existe simplesmente, mas coexiste principalmente; olvidavam que o homem não somente obedece a um catálogo de direitos e deveres, sem deixar de ser um ente eminentemente social e gregário, aparecendo ou surgindo na cena histórica forrado de direitos e deveres para com o próximo. Ou — dito de outra forma —: Além dos deveres para consigo mesmo (erga se), tem o homem deveres para com os outros (erga alius).

Coube principalmente a DUGUIT a tarefa de demonstrar que o homem é um ser social, um ente despido de direitos individuais; o homem individual é uma pura ficção, uma mera criação do espírito; o homem tira os seus direitos do meio social e não os impõe a este. E foi preciso que o tempo corresse, que as épocas passassem para que o homem fôsse gradualmente se desprendendo do atomismo jurídico e individualista, fôsse paulatinamente compreendido em sua verdadeira realidade, isto é, equacionado como profissional, trabalhador e produtor.

Aquêles singulares homens do Império do Brasil, todavia, não sabiam viver senão mergulhados em «flatus vocis», afundados em «super-vacuas subtilitas»; eram juristas, políticos e economistas que, conforme sentença EDMOND PICARD, apadecem de deformação profissional, não têm contato com a alma geral, e por isso, dão ao direito uma beleza simplesmente exterior, de pura arquitetura teórica, cheia de decorações e paramentos, de técnica vazia e simétrica. Eram homens, enfim, que viviam meditando em obras de arte política, em realizações de estética política puramente abstrata e formal, daí o pretenderem importar constituições ensopadas de romantismo político, códigos de leis perfeitas, diplomas jurídicos monumentais na sua magestade estrutural, como a Constituição Federal de 1891.

É bem de ver que tais constituições, que tais códigos e tais diplomas tinham que ser construídos inteiramente fora e divorciados da palpitante realidade nacional. Preponderava a mania das leis simetricamente perfeitas, à maneira inglesa, francesa e americana. JEREMIAS BENTHAM, do seu longínquo gabinete londrino, escrevia e enviava constituições políticas para todas as repúblicas que as solicitassem, e, na América do Sul, segundo o exemplo da Sicília, algumas chegaram mesmo a esse extremo, talvez encomendasse uma o próprio SIMÃO BOLÍVAR, que fora discípulo do grande constitucionalista britânico.

No Brasil, é seguramente certo que ninguém nunca fez um pedido dessa natureza, mas o ministro JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADE E SILVA correspondia-se assiduamente com o ilustre filósofo do utilita-

risimo, explanando-se mutuamente em sábios discursos sobre temas de governo e — daí quem sabe? — talvez o insigne ANDRADA tenha solicitado a pré-fabricação de uma constituiçãozinha, ao menos para uso pessoal, atendendo-o por certo o teorizador da doutrina da «felicidade do maior número».

Agora pergunta-se: Onde encontrar, nesses textos magníficos, simétricos, admiráveis, onde descobrir nesses documentos políticos sem alma, nesses longos e inumanos desfiles de palavras mortas a força plástica nacional, a força vital, própria e específica das verdadeiras, das genuínas, das autênticas leis fundamentais?

* * *

Pinhal — como toda a Província, como a nação inteira — colheu os mais fecundos frutos, os resultados mais opimos com a profunda e radical mudança de estrutura política, social e econômica, que se operara com a implantação da República. O irrompimento quase subitâneo, porém esperado e de incalculável alcance para todo o país, das instituições republicanas, teve o condão de imprimir novas e frutíferas relações de harmonia entre a vida material e o espírito público, que dominavam no limitado cenário pinhalense. Uma insólita febre de melhoramentos assenhoreou-se de toda a população da cidade, apoderou-se de todos os habitantes do município.

Por outro lado, a igualdade das classes sociais, as garantias constitucionais do cidadão, a liberdade individual assegurada na lei, o respeito à personalidade humana, considerada inviolável e sagrada, o forte incitamento ao espírito de iniciativa particular e a intangibilidade dos direitos de cada um representam conquistas supremas do liberalismo democrático, constituem as molas do progresso social, fadadas a afugentar as sombras da decadência, destinadas a expulsar os vermes da estagnação, elaboradas para incrementar o aperfeiçoamento coletivo. As novas e amplas perspectivas históricas, rasgadas e descortinadas no vasto âmbito da política e da economia nacional, cimentadas principalmente na descentralização administrativa, com o crescimento poderoso do municipalismo, foram as sólidas alavancas que condicionaram o desenvolvimento acelerado e a grandeza atual da cidade, que ROMUALDO DE SOUZA BRITO e sua mulher consagraram à votiva e tutelar onipotência do Divino Espírito Santo.

Graças a essas profundas renovações de estilo político, de clima econômico e de fisionomia social, oriundas da implantação no país do governo republicano, Pinhal logrou gradualmente converter-se no que hoje é — : formoso, moderno e civilizado torrão paulista, retiro encantador plantado à ilharga do rico Estado montanhês, bucólico recanto graciosamente debruçado sob os ombros roxos da possante Serra da Mantiqueira,

* * *

Em todo este magnífico período histórico da civilização pinhalense, um nome avulta e se impõe com culminante relevo, revestido de uma

importância nunca louvada com excesso, por sempre intervir eficazmente na vida social e política de Pinhal. Queremos nos referir à personalidade augusta e solar de ABELARDO DE CERQUEIRA CÉSAR, que, até o ano de 1930, foi o chefe supremo das forças políticas locais, foi o lúcido coordenador, o condutor esclarecido das correntes partidárias do município. Este político de energia branda e admirável, de visão excepcional dos negócios públicos, sempre revelando ser um homem no sentido empregado por EMERSON e CARLYLE, isto é, um homem-síntese, um «representative-man», — um homem na acepção usada por NAPOLEÃO ao falar de GOETHE — conseguiu atingir um escopo difícil e altamente meritório: a fusão dos dois partidos políticos reinantes na localidade. Essa harmoniosa e construtiva aglutinação de forças políticas trouxe, como era de esperar, copiosos e consideráveis progressos ao município e à cidade de Pinhal, introduziu a calma e a serenidade no seio de suas famílias, divididas por rancôres e surdos ressentimentos. Essa união forte e feliz, finalmente, após apaziguar a família pinhalense, conseguiu diluir os excessos oligárquicos que consumiam o município.

A conjugação inteligente das facções políticas pinhalenses, divisoras das energias partidárias locais, o entrelaçamento longamente indissolúvel das duas bandeiras políticas do município, esse perfeito trabalho de se amalgamar em um só núcleo operante o situacionismo e o oposicionismo locais, não poderem ser esquecidos tão cedo pelas gerações pinhalenses. Essa histórica e tão homogênea coligação de estandartes político-partidários foi realizada em 9 de julho de 1916, por ocasião da famosa reunião das hostes partidárias da localidade, as quais, como já vimos, até então se degladiavam tenazmente, com graves e sensíveis prejuízos para o crescimento vital da cidade e do município.

O magnífico e superior trabalho de compreensão política, de direção e congraçamento partidário da família pinhalense, concebido e realizado pelo Dr. ABELARDO DE CERQUEIRA CÉSAR, encerrou-se com o advento da Segunda República, nascida no bojo renovador da Revolução de 1930: e, com a conseqüente pululação de novos partidos políticos nacionais — partidos que, na Terceira República, foram extintos pelo estadonovismo de GETÚLIO VARGAS — cessou a brilhante e fecunda fusão das correntes políticas de Pinhal. Todavia, não quer isto dizer que as facções políticas de Pinhal deixaram de marchar com cavalheirismo mútuo, desenvolvendo suas campanhas sob o pálido dos ideais limpidamente democráticos...

Mas não só por aquela impecável obra de junção de vibrações políticas antagonônicas, de ritmos partidários antipodais viu-se justamente memorizado o nome inatacável do Dr. ABELARDO DE CERQUEIRA CÉSAR. Este nome ilustre, que todos os pinhalenses conscientes devem exaltar e abençoar, é sempre invocado em feitos de transcendental relevância, concretizados tanto no áspero terreno da ação prática como na complexa esfera do pensamento puro, feitos estes que são sumariamente articulados no organismo desta pequena história da civilização pinhalense.

Entre outras benemerências de vulto, levadas à crédito do Dr. ABELARDO, podem ser citados os discursos que pronunciou na Consti-

tuinte Estadual de 1921, bem como os proferidos na Câmara dos Deputados e no Senado de São Paulo focalizando os importantes problemas da higiene e da instrução pública, contendo sugestão posteriormente aceita pela Constituinte Federal de 1934. Focaliza, ainda, nesses discursos, a criação de uma escola de altos estudos, no que foi louvado por AMADEU AMARAL nas colunas do jornal «O Estado de S. Paulo», passando a ser considerado o precursor da Universidade de São Paulo. Discursa, ainda, sobre a criação de uma escola profissional em Pinhal, sobre a instituição no país do voto secreto, pleiteando, portanto, verdadeiras antecipações históricas, defendendo ideais que se converteram em formosas e palpitantes realidades do presente.

A respeito dos discursos em alusão recebemos do Dr. ABE-LARDINHO a seguinte observação escrita:

«Será bom mencionar a data de cada discurso, que consta do volume Arquivo Pinhalense. É necessária essa citação para comprovar que a afirmação não é uma infantilidade».

* * *

Em um trabalho de sinopses apressadas, de sínteses abraçando vastos conjuntos como este, não trepidamos em compor um quadro abreviado do passado politico-partidário pinhalense, na fase republicana.

Escrevia PLINIO SALGADO em 7 de outubro de 1931:

«Desaparecidos os partidos tradicionais da Monarquia, a política republicana criou no Brasil duas sortes de atividades partidárias, com fundamento em interesses reais: — a luta entre os partidos municipais pela disputa do mando local, e a contenda entre os grandes Estados que, desde 1890, ora se harmonizam, ora se agredem, pleiteando a posse do Poder Federal».

Ditas estas palavras de preâmbulo, principiaremos nossa intrincada tarefa afirmando que duas eram as falanges políticas dominantes em Pinhal, neste período: o situacionismo e o oposicionismo, partidos que eram animados pelo mesmo princípio liberal-democrático. Dentre os principais próceres políticos republicanos distinguem-se EDUARDO TEIXEIRA, ERNESTO DE FARIA, Dr. JOSÉ DE ALMEIDA VERGUEIRO, AMANDO VERGUEIRO e ARTUR VERGUEIRO, sendo de notar que a chefia deste partido passará das mãos de EDUARDO TEIXEIRA para as do Dr. JOSÉ DE ALMEIDA VERGUEIRO, então eleito Deputado Estadual. A oposição era chefiada pelo BARÃO DE MOTA PAIS, pelo Dr. JOSÉ SILVESTRE MACHADO, pelo Dr. CAROLINO FERREIRA DA SILVA e outros.

Com a queda espetacular do Partido Republicano Federal, comandado por FRANCISCO GLICÉRIO — queda que coincide com a subida ao poder do consolidador da República, PRUDENTE DE MORAIS — perdeu a liderança do partido, em Pinhal, o Dr. JOSÉ DE ALMEIDA VERGUEIRO. Para substituir este insigne político surge a figura do

Dr. ABELARDO DE CERQUEIRA CESAR, solidário sempre, entretanto com aquele mestre da política local. Mais tarde, com o brusco e doloroso falecimento do Dr. JOSÉ DE ALMEIDA VERGUEIRO, a liderança da oposição veio a passar definitivamente para o comando do Dr. ABELARDO DE CERQUEIRA CESAR.

Depois da deflagração da Revolta de 1902 — episódio histórico de interesse que estudaremos mais adiante — a oposição subiu... No ano seguinte, o Dr. ABELARDO dirigia «A Cidade de Pinhal», folha política de circulação no município, sendo ainda vereador municipal, eleito pelo seu partido. Por esse tempo, chegou o Dr. ABELARDO a ser eleito presidente da Câmara Municipal, obtendo, logo após, cadeira no Congresso Legislativo Estadual. Aliou-se então o Dr. ABELARDO ao Cel. JOAQUIM LEITE DE SOUZA, chefe político que o havia sucedido na presidência da Câmara Municipal e na presidência do diretório político do Partido Republicano Paulista local.

O acórdio político, já referido, realizado em 1903, e que foi uma combinação partidária inteiramente espontânea, fortalecera vigorosamente o P. R. P. local, trazendo paz, progresso e prosperidade ao município, arrefecendo e por fim apagando o furor das antigas lutas politico-partidárias locais, lutas que afetavam prejudicialmente as relações pessoais e a própria convivência social, lutas ainda cujo «climax» perigoso culminou com a morte súbita do ilustre deputado Dr. JOSÉ DE ALMEIDA VERGUEIRO, tombado na renhida eleição de 30 de outubro de 1899, vítima de síncope cardíaca. Lutas, finalmente, que se coloriam de matizes fortemente virulentos nas campanhas de «A Regeneração», jornal de combate, dirigido por ARTUR RIO VEZ.

Durante demorados anos, ou seja de 1899 a 1903, o Dr. ABELARDO DE CERQUEIRA CESAR permaneceu na direção da oposição local, conseguindo alcançar grande influência em todo o 7.º Distrito Eleitoral, que ele representava na Câmara dos Deputados de São Paulo e que compreendia catorze municípios, desde Itapira até São Simão.

Em 1906, com o conagração do P. R. P. com a Dissidência Paulista, chefiada por JULIO DE MESQUITA em fins de julho desse ano, com JORGE TIBIRICA na presidência do Estado, findou em radiosa harmonia a velha pendência local estabelecida entre MOTAS E VERGUEIROS. As correntes políticas locais, nessa ocasião, fraternizaram-se sob os auspícios do Dr. ABELARDO DE CERQUEIRA CESAR, do Cel. JOSÉ RIBEIRO DA MOTA, do Cel. ARTUR VERGUEIRO, do Cel. JOAQUIM LEITE DE SOUZA, do Cel. MANOEL PIO RIBEIRO e de ANTONIO TOMAZ PACHECO LESSA, o qual, no ano seguinte, foi indicado e eleito prefeito municipal de Pinhal.

Cumprir assinalar, neste tópico de nossa exposição, a figura interessante de ARTUR VERGUEIRO, homem de coração e de bom-senso, criatura desinteressada e que sempre se revelou um elemento altamente apaziguador da política pinhalense. Antes da existência legal da polícia de carreira em nosso Estado, exerceu por diversos anos o espinhoso cargo de delegado de polícia de Pinhal, sem nunca ter querido perceber os orde-

nados correspondentes a essa função, renunciando espontaneamente, doando livremente os seus vencimentos integrais às instituições de caridade, distribuindo-os aos pobres e amigos necessitados de ajuda material. Neste particular, o Cel. ARTUR VERGUEIRO procedia exatamente como o Cel. JOSÉ RIBEIRO DA MOTA SOBRINHO, o qual, igualmente, nunca quiz receber os proventos que lhe competiam e que lhe eram fixados por lei, quando esteve à testa da Prefeitura Municipal de Pinhal, em 1925.

Com a sua singeleza de frase, eis o que nos escreve o Dr. ABELARDO VERGUEIRO CÉSAR, em notas de próprio punho para este trabalho :

«Antes, com o conagração do P. R. P. com a Dissidência Paulista, chefiado por Júlio Mesquita, em fins de 1906, quando era Presidente Jorge Tibiriçá, terminou em radiosa harmonia a velha pendência dos Motas e Vergueiros. Pois se conagraram as correntes políticas locais, sob os auspícios de Abelardo, Cel. José Ribeiro da Mota (pai de Gentil), Cel. Artur Vergueiro, Cel. Joaquim Leite de Souza, Cel. Manoel Pio Ribeiro, Pacheco Lessa, no ano seguinte eleito Prefeito Municipal.

«É bom lembrar-se a figura interessante que é Artur Vergueiro, homem de bom senso, de coração desinteressado, que sempre foi um elemento altamente apaziguador da política pinhalense. Antes da existência da polícia de carreira, exerceu por diversos anos o cargo de delegado de polícia, sem nunca ficar com os ordenados correspondentes, que doava integralmente para instituições, para pobres e para amigos necessitados.

«O Cel. José Ribeiro da Mota Sobrinho também procedia com o mesmo desinteresse: pois não recebeu seus ordenados, que lhe competiam, quando exerceu a Prefeitura de Pinhal.

* * *

Em 1915, o Dr. ABELARDO DE CERQUEIRA CÉSAR e o Cel. JOAQUIM LEITE DE SOUZA cindiram-se politicamente, voltando aquêle, em virtude da cisma política dêste, em ocupar a presidência do Diretório político local. Depois desta cisão, o Cel. JOAQUIM LEITE DE SOUZA abandonara o P. R. P., fundindo a sua corrente partidária com a do velho P. R. C., capitaneada por SABINO BUENO RIBEIRO e RANDOLFO AGOSTINHO RIBEIRO. Um ano após, em 1916, realizou-se o célebre acôrdo de 9 de julho, consumou-se o famoso conagração dos dois partidos existentes na localidade: oposição e situação.

Feita essa fusão surgiu, em 1919, o Partido Municipal, liderado pelo Dr. CAROLINO DA MOTA E SILVA, acompanhado pelo Cel. JOSÉ RIBEIRO DA MOTA SOBRINHO, pelo Dr. MANUEL DE ALMEIDA VERGUEIRO, pelo Cel. BATISTA DE LIMA NOVAIS, pelo cap. GENTIL RIBEIRO DE OLIVEIRA MOTA, além de outros expressivos expoentes políticos.

Grande luta então desencadeou-se entre os dois partidos — o antigo, condensado nos políticos situacionistas coligados e fundidos aos oposicionistas, e o recém-fundado. Referida luta findou, porém, em acôrdo administrativo, em equilíbrio superior, cujas benéficas vantagens e conseqüências foram eloquentemente ressaltadas pelo Dr. ABELARDO DE CERQUEIRA CÉSAR, no brilhante discurso de 1921, pronunciado ao ensejo da visita oficial do Dr. WASHINGTON LUIZ PEREIRA DE SOUZA, Presidente do Estado, a Pinhal. Disse então, magnificamente, o conspicuo orador, librandose no seu verbo transbordante de força, elegância e calor :

«Separadas são administração e política. Mas não separação hostil, mas também harmônica, apoiando se uma na outra. A administração tem um programa que lhe dá a política, programa bem simples, bastante nítido, e mais que tudo, muito prático. E se a política não se pode intrrometer, como se não intrromete, na administração, esta, sem discrepância nem moleza, deve seguir, como vem seguindo, o pré-traçado programa administrativo. É essa nossa orientação; êsse é o uso que fazemos da nossa autonomia municipal, nessa unidade gloriosa da Federação, — Pinhal.

Concluido êsse fecundo e feliz acôrdo administrativo, a presidência da Câmara Municipal passou ao P. R. P. local e a Prefeitura coube ao Partido Municipal.

O Partido Municipal cooperou proficuamente para a elevação e melhoria dos costumes políticos pinhalenses, colaborando eficazmente para o progresso material da terra de Dom SEBASTIAO LEME.

Os anos transcorreram e, em 1925, efetivou-se uma verdadeira fusão política entre o Partido Municipal e o P. R. P. local: em conseqüência dêsse acôrdo político, veio a desaparecer o Partido Municipal, fundindo suas forças com as do P. R. P., passando a presidência do Diretório político a ser exercida pelo Dr. CAROLINO DA MOTA E SILVA, o qual, naquela ocasião, recusara a apresentação de seu nome para disputar a candidatura à deputação estadual.

Até 1930, a presidência do P. R. P. esteve entregue ao Dr. ABELARDO DE CERQUEIRA CÉSAR: nesse ano de 1930, dita presidência passou para o Dr. CAROLINO DA MOTA E SILVA. Já vimos que, em fins desse ano, o Dr. ABELARDO encerrara sua brilhante carreira política, como bem se pode depreender desta passagem :

«Em novembro de 1930, o Dr. ABELARDO ia apresentar no Senado do Estado um projeto sobre bibliotecas municipais. Solicitado para publicar êsse trabalho e dar uma entrevista sobre o voto secreto, excusou-se, declarando: terminou a minha carreira política.

* * *

O Cel. JOSÉ RIBEIRO DA MOTA SOBRINHO, considerado o «prefeito perfeitos», tido como o paradigma dos administradores municipais, modelo imperecível de administrador em face de sua inteligente compreensão

dos problemas administrativos do município de Pinhal, deixou marcas salutaras, traços indelevels na direção dos públicos negócios pinhalenses. Esse ilustre e distinto chefe do Executivo pinhalense foi justamente encarregado de realizar o programa de administração e política, concebido e apontado pelo proveitoso convênio entre o Partido Municipal e o P. R. P. local. MOTA SOBRINHO cumpriu tão esplendidamente sua árdua missão que chegou a merecer a admiração e a estima pessoal de WASHINGTON LUIZ PEREIRA DE SOUZA, então Presidente do Estado e seu irreduzível adversário político, muito embora haja quem negue a existência desta divergência política.

O Dr. FRANCISCO ALVARES FLORENCE, já falecido, foi outro ilustre chefe do Executivo pinhalense, revelando-se como um perfeito continuador de MOTA SOBRINHO, imitando-o com fidelidade surpreendente, amadurecendo os belos resultados adquiridos na experiência do passado.

As gestões administrativas de MOTA SOBRINHO E FRANCISCO ALVARES FLORENCE foram, sem dúvida, as que conseguiram realizar o máximo de progresso para Pinhal. Sem incidirmos em nenhum exagero, poderemos assegurar que, desde ROMOALDO DE SOUZA BRITO até os dias que correm, não houve administração municipal, em Pinhal, que se lhes possa comparar em brilho, acerto, correção e realizações de toda a ordem. Um simples estudo estatístico evidenciará, com facilidade, a veracidade de tudo quanto estamos afirmando.

* * *

Aprez-nos discorrer, agora, perfunctoriamente, a respeito das pugnas tradicionais que politicamente separavam e dividiam as famílias pinhalenses.

Principiaremos dizendo que o combate às oligarquias foi iniciado, no Brasil, no ano de 1910, sob a Presidência do Mal. HERMES DA FONSECA; entretanto, resíduos manifestamente oligárquicos permaneceram fermentando-se no âmbito municipal. As oligarquias estaduais — verdadeiras «pragas políticas» no Norte da República — nascidas principalmente da célebre «política dos governadores», de CAMPOS SALES, precursora da «política dos interventores», foram vencidas e submetidas a ferro e fogo no quatrênio presidencial de HERMES DA FONSECA. Nesse lastimoso tempo, como se sabe, foi abatido ROSA E SILVA, foram eliminados os MALTAS, os LEMOS, os ACIOLYS e sua temível comparsaria.

Em Pinhal, a propósito das propaladas dissensões politico-partidárias daninhamente sustentadas entre MOTAS, VERGUEIROS e LEITES, diremos inicialmente que elas findaram em 1907 e em 1916, anos que assinalam as duas grandes confraternizações políticas da família pinhalense. As lutas travadas entre MOTAS e VERGUEIROS cessaram em 1906, resultado do feliz conagração que fôra promovido pelo Dr. ABELARDO DE CERQUEIRA CÉSAR, ARTUR DE ALMEIDA VER-

GUEIRO, Cel. JOSÉ RIBEIRO DA MOTA e Cel. JOAQUIM LEITE DE SOUZA.

É de se ponderar, a bem da verdade, que tais lutas, embora tingidas de um caráter decididamente oligárquico, não se assemelhavam em nada, nem mesmo fugitivamente, às dos PIRES e CAMARGOS, dos primórdios da história de São Paulo; ou às dos CASTROS e MOURAS, dos MEDRADOS e CANGUIÇOS, dos MILITÕES e GUERREIROS, famílias do Norte do país, cujos códigos de sangue os aproximavam das terríveis e hediondas «vendettas» corsas. As pugnas politico-partidárias pinhalenses jamais se mancharam com os traços dessas crônicas sangrentas, dessas truculências sinistras e revoltantes, como as dos «guelphos» e «gibellinos», dos prístinos tempos de DANTE ALIGHIERE; como as dos MONTECCHIOS e CAPULETTOS, referidos na tragédia imortal de SHAKESPEARE, como as das lutas de castas dos CLAUDIOS e JÚLIOS, na Roma imperial, como as das réregas dos «biancos» e «colorados», na Província Cisplatina. Não eram, propriamente, guerras de famílias, do mesmo sanguinolento teor com que AFRÂNIO PEIXOTO as descreve em seu formoso romance «Sinhazinha»: eram lutas sustentadas sempre num terreno superior, conduzidas sempre com elevação de métodos, com lisura de processos, com grandeza de propósitos, com honestidade e respeito mútuo.

O progresso e o contínuo engrandecimento da cidade e do município eram os ideais que norteavam o pensamento dessas famílias e desses homens: o bem de Pinhal constituía a norma constante que pautava e polarizava a atividade desses políticos. Eram famílias, eram homens e políticos que, por vezes, não se compreendiam no seu entranhado amor ao torrão natal; contudo, apesar dessas divergências e discordâncias, não se odiavam com ódio tártaro, não se perseguiram com animadversão espanhola, não se desprezavam com azedume medieval, jamais aparecendo escumando de rancores mortais, fervendo de cóleras fatais, impregnados de intolerâncias fanáticas, cegas.

* * *

A queda da Monarquia e a conseqüente proclamação da República — brusca embora não inesperada — foram festivamente comemoradas em Pinhal. Esse júbilo intenso e impetuoso, que se extravasava pelas ruas da cidade, não somente vibrava no seio das camadas populares, como igualmente partia dos poderes públicos do município, empolgando as autoridades constituídas.

A primeira Câmara Municipal republicana de Pinhal foi nomeada por FLORIANO PEIXOTO, em 1891, e eleita para o período de 1892 a 1895, sendo composta dos seguintes cidadãos: VICENTE GONÇALVES, DIAS FERREIRA, LEOCADIO DE FARIA, AMANDO VERGUEIRO, HONÓRIO SOARES, FRANCISCO ROSAS e ALBERTO FLORENCE.

* * *

Quanto à imprensa, considerada o maior índice e o mais expressivo veículo da cultura popular, podemos resumir da seguinte forma a sua

história cronológica, no período republicano. Em 1891, circula o «Correio D'Oeste», órgão redatorado por MIGUEL VIRGINIO. Em 3 de julho de 1892 surge «A Cidade do Pinhal», folha redigida por AMANDO DE ALMEIDA VERGUEIRO e ANTONIO TOMAZ PACHECO LESSA. Reaparece «A Cidade do Pinhal», dirigida por ABELARDO DE CERQUEIRA CESAR, circulando como jornal de oposição política. Em 24 de fevereiro de 1898 aparece o primeiro número d'«A Regeneração», órgão sob a orientação de ARTUR RIO VEZ, que suspendeu temporariamente sua publicação até que, em 1902, com o mesmo diretor, voltou a circular. Em 16 de abril de 1903 surge «A Gazeta do Pinhal», sob a direção de JOSÉ LOURENÇO DE SA, sendo que esse era o segundo jornal pinhalense editado com esse cabeçalho. Um pouco mais tarde, o cel. JOSÉ RIBEIRO DA MOTA redige «A República». Em 1906 o jornalista LAURINDO DE AZEVEDO MARQUES adquiriu a «A Gazeta do Pinhal», cujo título foi substituído, em 7 de julho do ano seguinte, pelo de «O Pinhalense», órgão redatorado por PACHECO LESSA e dirigido por seu proprietário. Em 1908 surgiu a «Tribuna Popular», dirigida por ARTUR RODRIGUES DA SILVA. Em 1.º de janeiro de 1909 começou a circular a «Gazeta das Férias», jornal da mocidade, sob a direção de SAMUEL BACARAT. Em 2 de abril do mesmo ano aparece «O Progresso», folha redatorada em idioma italiano por ROBERTO CAPRI. Em setembro, ainda do mesmo ano, circulou a «Revista do Pinhal», dirigida por ARTUR RIO VEZ, EDUARDO TEIXEIRA JÚNIOR e ABRAÃO LEITE. Em 14 de julho de 1912 aparece «A Folha Nova», dirigida por JOSÉ BORELI. Em 1915 surge novamente a «Cidade do Pinhal», sob a direção de VICENTE DE FREITAS GUIMARAES, auxiliado por JOSÉ BORELI e ABELARDO VERGUEIRO CESAR. (Há coleção completa desse jornal, encadernada, no Museu e Biblioteca de Pinhal). Em 1918 surgem o «Diário do Povo» e «O Trabalho», jornais dirigidos por OTAVIANO COSTA. Ainda no mesmo ano aparece «O Cisne», de ORESTES ALVES DA SILVA, tendo ICLE- RICO GOMES publicado o seu «Anuário», relativo a Pinhal e a outros distritos e municípios circunvizinhos. Em 1919 SAMPAIO JÚNIOR funda «A Notícias». Em 1923 circula «A Gazeta», dirigida por JOSÉ BENEDITO DA MOTA. Em 21 de janeiro de 1926 JOÃO MANGILI lança o primeiro número de «O Jornal do Comércio». Em 24 de agosto de 1931 LAURINDO MARQUES JÚNIOR começa a publicar «A Folha». Em 1933 circula «A Tribuna», sob a direção do prof. DOMINGOS RAMACIOTTI, o qual, mais tarde, foi substituído pelo Dr. JOSÉ DE MORAIS LEME. «A Folhinha», «O Rouxinol», «O Estudante», «A Mocidade», «O Olho da Quermesse», «O Juventude» etc. são cabeçalhos de jornais de circulação efêmera, ou jornais de circunstância, como o «Nove de Julho», lançado à publicidade no período da Revolução Constitucionalista de 1932. Nessa época, publicação um tanto prolongada teve «A Razão», jornal integralista orientado por MAURO BORGES.

Em nossos dias, os jornais existentes em Pinhal são «A Folha», semanário de LAURINDO MARQUES JÚNIOR, e «A Gazeta», bi-semanário de JOSÉ BENEDITO DA MOTA. Na atualidade, como no pretérito, o jornalismo pinhalense sempre se manifestou repleto de dignidade e decore, sem executar o jornalismo político-partidário, defendendo com lisura

e civismo os mais alevantados ideais artísticos, literários, sociais e políticos. Com esporádicas exceções, tem a imprensa local discrepado dessa nobre orientação: apenas a terrível fermentação política dos idos tempos poderia ter aberto exceções nesse setor.

No tocante ao denominado «humanismo cultural de Pinhal», expressão cara e tão do agrado do Dr. ABELARDO VERGUEIRO CESAR, muito teríamos de falar, mormente o apresentado em fins do século passado e princípios deste. Numerosos foram os vultos que, em Pinhal, se distinguiram pelo seu notável saber humanista, alguns dos quais ainda vivos. Os mais soberbos humanistas pinhalenses foram, entre outros, JOSÉ MARIA WHITACKER, ABELARDO DE CERQUEIRA CESAR, HADDOCK LOBO FILHO, ARTUR FREDERICO GAMBARA, HENRIQUE FLORENCE, CAMILO LELIS DE OLIVEIRA LEITE, ISAAC DE BARROS, ERNESTO RIZZONI. HENRIQUE FLORENCE trouxe para Pinhal assuntos e coisas de arte, tais como BACH, BEETHOVEN, CHOPIN, SCHUMANN, além de pintura artística. Estudos de história, latim, alemão, concertos musicais foram brilhantemente levados a efeito na terra natal do Cardeal Dom LEME. (Consulte-se «Os Letrados do Pinhal», de ABELARDO VERGUEIRO CESAR, publicado em «A Gazeta» local, de 11 de março de 1943, e republicado em «A Memória de Amando de Almeida Vergueiro, do mesmo Autor»).

Não finalizaremos esta suscinta e turística resenha de fatos e acontecimentos relacionados à história da civilização pinhalense, focalizada na sua fase republicana, sem reportarmos-nos a mais alguns outros, marcados por singular nomeada e relevante prestígio histórico.

Como já vimos em páginas precedentes, a data de 12 de outubro de 1892 assinala a instalação da Comarca do Espírito Santo do Pinhal, criada em 1881, acontecimento que foi intensamente festejado nas ruas pelo povo.

Em 25 de março de 1893 realizou-se a fundação do «Hospital Francisco Rosas», o maior e o mais completo estabelecimento de iniciativa particular que a cidade ostenta com justo orgulho. Esta notável casa de saúde, com o fluir dos anos, tem sido ampliada, reformada e melhorada de maneira intensiva, sendo, hoje, considerada uma das mais bem aparelhadas do interior do Estado. FRANCISCO ROSAS, seu fundador, pode ser mencionado como sendo um dos vultos mais eminentes e mais expressivos da história de Pinhal.

Em 27 de agosto de 1897 inaugurou-se o Grupo Escolar «Dr. ALMEIDA VERGUEIRO», o qual, nessa data instalado em dois prédios alugados, passou a funcionar, depois, em 28 de novembro do dito ano, no suntuoso e atual edifício próprio, recentemente reformado e embelezado.

Em 12 de março de 1898 realizou-se, com extraordinárias festividades, a inauguração da Luz Elétrica, relevantíssimo empreendimento público que foi principalmente obtido pela visão superior e esclarecida de VICENTE GONÇALVES DA SILVA, o prestigioso Vicentinho Ramos, então presidente da Câmara Municipal e cujo retrato, por esse belo motivo, foi solenemente colocado na sala nobre do Paço Municipal. Em sessão solene, levada a efeito no recinto da Câmara e naquele mesmo alvaricairo, dia, o ilustre vereador AMANDO VERGUEIRO, usando de expressivas palavras, enalteceu o vulto e a obra daquele útil e prestante cidadão.

Em 1.º de janeiro de 1902 grandes, igualmente, foram os festejos comemorativos da inauguração dos serviços de abastecimento d'água, importantíssimo melhoramento público devido à brilhante iniciativa do presidente da Câmara Municipal, Dr. JOSÉ SILVESTRE MACHADO. O engenheiro Dr. JOÃO DUARTE foi encarregado da construção desses serviços, tendo o retrato do Dr. SILVESTRE MACHADO também sido colocado na sala nobre da Edilidade, como sinal de modesta recompensa e reconhecimento pelo alto benefício que prestara à coletividade pinhalense aquele eminente cidadão.

Em 24 de agosto do mesmo ano de 1902 estala, no município, uma revolta monarquista, movimento revolucionário singular e inçado de incidentes assaz interessantes, cuja pormenorizada descrição e análise constituem capítulo especial deste pequeno livro.

Em 15 de dezembro de 1905, com invulgar brilho e profunda emoção popular, cantava a missa nova, na Igreja Matriz de Pinhal, o padre SEBASTIAO LEME, dileto filho de dona ANA PIO DA SILVEIRA SALLES, mulher pobre e natural de Amparo que, posteriormente, em face de sua sublime dedicação, foi averbada de mãe eucarística. Tratamos, aqui, do mesmo luminoso sacerdote que, anos mais tarde, em 30 de julho de 1930, recebia do grande PAPA PIO XI a púrpura cardinalícia, tornando-se então no Eminentíssimo Cardeal DOM SEBASTIAO LEME DA SILVEIRA CINTRA.

Em 25 de outubro de 1906, PEREGRINO FERRARI e RICARDO BENTHNER foram os primeiros concessionários do serviço telefônico da cidade, distrito e município de Pinhal.

Em 31 de dezembro de 1907 foi reformado o edifício do Mercado Municipal, obra anterior de iniciativa do intendente ERNESTO DE FARIA.

Em 1.º de janeiro de 1908 foram oficialmente inaugurados os serviços da nova captação de água potável da cidade, trabalho esse efetuado pelo empreiteiro de obras RAFAEL GIUGNI LOMONACO. A rede primitiva de água fôra inaugurada em 1902.

Em 30 de maio de 1914 foram inauguradas as instalações elétricas da Usina do Salto, as quais melhoraram de muito o aparelhamento que, desde o ano de 1898, fornece iluminação pública a Pinhal.

Em 8 de novembro de 1915, pela Lei Estadual n. 1.473, foi criado o distrito de paz (hoje município) de Santo Antônio do Jardim.

Em 1.º de agosto de 1917, com a eleição da primeira Diretoria, após observadas as demais formalidades, foi fundado o Tiro de Guerra local, recebendo o n.º 268. O Capitão do Exército, EPAMINONDAS T. BARRETO, presidiu à reunião de instalação da novel unidade militar. A criação desse Tiro de Guerra é devida à iniciativa do Centro Nacionalista, fundado em Pinhal no ano de 1916, sob direta inspiração de ABELARDO VERGUEIRO CÉSAR, secundado por AMADOR FLORENCE SOBRINHO e JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES, que se constituíram na alma da instituição. A campanha nacionalista, encetada no país em 1916-1917, capitaneada por OLAVO BILAC, PEDRO LESSA e FREDERICO VERGUEIRO STEIDEL, encontrara larga e intensa repercussão em São Paulo; e Pinhal, antes de qualquer outra cidade brasileira, fundara o Centro Nacionalista. Os principais objetivos dessa campanha repousavam no serviço militar obrigatório e na instituição do voto secreto na República. De observar, ainda, que a primeira providência concreta, o primeiro ato do Centro Nacionalista de Pinhal consistiu na criação do Tiro de Guerra n.º 268, já referido.

O tópico acima é quase todo ele calcado nas notas escritas ao Autor pelo Dr. ABELARDO VERGUEIRO CÉSAR, que assim se manifesta:

«O Tiro n.º 268 foi criado por iniciativa do Centro Nacionalista, aqui fundado em 1916 ou 1917, por iniciativa de Abelardo Vergueiro César, com auxílio de Laurindo Marques, Amador Florence Sobrinho e José Floriano de Azevedo Marques. Laurindo foi a alma do Tiro. Ler, no Museu, na coleção da «Cidade do Pinhal», encadernada, notícia sobre a fundação do Tiro, e sua ação a respeito de seu reconhecimento».

* * *

Em dois de março de 1930 realizou-se a solene fundação do Ginásio de Pinhal, importante centro de educação e ensino da zona, verdadeiramente ateneu da instrução pública superiormente fadado ao aprimoramento da inteligência juvenil.

A primeira aula do novel estabelecimento escolar de ensino secundário foi professada em 5 de maio de 1930.

A fundação do Ginásio Pinhalense encontrou seu primeiro e vigoroso impulso numa sugestão apresentada por ABELARDO VERGUEIRO CÉSAR, por ocasião de uma festa política dedicada ao ilustre cel. JOÃO BATISTA DE LIMA NOVAIS. Nessa oportunidade ABELARDO VERGUEIRO CÉSAR declarou: «Vamos comemorar esta festa de modo excepcional. Vamos lançar a ideia da fundação de um Ginásio local». Dizendo isto, ato contínuo pediu ao Prof. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES que fosse comprar um caderno na «Loja do Ricardino» (RICARDO DE PAULA, já falecido) e, imediatamente, com o apoio unânime dos presentes, gravara por escrito a fundação do dito Ginásio. O caderno acima mencionado, de sumo valor histórico, acha-se em poder do Prof. JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES.

O fato acima foi-nos relatado, por escrito, pelo saudoso Dr. ABELARDO VERGUEIRO CESAR, que assim se exprime, singelamente:

«A fundação do Ginásio se deve à iniciativa de Abelardo Vergueiro Cesar, sugerida por este por ocasião de festa política ao Cel. Batista Novais. Nessa ocasião Vergueiro Cesar declarou: — «Vamos comemorar esta festa de modo excepcional. Vamos lançar a idéia da fundação de um Ginásio» Ato contínuo Abelardo pediu ao prof. José Floriano de Azevedo Marques para comprar um caderno, na Loja do Ricardino, e imediatamente, com apoio dos presentes, ficou iniciada, por escrito, a fundação desse Ginásio.

«O Prof. José Floriano tem esse caderno.»

Anos depois o Ginásio Municipal de Pinhal converteu-se no modelo de unidade escolar, que é o Instituto de Educação «Cardeal Leme».

* * *

Dois acontecimentos dolorosos que empolgaram toda a alma da população pinhalense, dois golpes que enlutaram toda a cidade de Pinhal foram os irreparáveis e comoventes trespasses do COMENDADOR MONTENEGRO (ocorrido em 8 de maio de 1915) e do BARÃO DE MOTA PAIS (verificado em 19 de dezembro do mesmo ano de 1915).

Outro fato notável ocorreu em 1.º de fevereiro de 1931, data memorável em que Pinhal recebeu carinhosamente, com pomposas e brilhantes demonstrações de afeto, a visita oficial do insigne Príncipe da Santa Mãre Igreja, o Cardeal D. SEBASTIAO LEME DA SILVEIRA CINTRA. Essa empolgante visita prolongou-se pelo espaço de dois dias, durante os quais toda a população pinhalense homenageou, de maneira condigna, comovedora e inesquecível o levita incomparável, que veio a partir para os bemaventurados jardins dos Campos Eliseos, no Rio de Janeiro, no Palácio São Joaquim, aos sessenta anos de idade, debaixo do choro leal de todo o país, às 17 horas e 15 minutos do dia 17 de outubro de 1942.

Em 1948 Pinhal recebeu, com grandiosas festas, a visita do eminente Presidente da República, General EURICO GASPAS DUTRA, que se fez acompanhar de todo o seu ilustre Ministério.

As crônicas da participação de Pinhal nas revoluções dos anos de 1924, 1930 e 1932 constituem capítulos de análise especial deste livro.

SOBRE A ESCRAVIDÃO:

«Mais do que o positivismo e seus correlatos, mais que o realismo e as escolas literárias que dele se aproximam, ou com ele se confundem, concorreram para a Abolição, pelo contrário, as idéias cristãs e o fundo ainda muito romântico que havia nos seus maiores propagandistas desde Castro Alves até Patrocínio, Nabuco e Rui Barbosa.» (cf. Nestor Ditor, «Farias Brito», Rio, 1917, pag. 71).

ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

A romântica propagação da Abolição e da República, aspirações morais do liberalismo, duas das mais ricas e positivas idéias do século, era intensa em todo o país; sua cívica palpitação, escapando da influência abafada e profunda dos livros, ganhava as ruas e praças públicas, inflamava os tribunos populares, empolgava a imprensa liberal, eletrizava os teatros, entusiasmava os lares e serões familiares, arrebatava a mocidade civil e militar e sustentava apaixonadas correntes de opinião, fragorando e ecoando vitoriosamente pelo Brasil inteiro. A Abolição caminhava como uma força cega, impessoal, irresistível, do destino; era um movimento sujeito a influências necessitantes e fatais. Esse fascinante e climatérico movimento de massas, fomentado pela influência intelectual inglesa e que se honrou com o pronunciamento moral do PAPA LEÃO XIII, essa campanha vulcânica e dramática, que muitos ainda teimam em considerar como uma ficção enganadora, como fruto mais do sentimento que da razão, porque vinha dismantelar todo o edifício econômico-financeiro do país, lograram captar a simpatia do povo brasileiro, cavando profundas fraturas emotivas em todos os corações, infiltrando-se em todos os espíritos, conquistando as mais nobres camadas da sociedade, persuadindo os céticos mais desiludidos e obnubilados, dominando as almas e as consciências dos mais altos e puros homens de idealidade e de cultura.

Lágrimas caíam nas vozes de todos os oradores, de tôdas as pessoas de sensibilidade e pensamento; as gargantas poderosas dos grandes tribunos do povo se enrouqueciam na violência das afirmações doutrinárias, buscando aniquilar o «patriarcado agrário, monocultor e escravocrata que aqui se desenvolveu desde o século XVI.» Apenas as «élites» gastas e exaustas conservavam-se impermeáveis, insensíveis a essas ásperas e prolongadas pelejas, às arremetidas dêsse abolicionismo sentimental e lírico, intuitivo e estético, que deslumbraram a inteligência e comoveu profundamente a efetividade da PRINCESA ISABEL, autora genuína do «13 de Maio», o qual permanece como sendo o mais democrático de nossos atos de Governo. Ato que estremeceu até os alicerces uma civilização ou uma sociedade patriarcal, latifundiária e escravagista, de raízes profundas no cerne da nacionalidade.

A situação do escravo brasileiro era deveras humilhante e angustiosa. Daí o escrever GILBERTO FREIRE que:

«A mulher sob formas extremas de patriarcado é antes uma subordinada que uma acomodada ao regime de absoluto domínio masculino ou de jugo mono-sexual. O mesmo pode dizer-se do escravo, sob formas extremas de escravidão, em que sua condição é, não só legal ou técnica-

mente como quase efetivamente, antes a de coisa que a de pessoa : antes a de massa que a de grupo humano.»

* * *

Em Pinhal, a campanha pela emancipação da raça infeliz encontrou os mais vivos ecos ; o martírio da raça negra, que o sofrimento quase idiotizava, deparava com a mais vigorosa repulsa ; ninguém se agastava com as aparentes e ilusórias contradições que ela parecia encerrar. Tanto esta asseveração não dissimula nenhuma inerdade que, meses antes da memorável assinatura da Lei Aurea, isto é, em janeiro de 1888, foi ali tomada e cumprida a lei resolução de manumitir todos os escravos existentes no município. Além de um valoroso pugilo de fazendeiros abastados, tais como o BARÃO DE MOTA PAIS, o Cel. JOSE JOAQUIM DE ALMEIDA VERGUEIRO e o Cel. VICENTINHO RAMOS — homens que possuíam mais do que os talentos e virtudes ordinárias — o bravo pioneiro, o supremo inspirador dessa louvável cogitação pinhalense de alforriar integralmente o homem negro servilizado, foi o eminente COMENDADOR MONTENEGRO, que já a havia posto em prática, desde longa data, em sua fazenda Nova Louzã.

Vemos, dest'arte, que a substituição do braço escravo pelo braço livre e remunerado foi aventada e encetada, em Pinhal, muitos anos antes de ser realidade nacional essa avançada e palpitante providência governamental, recomendada aliás por todos os teóricos do liberalismo político e econômico. O ilustre COMENDADOR MONTENEGRO, em soberba antecipação histórica, como que compreendia perfeitamente, adiantando-se de muito o lúcido historiógrafo pátrio PANDIA CALOGERAS, quando assegura que — eo trabalho servil nem era produtivo, nem baratos.

Antecipando, dessa forma notável e meritória, o advento da grande era imigrante brasileira, o insigne BARÃO pode ser emparelhado ao Senador NICOLAU VERGUEIRO, ou o CONDE DE PARNAIBA, figuras excelsas e ingratamente esquecidas pelos homens, não obstante terem ousado botar em prática os mais admiráveis ensaios de trabalho livre no país. Assim é que a parceria, ou sistema Vergueiros, foi tentada e experimentada no mesmo ano da maioridade de D. PEDRO II, isto é, em 1840.

Por outro lado, não se olvide que, desde 1872, TAVARES BASTOS — que foi um dos homens que compreenderam o Brasil e o sentido do seu destino, no conceito de GILBERTO AMADO — tinha preconizando a colonização racional do país, propondo a extinção da escravatura.

* * *

A libertação antecipada da misera mercadoria negra, processada em Pinhal em 16 de abril de 1888, faz com que esse fato seja merecedor das mesmas honras e homenagens que são tributadas às províncias, cidades e municípios nacionais que, em 1884, alforriaram espontaneamente os

seus contingentes de escravos. Assim sendo, Pinhal incorpora-se aos feitos da numerosa Família PRADO, de São Paulo, à Província do Ceará (sob a presidência de SATIRO DIAS), à Província do Amazonas (sob a presidência de TEODURETO SOUTO) e à Província do Rio Grande do Sul, na qual se destaca a cidade de Pelotas.

Essa precoce e transcendente providência, tomada em Pinhal, no tocante à libertação dos escravos, dever ser relatada sempre com especial carinho. O momentooso assunto fora tratado, em 1887, em reunião de fazendeiros pinhalenses, sob convocação do BARÃO DE MOTA PAIS. A sessão da Câmara Municipal de Pinhal, realizada em 7 de Janeiro de 1888, não registra um acontecimento que o tempo deforma ou apaga ; ela resiste ao esquecimento profundo e definitivo das gerações, impondo-se realmente como uma das mais empolgantes passagens dos anais e dos fastos pinhalenses. Naquela dia cheio de energia e vibração, o ardoroso e eloquente abolicionista Dr. JOSE DE ALMEIDA VERGUEIRO propôs à Câmara fossem convocados todos os lavradores do município, a fim de que tomassem parte de uma reunião que se efetuaria no dia dois do mês seguinte, e na qual se deliberaria sobre a manumissão completa de todos os escravos ainda existentes na localidade. A nobre e generosa idéia, aventada por aquele político enamorado da liberdade, foi aprovada por unanimidade de votos, tendo o vereador LUIZ BERNARDES STAUT, naquela memorável ocasião, proposto um voto de louvor ao propugnador da mesma, no que toda a Câmara concordou. A aludida reunião foi realizada no dia indicado, tendo todos os agricultores pinhalenses aquiescido à concretização imediata da magnífica providência, a qual foi posta em execução em 16 de abril daquele ano de 1888, eliminando definitivamente a mancha vergonhosa que tanto humilhava e rebaixava a civilização pinhalense.

A respeito da atuação e do papel desempenhado pelo Dr. JOSE DE ALMEIDA VERGUEIRO, na dinâmica da libertação dos escravos em Pinhal, temos em nosso poder referências escritas pelo Dr. ABELARDO VERGUEIRO CESAR : -

«Negar isso e negar sua tendência republicana é negar fatos públicos e afirmados em tradição oral contínua. A memória do Dr. José de Almeida Vergueiro é a que mais persiste na recordação popular. Desde que morreu, há tantos anos, suas receitas médicas continuam a circular. O espiritismo, segundo se ouve dizer, refere-se sempre à sua personalidade e o faz receitas.

«Não era um político qualquer. Soube subir, atuou com elevação e utilidade e soube cair com Glicério, e com os seus amigos, até morrer...»

* * *

Grandes festejos e aleluias populares celebraram a importante data histórica, na qual, segundo referem documentos oficiais, foi abolida a escravidão de 1.035 escravos em Pinhal.

Convém, agora, deixar registrado que, em Pinhal, a escravidão não era exercida com a bárbara prepotência de outras zonas da Província e do país. Os proprietários de escravos, além de pouco numerosos, não se excediam em rigores e severidades contra eles. Poucas foram as fazendas ou propriedades cafezeiras, plantadas e tratadas pelo braço escravo, em Pinhal. A preocupação dominante dos senhores pinhalenses de escravos consistia em libertarem-nos o mais depressa possível. Tanto é isto verdade que, já em 1887 na residência do BARÃO DE MOTA PAIS, situada à rua da Independência n.º 15, que era a rua mais importante da cidade (esta rua traz, hoje, o nome de Rua Barão, por motivos que mais adiante iremos ver) realizou-se uma grande concentração de agricultores locais, concentração esta cuja finalidade era a de tomar uma deliberação em favor do escravo. Resultou, dessa reunião de fazendeiros, que a liberdade integral dos escravos pinhalenses seria concedida em 25 de dezembro daquele ano, bem antes, portanto, do 16 de abril e do 13 de maio de 1888, datas da libertação municipal e nacional da escravatura.

Logo após à promulgação da Lei Aurea, o vereador LUIZ BERNARDES STAUT, ao justificar uma proposta sua de se dar o nome de Barão de Mota Pais a uma das vias públicas da cidade, pronunciou na tribuna da Câmara Municipal o seguinte discurso :

«Hoje, que todos os brasileiros exaltam e ennobrecem o grandioso ato de Ozeo de Maio, ato que assinalou uma das mais gloriosas datas para o Império Brasileiro; hoje, que o governo deste Império recebe de todas as nações amigas as maiores e mais condignas provas de simpatia e congratulações; hoje, que a imprensa Brasileira é acorde e unânime em fazer os mais encomiásticos e merecidos elogios a todos os denodados que valentemente cooperaram para a realização desse ato que pôs termo à maior mácula, ao maior impicillo para o progredir e o engrandecer da nossa Pátria; é preciso, senhores, que entremos também nesse convício social e imortalizemos, nós, municípios pinhalenses, os nomes daqueles que por seus esforços tudo fizeram para que o nosso município figurasse no número daquelles que na Província de São Paulo primeiro ouviram ecoar no seu seio o grito da liberdade; daquelles que, por entre as benções de milhares de infelizes arrancados ao cativeiro e as aclamações da pátria hoje redimida, declaram-se livres. O povo, já o tendes presenciado nas

festas que até hoje se têm efetuado, no seu entusiasmo, no seu delírio, oloída, por ózes, e não aclama os nomes daquelles que mais trabalharam e se distinguiram nas lutas da iditia que hoje glorifica; lutadores esses que muitas e muitas ózes sacrificaram por ela os seus interesses, com risco de suas próprias vidas. É preciso, senhores, que no nosso Município, outro seja o nosso modo de proceder; é preciso que desviemos de nós essa piccha e exaltemos e glorifiquemos a quem o merece. A dois de fevereiro do corrente ano, foi aqui no Paço desta Câmara, convocada uma reunião de laoradores para se tratar da libertação deste Município. Então reunidos, foram acordes em restituir a liberdade a seus escravizados no dia 25 de dezembro do corrente ano, aniversário daquello que, no cimo do Calatório, proclamou aos homens os principios santos da igualdade e da fraternidade. Não contents, porém, com a resolução da reunião por elle promovida, pois que muito longo era o prazo, e o trabalho nítio Município precisava começar a organizar-se o mais cedo possível, o excellentissimo senhor Barão de Mota Pais foi o primeiro que, entre nós, restituiu immediatamente a liberdade aos seus numerosos escravizados, arrastando consigo a sua numerosa familia e numerosos amigos; e tudo fazendo para que se proclamasse no dia 16 de abril do corrente ano a libertação total do nosso Município. Si ile tanto fêz e si a ele tanto devemos, é justo que prostemos a nossa gratidão, dando à rua da Independência o nome — rua Barão de Mota Pais. Faço a presente indicação à Câmara e espero e estou convicito mesmo que todos os senhores camaristas presentes, de bom grado, a ella adherirão.»

A indicação do vereador LUIZ BERNARDES STAUT foi aprovada, e todos os pinhalenses sabem onde fica a rua Barão de Mota Pais, antiga rua da Independência...

Ressaltamos, em linhas precedentes, a figura singular do COMENDADOR MONTENEGRO, exaltando-lhe a personalidade invulgar.

Não podemos, agora, deixar escapar a sedutora oportunidade que se nos enseja para falar mais extensamente sobre esse excelso benemérito de Pinhal. Achando-se ele estreitamente vinculado à história do abolicionismo pinhalense, não constitui sobejão alguma tecer-lhe mais alguns comentários, no corpo deste capítulo de nosso livro.

Sabe-se que, no Brasil, a entrada de imigrantes começou poucos anos após a Independência. Esses imigrantes, esses homens d'além mar vinham, a princípio, em pequena escala, formando por aqui pequenos núcleos coloniais. Ora bem: o COMENDADOR MONTENEGRO não pode ser incluído nesta classificação ou nesta categoria de imigrantes. O Comendador JOÃO ELISÁRIO DE CARVALHO MONTENEGRO não era um imigrante comum: era um português de velha cédula, herdeiro e propagador das genuínas e tradicionais constantes do rio e aúaz caráter lusitano, e que aportara ao Pinhal em 6 de fevereiro de 1867. Viera atraído naturalmente pelo renome excepcional que a uberdade do solo pinhalense havia grangeado lá fora, uberdade que merecia os louvões de uma eloquência simples e que decerto teria emocionado a alma de um VIRGÍLIO para decantá-la. Chegara juntamente com um grupo de vinte e nove compatriotas seus, todos procedentes da vila portuguesa de Louzã, situada em terras de Coimbra. Como tivera vindo animado com a firme e inabalável intenção de comprar terras nesta ubertosa e salutar região, as houvesse adquirido, por escritura lavrada em 25 de janeiro de 1867, ao cap. JOAQUIM JOSÉ DE CAMPOS SILVA. Posteriormente, comprara novas glebas, ainda na mesma e fértil região, fundando a admirável colônia de Nova Louzã, que indubitavelmente se constituiria num dos primeiros núcleos de trabalhadores livres estabelecidos em terras do Brasil.

Tão magnífica era a organização deste modelar estabelecimento agrícola, denominado «Nova Louzã», que mereceu a magna honra de ser visitado por D. PEDRO II, quando Sua Magestade, em 1867, regressava de uma viagem a Poços de Caldas. Por ocasião dessa régia visita, feita em companhia de brilhante comitiva, da qual fazia parte o douto CONSELHEIRO SINIMBU, presidente do Conselho de Ministros e ele próprio Ministro da Agricultura do Império, pôde o Imperador verificar pessoalmente o esmerado trabalho agrícola que ali se executava, examinando com interesse as cadernetas que os operários lhe mostravam e que eram cadernetas de trabalho, no sentido contemporâneo da expressão, com as verbas de crédito e débito perfeita e devidamente escrituradas e lançadas. O augusto soberano do Império do Brasil, com aquela sua proverbial bonomia, elogiava com entusiasmo tudo quanto ali via, interpelava seguidamente os trabalhadores, não conseguindo ocultar a grande satisfação que o dominava ao contemplar todas aquelas novidades, todas aquelas inovações úteis. Percorreu de bom grado toda a extensão daquela propriedade agrícola modelo, inteiramente baseada no sistema do trabalho por salário e na qual fora construído o primeiro terreiro ladrilhado da zona, na qual fora montada a primeira máquina a vapor de beneficiar café.

Naquela excepcional oportunidade, além de D. PEDRO II, o COM. MONTENEGRO foi alvo dos maravilhosos elogios do CONDE D'EU e do CONSELHEIRO SINIMBU, já mencionado, os quais mostra-

ram-se assombrados com o sucesso daquela notável empresa agrícola, construída «sem orvalhar o solo com sangue e lágrimas», na bela expressão do comentarista A. S. M., em crônica escrita para o n.º 22 do «Economista Brasileiro», editado no Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1879.

O ilustre COM. MONTENEGRO, em todo o transcurso de sua existência inteiramente devotada às realizações de interesse público, prestou inúmeros favores e relevantes serviços a Pinhal, tais como a fundação da «Vila Montenegro», o que veio a suceder quando se decidira a vir residir nesta cidade. Não nos enganamos nisto: através de seus serviços e benefícios imortais o COMENDADOR MONTENEGRO soldou para sempre o seu nome ao nome de Pinhal!...

* * *

A abolição da escravidão introduziu no país o sistema do trabalho livre e assalariado. Modificou, portanto, profundamente, a forma ou técnica de produção agrícola e industrial da nação. A respeito dessa mudança repentina de trabalho seja-nos lícito reproduzir aqui a lição do insigne sociólogo patricio GILBERTO FREYRE:

«Não nos parece que o materialismo histórico de MARX com que se identifica — segundo o Sr. OTTO MARIA CARPEAUX — o PADRE KRAUSS, S. J. para sua crítica, em grande parte justa, a uma das obras mestras de WEBER, possa ser aceito como princípio ou lei de sociologia histórica ou geral, complexas como são as interpenetrações de influências com que ordinariamente se defronta o estudioso da história natural — ao mesmo tempo que social e cultural — das instituições, dos grupos e das pessoas sociais entre primitivos e notadamente entre civilizados.

«SIMMEL é, a nosso ver, quem, do ponto de vista sociológico, melhor fere o assunto. Observa ele que não se pode traçar a história da arte, por exemplo, desenvolvendo-se uma forma artística da precedente, sem se considerarem outros fatores: relações sociais, religião, níveis intelectuais, predileções individuais. O mesmo se verifica com o desenvolvimento histórico da vida econômica. Os fenômenos observados em sequência podem ser puramente econômicos mas as energias e fatores que causam a mudança de forma, ou técnica, de produção de modo nenhum são puramente econômicas.

«Fatores físicos, culturais, pessoais concorrem para as transformações ao lado dos econômicos, às vezes superando-os. A transformação, no Brasil, da técnica de produção, de escravocrata em livre, que sirva de exemplo. Em vez da sociedade brasileira ter passado de uma técnica a outra de produção, como resultado da operação de influências apenas ou sempre soberanamente econômicas, estas tiveram sua ação acelerada de tal modo por outros fatores sociais que a solução dada ao problema da dificuldade de braços, confundido com a da necessidade de substituir por braços livres os braços escravos, foi antes política que econômica. Resultou, em grande parte, da competição complexamente social e principalmente político-econômica, entre o sul e o norte do Império. Em viagem ao

sul do Império, metucioso observador holandês recolhera, em 1883, a informação de que temia-se entre os brasileiros da região meridional fôsse plano das províncias do Norte transferirem seus escravos às do Sul, para então insistirem, sem que prejuízo considerável atingisse os senhores de engenho, na emancipação. Verdadeiro ou falso o plano nortista, o certo é que desde 1880, sob pressão principalmente paulista no Parlamento do Império, foi sendo dificultado o tráfico interprovincial ou inter-regional de escravos no Brasil, enquanto paulistas do prestígio de ANTONIO PRADO foram procurar intensificar a imigração de europeus para São Paulo, que assim toleraria sem grande choque o golpe abolicionista de 88. A mesma idéia tivera o BARÃO DE LUCENA com relação a Pernambuco, sem contar, entretanto, a favor do seu regionalismo político-econômico, com o fator clima. De modo que a competição de que resultou no Brasil a emancipação precipitada de escravos, a mudança da técnica de produção, de escravocrata em livre, em vez de estritamente econômica, parece ter sido complexamente social e ecológica, em consequência da rivalidade entre dois grupos poderosos em torno do status de grupo leader ou dominador do espaço físico e social brasileiro: em torno do domínio dos negócios não só econômicos como políticos do Império. Complexa essa rivalidade, seu verdadeiro estudo só pode ser feito sociologicamente: considerada expressão de um processo social, e não apenas econômico, mesmo que se admita a preponderância do motivo econômico sobre os demais motivos de competição. E onde alguns marxistas sectários se revelam às vezes lamentavelmente estreitos: em pretenderem a absorção do social pelo econômico. Em considerarem a competição «processo econômico, por exemplo, em vez de social, isto é, competição por status, pela conservação ou elevação de status da parte de pessoas ou grupos.»

Illuminando as páginas acima, GILBERTO FREYRE traça três notas explicativas magistrais, uma das quais é a seguinte:

«NETO CAMPELLO, Barão de Lucena, Esboço Biográfico, Recife, 1904. Inclui extensa carta do biografado, de 26 de maio de 1903, sobre seu passado público, da qual transcrevemos: — «O sr. CONSELHEIRO PRADO poderá também atestar o esforço que empreguei para a aquisição da propriedade «Engenho Suassuna» no sentido de estabelecer-se nela o primeiro núcleo de imigrantes e a ninguém é estranho que na qualidade de ministro da Agricultura decretai a desapropriação de diversas outras propriedades para o aumento da área a povoar, conseguindo que algumas famílias suecas se fôsem estabelecer ali aguardando outras levas de diversas nacionalidades, as quais não deviam tardar» (p. 39). E ainda: «... até hoje os que nos governam não compreenderam que só o braço estrangeiro, localizado como proprietário, e não alugado para trabalhar nos latifúndios, nos pode dar riqueza e prosperidade» (p. 39).

* * *

Primoroso editorial do vespertino paulistano «A Gazeta» aborda tema capital do estudo que ora nos preocupa. Ei-lo, em sua edição de 21 de setembro de 1947, sob a epígrafe de «O Primeiro Abolicionista»:

«Em suas «Efemérides», o barão do RIO BRANCO, ao chegar ao dia 17 de setembro, recorda o falecimento do senador VERGUEIRO, ocorrido em 1859, e, a propósito, salienta haver sido esse estadista o primeiro agricultor que no Brasil empregou colonos europeus, estabelecendo-os em terras da sua fazenda de Ibicaba, em 1847. Já o fato do senador VERGUEIRO ter tomado essa iniciativa nos termos simples em que o barão a descreve constitui motivo para se assinalar com letras gordas o evento, dada a alta significação para a nossa lavoura, como princípio de um regime que iria permitir sobretudo a São Paulo excepcional expansão agrícola, manifestada quase cem por cento no ramo do café.

«Entretanto o fato se não verificou apenas sob a forma de um carregamento de brancos despejado em uma fazenda para, substituindo o braço negro e em regime, pois, de salário, ir proceder às fainas do campo. Ao mesmo tempo que registrava o primeiro empreendimento particular para a vinda de gente europeia para o fim determinado do trabalho em uma propriedade privada, marcou a forma desse mesmo sistema de trabalho, sob o ponto de vista jurídico-econômico, que seria adotado pela generalidade dos fazendeiros, o da parceria agrícola. Este é o aspecto importante por excelência, e que exige, assim, o salientemos, tanto mais porque esforços de colonização já haviam precedido o evento, uns bem sucedidos, como no Rio Grande do Sul, com os açorianos, e em Nova Friburgo, com suíços, nos tempos coloniais, e depois em Petrópolis, fundada por alemães, outros fracassados, qual na Bahia, em 1818, com alemães, nisso tudo se tornando o vocábulo «colonização» como a presença de numeroso grupo de pessoas chegadas para a fixação em determinada região e sujeita a um controle. A realização do senador VERGUEIRO caracteriza-se, destarte, pela sua fisionomia nova para nós e que frutificaria admiravelmente.

«O eminente senador estabeleceu com algumas dezenas de portugueses acôrdo contratual. O encargo do fazendeiro era custear a viagem, as instalações, a subsistência e a lavoura, fornecendo empréstimos até a primeira colheita. A partir desta, os colonos passavam a reembolsar o senador com parte dos lucros, o capital adiantado acrescido de pequena taxa de juros. O excedente dos proventos de cada colheita era dividido a meias pelo colono e pelo fazendeiro. Ademais o colono tinha o direito de possuir só como seu, algum gado e pequenas culturas. Eis as linhas gerais da regra que viria e de tal modo, que dentro de dez anos contados da data de 1847, o sistema regia sessenta mil imigrantes nas terras de São Paulo, permitindo o aumento constante do número dos colonos, pois enriquecia os fazendeiros e os próprios lavradores europeus e dava recursos a uns e outros para a chama de novas turmas de trabalhadores de além-mar.

«Está o senador VERGUEIRO, como vemos, na base dos fatos econômicos-sociais que conduziram ao fim da escravidão. Já antes de 1847, escritos há em que se combatia a escravatura em nosso país. Mas o concreto, o alicerce, que levou ao movimento emancipador do negro está no regime de colono instituído pelo português e depois brasileiro NICOLAU PEREIRA DE CAMPOS VERGUEIRO.

«Os sentimentos, nuns casos, e a reflexão dos pensadores, noutros casos, antecipam no campo ideal as grandes e revolucionárias realiza-

ções. Porém só com os homens de ação, observadores profundos das necessidades e ricos de energia, permitem passamos aos fatos e à marcha dos eventos, que levam às realidades pressentidas. Estará certo, portanto, quem disser que o senador VERGUEIRO é o ponto de partida do abolicionismo no Brasil.

«Esse eminente homem de Estado é o nosso primeiro abolicionista.»

* * *

A escravidão, ou cativeiro dos negros no Brasil, tem suscitado longos e aprofundados estudos por parte dos nossos sociólogos e historiadores. Discorrendo sobre o assunto escreve BATISTA PEREIRA:

«O Brasil viveu do negro desde os albos da nacionalidade. As plantações de açúcar e a extração de pau-brasil, nossa primitiva riqueza, as explorações minerais setecentistas, que bastariam para a consolidação econômica do velho Portugal e no entanto apenas serviram para as prodigalidades joaninas, as extensas lavouras de café, que constituíam a riqueza do segundo reinado, obra foram, apenas e exclusivamente, do negro. Negro e trabalho tiveram sempre no Brasil uma fatal e irremediável sinonímia. Era impossível separá-los. Assim pensava um dos nossos mais profundos pensadores: o grande BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS.»

Assim era na verdade. Entretanto, a ciência econômica e a psicologia social, através dos penetrantes estudos e acuradas pesquisas dos africanólogos modernos, apontam e desenvolvem fartas razões pelas quais a exploração do cativo e a permanência, no Brasil, do instituto servil eram indesejáveis, ruinosas, anti-econômicas. A colonização européia, a colonização livre, branca, era o único remédio indicado para corrigir e sanar situação tão anômala.

A substituição do braço escravo e negro pelo braço branco ou mesmo mestiço não constituía empresa irrealizável. Afiança GILBERTO FREYRE que pode «reconhecer-se no mestiço e no africano capacidade para tornarem-se iguais ao branco quando favorecidos pelas mesmas oportunidades e condições sociais e de cultura. Iguais em aptidões gerais.»

Assim, negros, brancos e mestiços eram fundamentalmente iguais, podem desempenhar o mesmo papel e as mesmas funções no ambiente social e econômico e cultural. O mesmo GILBERTO FREYRE é quem o afirma, com a segurança de sua incontestável autoridade:

«Nenhuma prova científica existe, oferecida pela biologia de raças de modo definitivo ou irrecusável, em que se apoie a teoria de ser a «raça» branca a mais altamente desenvolvida, biologicamente; ou a mais bem dotada, psicologicamente. Em face disso, BOAS e outros antropólogos da corrente histórico-cultural apresentam a interpretação de que as diferenças de cultura sejam devidas a diferenças de oportunidade para desenvolvimento, não havendo uma chave única ou universal de explicação para os paralelismos culturais.»

Prossegue o lácido e distinto escritor pernambucano:

«Os que vêm na superioridade dos brancos sobre os pretos expressões de superioridade biológica valem-se do fato de ser maior o número de «indivíduos superiores» entre os brancos do que entre os pretos «puros» como de uma evidência a seu favor. A maior frequência de gênios entre os brancos explicaria os avanços de cultura que dão a esses povos absoluta supremacia técnica sobre os de cor — excetuados hoje os japoneses. E supremacia científica e intelectual sobre os pretos considerados puros. Mas essa generalização talvez seja alcançada com desprezo quase completo pelo fato de que os povos negros «puros» do nosso conhecimento histórico ou etnológico têm-se conformado, por temperamento ou por força das circunstâncias de meio físico, com formas de cultura menos favoráveis que os dos povos brancos à expressão ou afirmação ostensivamente individual de talento, embora essa afirmação de modo nenhum deixe de existir entre os povos primitivos — entre a maioria deles, pelo menos — por mais comunitários (e nunca o são de modo absoluto) que se apresentem sua organização social e sua cultura.»

Continuando, assevera o festejado mestre de Apipucos:

«... a acomodação do negro trazido da África para o Brasil, à condição de escravo, em contraste com a inadaptação do ameríndio à mesma condição, não é fenômeno que se deixe explicar pela interpretação simplista de ter o ameríndio se revelado ativo, independente, altaneiro, a ponto de preferir o castigo ou a morte, à subordinação, enquanto o negro, sem altivez quase nenhuma e com a passividade de uma «raça» inferior, teria docemente se ajustado à vida da subordinação. A essa interpretação, que nos parece simplista, procuramos opor o fato de ter procedido a maioria dos indígenas, ainda nômades e simplesmente caçadores e pescadores. Dos africanos, com efeito, sabe-se que muitos vieram para o Brasil de culturas em fase já agrária e alguns, senhores da técnica da mineração e do pastoreio. De modo que não lhes foi tão penoso como para os ameríndios o esforço de se adaptarem à rotina da vida agrária e sedentária, numa parte do Brasil, e, noutra, à atividade da mineração. Sua adaptação mais fácil à condição de escravo parece-nos ter resultado não de predisposições bio-psíquicas que os caracterizassem rigidamente como «raças», a «raça inferior», «nascida para servir», nem mesmo a «raça mulher» como se tem dito deles e também dos russos, mas de uma experiência cultural mais rica ou mais adiantada que a do ameríndio ainda nômade.»

Assim, seguindo os ensinamentos da teoria Gestalt, podemos afirmar que — «o homem é, como espécie, dotado de potencialidades basicamente iguais.»

* * *

Em Pinhal, como em toda a parte onde foi introduzido, o trabalho livre produziu os mais fecundos e salutareos resultados. Pode dizer-se que o trabalho livre e assalariado é a pedra angular sobre a qual se assentam e se erguem os pilares da grandeza econômico-financeira pinhalense. Ali, como em toda a parte onde foi posta em prática, a substituição do

braço escravo pelo braço livre redundou em um copioso aumento do rendimento do trabalho, mórmente na esfera da lavoura cafeeira, que sempre se constituiu na mola principal da economia local.

A lavoura pinhalense, maxímé a de cafeicultura, notabiliza-se pelo seu grande adiantamento, datando seu surto ascensional principalmente depois da adoção e do aproveitamento intensivo do colono estrangeiro, notadamente o de origem mediterrânea ou italiana, seguindo-se o de proveniência portuguesa, espanhola, etc. Desde a aplicação à agricultura do braço livre e remunerado, passou a rubícea pinhalense a ser objeto de fervente admiração em todo o mundo civilizado, tornando-se famoso em entrepostos comerciais de destacado relevo internacional, tais como a praça de Santos, os portos do Rio de Janeiro, Nova-Iorque, Liverpool, etc. O município de Pinhal possui numerosas e modelares fazendas de café e algodão, apresentando igualmente elevada cópia de fazendeiros exímios, como, por exemplo, para só citarmos um nome simbólico e tradicional, o Cel. JOSÉ RIBEIRO DA MOTA SOBRINHO, o qual é ainda autor de um excelente trabalho sobre administração agrícola.

Em última análise, sómente em virtude da grande imigração logrou a agricultura pinhalense desenvolver-se de modo rápido e efetivo, tomando um impulso e uma expansão tamanhos que a transformaram na coluna mestra, na chave de abóbada, na espinha dorsal da economia e das finanças do município, alterando de maneira paulatina e auspiciosa a fisionomia orçamentária da administração municipal.

Paralelamente à impressionante e acelerada prosperidade da lavoura evidenciouse, outrossim, o veloz desenvolvimento do comércio e da indústria locais, as quais se acentuaram em forte escala em virtude principalmente do copioso fornecimento de produtos novos, de produtos de apresentação mais aperfeiçoada, bem como de uma considerável ampliação do mercado consumidor, alargado pelo aparecimento de maiores e mais exigentes massas de compradores. Manda a justiça reconhecer que esses poderosos fatores se refletiram e se fizeram sentir de modo mais tênue e diluído no terreno da indústria, importante e essencial ramo da atividade humana que, em Pinhal, sempre se colocou logo abaixo da vida mercantil ou comercial.

Aliás não devemos olvidar, em passant, que, no terreno industrial, a indústria brasileira, antes da grande era imigrantista, se revela débil e de escassa importância positiva. A despeito de ser um metalurgista nato, no expressivo dizer de CALOGERAS, o operário negro, sem incentivo e sem inteligência superior, mostrava-se profundamente inépto para a indústria; o trabalhador africano era excessivamente boçal e rústico para desempenhar as difíceis tarefas, os delicados mistérios pertinentes a uma indústria despida de primitivismo técnico, como a do tempo de MAUA para diante. Destarte, o escravo era particularmente intenso e inápto à indústria e às manufaturas; em si mesmo, como já vimos, o preto não era biologicamente inferior: sua hipossuficiência provinha de sua inferioridade cultural, agravada pelo regime de subalimentação em que geralmente vivia...

Em suma, a saúde econômica, o vigor financeiro, a vitalidade administrativa de Pinhal, bem como todas as viçosas manifestações de seu

crescimento orgânico e substantivo, repousam quase que exclusivamente na instituição do trabalho livre no país. A partir de então a iniciativa particular foi singularmente incrementada, a propriedade privada se avolumou, dilatando-se em firmeza e solidez, e, embora fôsem utilitários, embora não cultivassem o egoísmo e o amor de si próprios, o certo é que, trabalhando para si mesmos, todos trabalhavam para o bem e para o interesse geral, segundo a conhecida fórmula de HARTMANN.

* * *

Ainda seja-nos lícito juntar mais algumas palavras ao palpiante problema da escravidão no Brasil.

O desequilíbrio econômico-financeiro, que se apregoa ter a abolição desencadeado no Brasil, fez-se notar mais no Norte do que no Sul do país, contrariamente ao que sucedera nos Estados Unidos da América, ao defrontarem-se com a mesma angustiante questão. Quase toda a fortuna particular da parte setentrional da Nação Brasileira havia sido convertida e empregada em massas ou rebanhos de escravos; desde a foz do Amazonas até o Recôncavo bahiano avultavam e se estendiam a cana e a indústria açucareira, nas quais eram aplicadas as atividades de uma imensa escravaria negra; a grande maioria dos latifundistas e proprietários territoriais, estabelecidos nas chamadas províncias açucareiras e cafeeiras, achavam-se enquadados ou suspensos na ponta dessa danosa conjuntura financeira. Assim, tanto no Sul como no Norte do país, o negro representa quase o capital dos capitalistas. O negro não sómente era o café de São Paulo, como era o açúcar de Pernambuco, como era o trigo do extremo sul.

O negro representava a monocultura nacional, e como que nêle se resumia a vida das casas-grandes dos engenhos e das fazendas patriarcais; ele era quem dava animação aos sobrados e igrejas do Salvador, do Recife, de Ouro Preto, Porto Alegre, Belém, Florianópolis, Rio de Janeiro e São Paulo.

(Para melhor entendimento dêste tópico de nosso livro convém aos leitores ler o famoso romance de XAVIER MARQUES, intitulado «As Voltas da Estrada», o qual fixa magistralmente o crepúsculo e a morte da aristocracia rural provocados, no Norte do país, pela abolição da escravatura; ou seja, pela Lei n.º 3353, de 13 de maio de 1888, sancionada, em nome do Imperador D. PEDRO II e ratificada por seus Ministros, pela Princesa Regente do Império. Esta ilustre Princesa Regente, que anteriormente já havia assinado a Lei do Ventre Livre — Lei n.º 2040, de 28 de setembro de 1871, e cuja elaboração durara cinco anos, promulgada, portanto, um ano após à célebre e memorável Convenção de Itú — era abolicionista confessa, abolicionista de alma e coração, enquanto que, D. PEDRO II mostrava-se indeciso e vacilante a êste respeito. A hesitação do Imperador era tanta, acerca da abolição da escravatura, que chegara a simular súbita moléstia em sua pessoa, expediente com o qual lograra afastar-se do país, justamente no momento em que poderia perpetuar seu nome nos fastos da história pátria. Com sua ausência, perdeu a oportunidade

de assinar a lei de extinção do horrível cativeiro negro, que tanto assolava e afligia a Nação. ISABEL, a Redentora, por ter aposto sua augusta assinatura em tão generosa lei, recebeu do grande PAPA LEO XIII a simbólica rosa de ouro.)

É fácil conjecturar-se a respeito do pânico, do transtorno, do desastre que a inopinada libertação dos escravos veio acarretar aos fazendeiros e capitalistas do Brasil. Contudo, tal calamidade era mais aparente do que real. Tão subitânea transformação da ordem econômica e social encobre um escândalo momentâneo e superficial; ela apenas ocultava uma «debácle» fugaz, uma ruína ilusória, um desequilíbrio provisório, próprios de qualquer inovação violentamente introduzida no complexo mecanismo social, econômico ou político. Readquirindo o equilíbrio efemeramente desfeito, a sociedade pôde capacitar-se por fim das incalculáveis vantagens oriundas das novas concepções da vida social e econômica, da nova situação política estabelecida no país, em detrimento apenas e com sacrifício somente de diminuta cópia de burgueses rurais imprevidentes e temerários, ingenuamente materialistas, soberanamente egoísticos, sem visão do presente, despidos de senso do futuro.

O dramático dilema, proposto pelos conservadores e escravocratas de então, era essencialmente falso e especioso, à semelhança do dilema igualmente trágico apresentado a LINCOLN pelos ferrenhos escravistas norte-americanos, dilema fortemente patético e cujas pontas eram assim teatralizadas: amor da Liberdade, ou amor da Pátria! Dito em outras palavras, isto significava: ou o grande Presidente conservava a escravidão no país, admitindo implicitamente que o escravo nada mais fosse do que uma «coisa», uma simples «rê», ou a abolia, derrocando e empobrecendo a nação com êsse gesto de lirismo romântico e liberal.

Além de invocar a seu favor a suprema autoridade de ARISTÓTELES, proclamavam os conservadores e tradicionalistas brasileiros, sustentavam os obstinados defensores da instituição servil que se deveria desvencilhar-se das teias do romantismo histórico, afirmando com ênfase que a poesia não podia continuar caminhando na frente da economia política. Era preciso — exclamavam enfaticamente ainda êsses inimigos mortais do idealismo e do individualismo romântico — que fossem expulsos os poetas das finanças, os líricos da administração, aprendendo-se por fim a pensar com a inteligência, não com o coração. O país necessitava de raciocínio, de cálculo frio e positivo, não de alimentos hauridos no mundo vago e quimérico do devaneio.

Uma brilhante página moderna de PLÍNIO SALGADO resume e condensa, ao nosso ver, o pensamento dos intransigentes defensores da escravidão, principalmente no que tange à posição ou situação privilegiada que desfrutava, entre nós, o escravo agrário e doméstico. Escreve o agudo crítico social brasileiro, cujo nome acabamos de citar, justificando a tempestade de protestos e espancando o espectro metafísico que a abolição dos escravos levantara:

«Nós tínhamos escravos. Mantínhamos essa instituição que o lirismo de nossos poetas chamaria de *mancha indelével*, erguendo contra

ela a eloquência de seus tropos hugoanos, em dias futuros. Mas a vida entre escravos e senhores era, em regra geral, uma vida perfeitamente democrática. O escravo não era tratado como um animal, uma bêsta sem alma, que pedia chicote, algemas de ferro e tórno, bacalhau e canga. (A «mucama» era a confidente de «sinhá-moças; a «mãe-preta», a «tia» gozavam de grande prestígio entre as crianças brancas às quais contavam suas histórias; o «moléque» era bem o «demonião familiar» cujas diabruras divertiam; havia pretos que tomavam conta dos negócios do senhor, gerindo-os com todos os poderes). Todo êsse instrumental existiu, é certo, mas êle corria mais a conta do sentido patriarcal da vida brasileira, e si, em alguns casos, houve excesso de castigo ou tirania cruel, êles representavam exceção, porque a regra comum era a que imprimia às relações entre o escravo e o senhor, o mesmo caráter das relações entre pais e filhos. Os rigores paternos eram bem conhecidos em todo o período da formação nacional. Os filhos sofriam dos pais os castigos mais duros, e o respeito que guardavam pelos seus progenitores era um respeito misto de terror. (Cumprir notar que os pretos, na África, não eram livres. Nenhum país melhor do que a Inglaterra, que foi a maior traficante de escravos nos tempos modernos, desde o Tratado de Utrecht, poderá atestar êsse fato. Os negros passavam de uma escravidão cruel e paga de «sôbas» com direito de vida e de morte, para uma escravidão policiada e preparatória da liberdade»).

Em que pese ao propalado liberalismo da Igreja Católica, é suspeita a atitude desta, numa discussão desapaixonada e ampla do problema escravocrata. BOSSUET, bispo de Meaux, grande escritor católico do século XVII, justifica a escravidão: por outro lado, está historicamente averiguado e provado que a Igreja sempre possuiu escravos. SÃO PAULO, SÃO JOÃO CRISÓSTOMO, SANTO AGOSTINHO, TERTULIANO e SANTO TOMAS DE AQUINO, entre outros doutores canônicos, defendem e legitimam a escravidão. Entre nós, no clero brasileiro, o bispo de Pernambuco, DOM JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COLTINHO, constituiu-se em ardente apóstolo da escravidão dos negros no Brasil. A fim de não nos alongarmos muito nesta digressão, citaremos a apreciação do grande historiador francês FUSTEL DE COULANGES, escritor insuspeito nos círculos dos apologistas católicos, transcrevendo breve trecho de sua monumental «*Historie des Institutions Politiques de la France: La Monarchie Franque*»:

«... ela (a Igreja) não tinha opinião a respeito das instituições sociais. Jamais, por consequência, combateu a escravidão. Elevou a alma do escravo, aconselhou ao senhor que amenzasse a sua situação material.

Porém, jamais se constituiu adversária da escravidão. Reconheceu formalmente o direito adquirido dos senhores. Si um escravo, fugindo do seu dono, se refugiava em um templo, a Igreja não se julgava com o direito de o guardar; ela o restituía, intercedendo somente junto ao senhor para que o perdoasse. Ela mesma os possuía e si libertou um certo núme-

ro dêles, individualmente, recusou-se a libertá-los em massa porque tornaria as suas terras desertas.»

Todavia, penetrada a essência profunda da questão, flanqueada por outros aspectos, concluiu-se de imediato que aquela «abominação histórica», como a denomina PEDRO CALMON, introduzida no Brasil pelos colonizadores portugueses e que se iniciou, ao que se presume, em 1538, não podia substituir por mais tempo. No remate do denso e fascinante capítulo IV de seu imortal «Contrato Social», obra ensopada de reflexos e emanções do direito político inglês, publicada em 1762 e que veio a constituir a matriz ideológica da Revolução Francesa, tornando-se o evangelho político e a bíblia revolucionária dos tempos modernos, — acentua JEAN-JAQUES ROUSSEAU que:

«De qualquer lado que se considerarem as coisas, o direito de escravidão é nulo, não somente porque é ilegítimo, senão porque é absurdo e nada significa. As palavras escravidão e direito são contraditórias, e, por conseguinte, excluem-se mutuamente. Quer seja de um homem a outro homem, quer seja de um homem a um povo, este raciocínio será sempre igualmente insensato: «Estabeleço contigo uma convenção, toda a teu cargo e tudo em meu proveito, que observarei durante o tempo que me aprouver, enquanto tu o cumprirás durante o tempo que me convier.»

Em Roma, desde CICERO até SENECA, dominara a idéia de que os escravos eram homens como os outros, «formados dos mesmos elementos, gozando do mesmo céu e respirando o mesmo ar». No Digesto, 1, 4, vem escrito que: *Ut pote cum jure naturali omnes liberi nascerentur... sed postea quam jure gentium servitus invasit*. Isto é: O direito romano introduziu o princípio de que a escravidão não é ao mesmo tempo um instituto natural e divino, mas que se baseava em uma convenção puramente social.

Cumpra assinalar, igualmente, que o próprio ARISTÓTELES, o máximo inspirador da escolástica, tão largamente invocado pela enorme legião dos escravocratas, ao libertar os seus escravos no final de sua vida, consagra-se como sendo o autor da primeira proclamação de alforria desse gênero que a história registra. O rutilante mestre estagirita negara, portanto, ao se aproximar o fim de seus dias, a severa e absurda doutrina escravista, que sustentara em vida. Tornara-se, nesse ponto, na mais viva e veemente contradição de si mesmo.

Digno de ponderação é também o fato de que, em todos os países da cristandade, somente o Brasil e a Espanha vinham mantendo a sobrevivência desse instituto abominável da escravidão. Era soada, portanto, a hora de sua extinção radical e definitiva, não existindo argumento algum que a pudesse defender e coonestar.

O drama tenebroso do cativo não podia permanecer entre nós por períodos mais dilatados, porque, além de constituir um comércio maldito, era uma instituição profundamente retrógrada e improdutiva. Não somente a lúgubre imagem dos navios tumbeiros, o hediondo perfil dos esquifes flutuantes nos gelavam de assombro e horror: não apenas os aspectos desumanos do tráfico de carne humana, dos carregamentos de

marfim negro nos estarreciam de espanto e de pavor: a compra e venda de gado humano, as nefandas transações realizadas com o desgraçado semovente de cór, atrozmente transportado nos porões dos veleiros imundos como fardos de couro cru eram formalmente condenadas pela ciência econômica, suas pseudas-vantagens eram radicalmente desmentidas pelos fatos. Ninguém poderia contestar ou ignorar verdades tão capitais, a menos que se não se vexasse em exibir-se despojado do mais rudimentar senso das realidades.

Inspirado pela sua lúcida e objetiva mentalidade de «praticalmã», de estadista sereno e atento aos movimentos históricos, LINCOLN afirmava, referindo-se à grande e poderosa república que governava, que: «Uma casa dividida entre si mesma não pode subsistir»; — isto é, uma pátria perde a sua unidade, perde sua continuidade histórica ao apresentar-se metade livre, metade escrava entre a família internacional. A América do Norte, como o Brasil, naquela época, era como que um violino desafinado no grande concerto das nações livres e civilizadas do globo.

* * *

A degingolada dos poderosos latifundistas, da opulenta burguesia territorial de São Paulo e da abastada aristocracia nordestina dos senhores de engenho, era inevitável, era mesmo natural, porque sua situação financeira, ou melhor, porque a conversão de todo o seu dinheiro em escravos, o emprego de todo o seu capital na desventurada mercadoria negra impossibilitavam-nos de renovar os sistemas de trabalho. Releva ponderar que se não pode invocar casos esporádicos, hipóteses especiais, para advogar ou justificar a persistência no país de um ajeto e ruinoso sistema de trabalho, como o manifestado pelo nefando e nefasto instituto servil.

Por outro lado, a colonização européia constituía a esperança dos estadistas, a aspiração de todos os homens conscientes e dotados de verdadeiro pensamento político, de autêntico raciocínio econômico, de genuína e pura observação social. Estes homens não desconheciam a realidade, possuíam um correto e positivo senso dos fatos; eles sabiam que o inditoso operário negro só era um elemento aproveitável, um elemento lucrativo, quando empregado num regime de economia naturista, como dizem os alemães, quer dizer, só proporcionava bons resultados na utilização direta e imediata dos recursos naturais, nunca aplicado em formas superiores de progresso agrícola e manufatureiro. Tal é ainda a lição do nosso abalisado CALOGERAS.

O escravo, por conseguinte, só era útil ou rendoso quando empregado no exercício de atividades meramente manuais; falhava sempre ou era inútil nas tarefas que demandassem aplicação de técnica ou cultura superior.

Segundo AZEVEDO AMARAL, a demolição do escravismo brasileiro resultou, em grande parte, do desenvolvimento, da evolução e da expansão da lavoura cafeeira, evidenciando que a abolição da escravatura não foi uma reforma executada pela atividade política do Estado Imperial,

devendo ser considerada como uma vitória econômica, como a resultante da criação de uma ambiência peculiar e de um economismo superior. Nestas condições, não somente vingavam e triunfavam as razões formuladas pelas doutrinas liberais, mas argumentos de ordem científica, imperativos sociológicos também militavam a favor da urgente eliminação do escravismo no território nacional.

São bastante conhecidas as circunstâncias históricas, econômicas e psicológicas que determinaram o declínio e por fim a dissolução do cativeiro no hemisfério ocidental. Vamos repisá-las agora, grosso modo, para os leitores apressados.

Sabe-se que os instrumentos de trabalho e produção usados pelo escravo eram grosseiros e primitivos; não se ignora que sua técnica era a mais subalterna e rudimentar possível. Com o vitorioso advento da máquina, com as triunfantes aplicações da ciência às técnicas de produção, com as variadas descobertas científicas e inventos mecânicos de aplicação industrial, com o aproveitamento do carvão e do vapor como força motriz — tornaram-se notórias as deficiências, as insuficiências e os anacronismos do trabalho servil, mórmente nas indústrias têxteis e na metalurgia, nas quais é cada vez mais imperiosa a existência do operário especializado. O escravo tornara-se despidendo e obsoleto na fabricação de tecidos e nas indústrias mecanofatureiras; estas e a fundição de aço (puddling) requerem trabalhadores adestrados, suprimindo completamente o trabalhador inculto, essencialmente embrutecido e rotineiro, desajudado de especialização profissional. Os escravos de aço, a saber, a máquina, a revolução industrial, Manchester, os avanços e progressos técnicos tornaram a escravidão um instituto antiquado, superado e sem possibilidades de êxito; e somente nos países agrícolas, como o Brasil, — país cuja economia repousava sobre as bases do agrarismo puro, primário — a escravidão perdurou por algum tempo, desaparecendo por fim ante o aparecimento de utensílios de trabalho e produção mais aperfeiçoados. Esses modernos e aperfeiçoados instrumentos de trabalho e produção, que o trabalhador escravo neutralizava por desconhecer a maneira própria de utilizá-los, acabaram por alijá-lo definitivamente dos campos e das lavouras, diluindo-o inteiramente na crescente complexidade da agricultura mecanizada.

Com exceção dos terrenos em declive, excetuando-se as regiões serranas e as colinas, a rústica enxada e a tôca charrúa foram substituídas pelo arado, pelo trator, pela complicada maquinaria agrícola moderna. A máquina sem dúvida veio criar um personagem novo, dramático, até então desconhecido, no cenário histórico: o proletário...

* * *

O emprego de carvão mineral como redutor do minério de ferro (1720) abriu largas perspectivas às indústrias mecânicas, capacitando ARKRIGHT a aperfeiçoar a técnica da tecelagem ou manufatura de tecidos (1750), indústria esta que era exatamente a mais importante indústria brasileira naquela época. MANOEL PEREIRA DA CAMARA BETHEN-

COURT E SA, vivendo nos primeiros anos do século XIX, introdutor da indústria metalúrgica no Brasil e que estivera na Europa a fim de especializar-se nesse ramo da atividade humana, tentara reativar a mineração no país, propugnando a exploração da metalurgia do ferro e do cobre. É certo que o Alvará de 5 de Janeiro de 1785, baixado por D. MARIA I, golpeara mortalmente as indústrias nacionais, empregando impecilhos e entaves outros além das excessivas taxações fiscais; todavia, esse Alvará foi revogado por outro, datado de 1.º de abril de 1808, baixado por D. JOÃO VI, em virtude das exigências do comércio inglês.

Na mineração do ouro e dos diamantes, o trabalho do escravo era quase destituído de importância; e já nessa época, essa forma de produção era quase que exclusivamente confiada e executada por trabalhadores livres.

* * *

Examinado do ângulo psicológico, notamos que o escravismo no Brasil ia progressivamente se transformando numa instituição fatigada, exausta, moribunda, caía lentamente em decadência. O negro como que sentia repugnância pelo trabalho sistemático e organizado, como que sentia horror ao trabalho metódico e disciplinado. O escravo só trabalhava sob compulsão exterior, isto é, o menos possível; e o produto do seu trabalho não primava pela qualidade, nem seduzia pelo apuro ou pela perfeição. O cativeiro era ordinariamente volúvel e sem iniciativa; ele era dono de uma índole rebelde, assomada, versátil e turbulenta; era detentor de um temperamento sinuoso, caprichoso, leviano e de custosa dominação; era, finalmente, inimigo natural e visceral de seu senhor, de quem exigia despesas consideráveis para vigiá-lo e conservá-lo em seu poder, despesas que se tornavam maiores quando ele vivia espalhado pelas distâncias dos grandes latifúndios.

Nos períodos de crises, colapsos, rupturas e oscilações no equilíbrio econômico, gastos ainda maiores tinham os patrões necessariamente de arcar e dispendir, porque, nesses penosos e inesperados interregnos da prosperidade, não podiam dispensar os seus escravos, paralizando temporariamente a sua atividade, com o que diminuiriam sensivelmente o volume de seus prejuízos; pelo contrário, nessas épocas turvas e imprevisíveis, eram forçados a sustentá-los e a mantê-los em inércia dispendiosa, situando-se numa conjuntura bastante parecida à dos modernos fazendeiros, relativamente ao seu produto de primeira ordem, isto é, numa improdutividade positivamente ruinosa. De outra feita, com o progressivo aumento da população, crescera igualmente a necessidade de novos produtos, de sorte que a procura de escravos tornara-se maior; com a sua alta procura, baixara a sua oferta e subira o seu preço, conforme ambicionavam os comerciantes de carne humana e segundo determinava a dinâmica fatal de conhecida lei de economia política (lei de MACLEOD), oferecendo mesquinhas e ilusórias compensações pecuniárias aos compradores e enriquecendo os desalmados negreiros ou negociantes de escravos.

No flanco destes percalços todos deve-se, ainda, acrescentar o crescente desperdício de capital oriundo das doenças, distúrbios e males fi-

sicos de toda a ordem, que assaltavam, afligiam e vitimavam os escravos: as prolongadas crises de melancolia e desespero que constantemente suplaciavam, devastavam ou amotinavam o coração turvado, sombrio e taciturno do miser negro, arrastando-o amide ao sinistro desatino do suicídio; os castigos imoderados e sem critério, durante os quais sucumbiam sem apelação; o temível «banzo», ou doença da tristeza, que os dizimava mais do que as torturas e os flagelos corporais; o dissimulado, perverso e frauduloso emprego dos instrumentos de trabalho, que o negro secretava e furtivamente danificava sempre que podia, extravasando seu oculto e vigoroso ódio contra o patrão; as tumultuárias e sangrentas rebeliões individuais e coletivas, sublevações e motins por vezes difíceis de serem pronta e eficazmente combatidas e aniquiladas, como a dos quilombolas, por exemplo, núcleo poderoso ou massa informe de negros fugidos, concentrados em Palmares. Era orgânico e invencível o rancor que o negro nutria pelos seus feitores e patrões, rancor que seguidamente fomentava fugas patéticas, abundantes evasões, acarretando conseqüentes e onerosas perseguições; ficavam caras as buscas e capturas de escravos foragidos, os quais deveriam ser caçados nas selvas, nos campos, nas estradas, nas vilas e cidades e até nos lares alheios, onde não raramente se homisiavam ou eram acoutados. Finalmente, era preciso pagar os preços estipulados pelos captores voluntários de escravos fugidos, bem como os prêmios anunciados como compensação pelas suas buscas por vezes árduas e longas, não sendo esporádicas as demandas e litígios judiciais suscitados no fóro por essas questões.

Com o acêrto e a lucidez que lhe são peculiares escreve o brilhante publicista AZEVEDO AMARAL:

«Um dos aspectos mais trágicos da escravidão negra decorre de um traço característico do psiquismo do africano. Escravos existiram desde a mais remota antiguidade, mas nunca uma raça sofreu tão intensamente a privação da liberdade como o africano, que é por indole refratário à coação que o priva do exercício espontâneo das tendências de sua personalidade.» Essa é a matriz, o ponto central ou nevralgico que originava a irrupção, na alma sensível do escravo, da terrível e dizimadora enfermidade chamada «banzo», aludida mais acima.

Estes e outros óbices e impecilhos, complexamente acumulados, iam golpeando e paulatinamente esmorecendo a negociação da desgraçada argila escura, reclamando imperiosamente a sua extirpação, acentuando cada vez mais o ímpeto da filosofia da liberdade, que encarnava o brado da consciência humana indignada.

O tráfico de escravos, cuja prioridade até hoje se ignora si pertence a Portugal ou à Espanha, extinto desde o tratado que, em 1828, o Brasil concluiu com a Inglaterra, nação que se tornara uma potência africana — foi o primeiro passo dado no sentido de abolir-se a escravidão na superfície do planeta. O tratado em alusão resultaria benéfico sob um triplice aspecto: étnico, econômico e moral, vantagens tão flagrantes que necessitam de demonstração. Por outro lado, o Exército brasileiro, que comumente era empregado na caça dos infelizes escravos fugidos dos senhores, recusava-se, principalmente nas proximidades da Abolição, a promo-

ver-lhes a captura ou sequer a prestar auxilio para a busca dos mesmos. Ressalte-se ainda, por amor à verdade, que o verbo luminoso de LEAO XIII, talvez o maior Papa da cristandade, ecoava pelo Brasil inteiro, por ocasião da inflamada campanha abolicionista, exortando os bispos brasileiros a tomar partido em defesa dos ideais da libertação dos escravos. Por fim a consciência jurídica nacional envolveu e aluiu os últimos alicerces, os derradeiros redutos escravocratas existentes no país.

Já vimos que a luta contra a escravidão no Brasil vinha de longe... A guisa de mera informação histórica, assinala-se que, já em 1758, o Dr. MANOEL RIBEIRO DA ROCHA publicara tremendo e veemente libelo contra a escravidão. Os manifestos e panfletos anti-escravagistas pulularam e se multiplicaram pelo país afora, abalando profundamente a consciência nacional. O povo brasileiro, quase em sua esmagadora maioria, compreendia cada vez menos confusamente a nobre filosofia do trabalho, discernia e aprendia cada vez mais as cristalinas verdades que se encerravam no seio das razões e argumentos anti-escravistas, percebendo, afinal, as nitidas, as distintas e superiores vantagens e benefícios que inevitavelmente lhe adviriam da substituição do braço escravo pelo braço livre. O povo brasileiro persuadiu-se, afinal, de que era necessário e urgente eliminar-se de uma vez por todas as cenas de vergonha e impiedade, apresentadas quotidianamente pela escravidão e que enodoavam e maculavam as formosas páginas da história pátria. Apagar para sempre essa página singularmente pernicioso e fantástica da história nacional tornara-se ardente, absorvente preocupação da opinião pública do Brasil.

E tanto o povo brasileiro estava firme e inabalavelmente convencido da bestialidade incomportável da vil e desapidada instituição servil, que a redenção das massas escravas — redenção que ensanguentara a grande pátria de WASHINGTON, que custara uma guerra cruenta nos Estados Unidos da América — foi uma festa no Brasil, consoante reconheceu o próprio embaixador americano no Rio de Janeiro.

«Efetivamente — escreve EVARISTO DE MORAIS —, o Brasil, no tocante à maneira de encerrar a Escravidão e na forma pela qual a extinguiu, mostrou-se superior a povos que se acreditam bem mais civilizados. Aqui ninguém pregou a legitimidade moral da Escravidão, nem lhe encontrou raízes nos mandamentos divinos, como sucedia nos Estados Unidos. Aqui se resolveu o árduo problema sem sangue e sem grandes sacrifícios materiais.»

Concretizada a abolição da escravatura — palavra tão negra que nossos lábios se enegrecem ao pronunciá-la —, verificou-se que, afortunadamente, não tinham sido falsas nem infundadas as pressuposições feitas em torno das decantadas vantagens do trabalho livre. Instituído no país esse novo sistema de trabalho, a riqueza pública nacional desde logo começou a frutificar e prosperar, realmente apresentando sensíveis e acelerados progressos, até atingir as vertiginosas cifras do desenvolvimento atual.

«A grande imigração marcou, mais que outra qualquer diferença, a separação entre o Brasil luso-americano, histórico, e o Brasil contemporâneo, como ALBERDI quizeria a Argentina.» — Estas são palavras — as

justas, as sóbrias e exatas palavras de PEDRO CALMON —, que escolhemos com cuidado para fechar as nossas breves e ligeiras considerações traçadas em torno do cativante e sugestivo tema da extinção da escravidura, em Pinhal e no Brasil.

REVOLTA DE AGOSTO

O povo de Pinhal, na sua quase totalidade, recebeu com profundo e visível agrado a notícia da esplêndida vitória dos ideais republicanos, a despeito d'este triunfo ter sido verificado de forma imprevista e inesperada. Proclamado o Estado republicano no país, operou-se incontinenti em Pinhal a mudança das autoridades locais, ao mesmo tempo que aderiu ao novo Governo as mais salientes e respeitáveis personalidades da localidade.

Não acompanhamos, aqui, o brilhante publicista patricio JOAQUIM PIMENTA, quando discorre acerca do crepúsculo da Monarquia e sobre o arrebol das instituições republicanas, no Brasil. Diz ele :

«Si algum sentimento monárquico, por ventura, existia no Brasil, era como irradiação pessoal de D. PEDRO II, e com este se desvanecera no negrume de sua primeira noite de exílio, ainda em águas brasileiras.»

Evidentemente estes conceitos não persuadem, não traduzem nem exprimem a verdade a respeito do importante acontecimento histórico que comentam. Porque nem todos os brasileiros — desde então alancorados à posição de cidadãos — se mostraram plenamente satisfeitos com a nova ordem política implantada no país. Gérmenes ocultos e acesos de desconfiança e descontentamento jaziam e trabalhavam na mente de alguns políticos de relvêo e envergadura, enfileirando-se entre elles AFONSO CELSO, Visconde de Ouro Preto, que havia sido Presidente do Conselho de Ministros do Império, Chefe do Gabinete Ministerial de 7 de abril. Além d'este varão insigne, justamente admirado e respeitado pela sua notável estatura moral e intelectual, distinguam-se ainda, no seio do movimento monarquista brasileiro, PENAFORTE MENDES, irmão do estadista e grande juriconsulto JOAO MENDES DE ALMEIDA.

Tudo dizendo de melhor maneira : Em 1895, arrefecida a agitação revolucionária provocada pela chamada Revolta da Armada, restabelecidas as garantias constitucionais sob a primeira presidência civil do país, que fora a de PRUDENTE DE MORAIS — os monarquistas brasileiros decidiram agremiar-se ou aglutinar-se em sólido partido político, tal qual, haviam feito os republicanos durante o extinto periodo monárquico. São Paulo, ainda e sempre forja insuperável de tódas as grandes iniciativas, foi o centro preferido pelos chefes do partido monarquista para constituir-se em sede do movimento, de âmbito nacional e cujo manifesto politico foi publicado em 15 de novembro de 1895. Compunham o novo partido politico, ou alistavam-se em suas fileiras, na primeira hora, além dos dois nomes já acima apontados, entre outros, EDUARDO PRADO, ANTONIO FERREIRA DE CASTILHOS, BENTO FRANCISCO DE

PAULA E SOUZA, AUGUSTO DE SOUZA QUEIROZ, FRANCISCO A. DE SOUZA QUEIROZ, RAFAEL CORREIA DA SILVA SOBRINHO.

(Consigne-se aqui, entre parêntese e sem sombra de nenhum paulitismo exagerado, que São Paulo desempenhou papel saliente na cruzada política que estamos tentando descrever, como tem acontecido com todos os demais importantes movimentos de opinião, porque sua hegemonia, dentro do Brasil, vem desde o Império, isto é, data do fim da Guerra do Paraguai; hegemonia esta, indiscutível, e que a República ampliou e consolidou, dentro da Federação, vigorando até nossos dias.)

Estes políticos influentes, estes prestigiosos chefes monarquistas cavilosamente planejaram e encabeçaram um movimento revolucionário de grandes proporções, visando a restauração da Monarquia no país.

Os fundamentos reais dessa revolução provavelmente repousavam em erros cometidos pelo novo Governo da União. Sem dúvida entre-tinha essa ilusão restauradora a presença de alguns erros aparentes, a ação de algumas falhas momentâneas, de alguns tropeços provisórios, que, englobados, são conhecidos e apontados pelos historiadores sob o nome de — crise institucional da República. A iniciação financeira da República, *in exemplis*, é geralmente considerada pelos competentes como um verdadeiro desastre. Contudo, tais desacertos seriam previsíveis e inevitáveis, próprios mesmo de um regime que buscava se completar e se consolidar. Num período crítico e vacilante, numa fase de remodelação e de reajustamento dos quadros políticos, econômicos e sociais da nação, era natural que uma onda de desorientação e suspicácia fosse criada contra a nova configuração institucional do país, configuração que certamente vinha afetar o interesse e a posição de copioso número de brasileiros. Estas razões, mais fortemente talvez do que os argumentos de ordem ideológica, foram com certeza os móveis que persuadiram aquele poderoso elenco de políticos derribados pela implantação da República, animando-os decisivamente a formarem e comporem o aludido «complot» revolucionário. Assim, debaixo da influência e da intenção apaixonada de defender interesses grosseiramente pessoais, desenvolveu-se uma formação cancerosa, cujo supremo escopo era o de modificar a anatomia política da nação.

Vimos já que esse movimento monarquista, que esse projeto subversivo, que ameaçava afundar o país no caos sangüinário e no forno bestial da guerra civil, estendia-se por todo o imenso território nacional com ramificação em Pinhal, cidade onde a citada conjuração contava com o largo e franco apoio de numerosos «saudosistas» políticos. Entre os elementos pinhalenses que içavam o estandarte da restauração monárquica, que a propugnavam ou que a ela estiveram estreitamente vinculados, embora animados de um elevado idealismo e de uma pura nobreza de alma — tomavam posição os Drs. ADELARDO e OTELO SOARES CAIUBY, os sr.s JORGE MACEDO, CLAUDIO DE ULHOA CINTRA, ORLANDO NOVAIS, DANIEL BERNARDI, Dr. HADDOCK LOBO FILHO, ALBERTO FLORENCE, SAMUEL DE ALMEIDA, os TENÓRIOS, JOAO LOPES, ALÍPIO COUTO e muitos outros.

Entre os pinhalenses que combatiam e profligavam com vigor essa revolta monarquista, que rejeitavam com energia essa intencionada restauradora de agosto de 1902, podemos citar aqui, de envolta com centenas de outros nomes, os de ABELARDO CERQUEIRA CÉSAR e Cel. ARTUR DE ALMEIDA VERGUEIRO.

A data do levante fôra marcada com conveniente e adequada antecedência. Entretanto, por motivos ainda não bem averiguados, veio a abortar a bernarda sediciosa, fracasso total que os monarquistas pinhalenses, bem como os de Sertãozinho (hoje Taquaritinga), ficaram ignorando na ocasião. De sorte que, não sendo oportunamente avisados, não recebendo ordens nem instruções para sustar a deflagração do rebelião, não tendo sequer ciência de que a mesma houvera sido descoberta e abafada pelo Governo Federal, essa ignorância decorrendo talvez da insuficiência dos parcos meios de comunicação — não hesitaram os monarquistas de Pinhal e de Sertãozinho em fazer rebentar a revolta. Estourara, pois, a revolta, em caráter puramente local, passando seus cabecilhas a agir conseqüentemente, isto é, a praticar atos materiais de rebelião contra a disciplina coletiva e republicana que reinava na localidade.

Não há dúvida, portanto, que os acontecimentos desenrolados em Pinhal, naquele dramático mês de agosto de 1902, assumiram o caráter e a feição de verdadeira e original intencionada sediciosa, sujeita à repressão de ordem política e social.

* * *

Em resumo: no histórico dia 23 de agosto de 1902 foi proclamada a monarquia em Pinhal!...

No dia subsequente, pela madrugada, a cidade foi invadida por grupos de homens armados, vindos, em grande parte, conforme foi apurado mais tarde, das bandas de Minas Gerais. Estes invasores desconhecidos depuseram as autoridades legais que dirigiam a localidade, apoderaram-se dos edifícios públicos mais importantes, ocuparam a estação ferroviária da Companhia Mogiana, passando a construir e organizar um governo local, de feição ostensivamente monarquista.

O MM. Juiz de Direito da Comarca, Dr. OTAVIO AFONSO DE MELO, foi — ao que dizem certos oráculos da tradição — «embarcado» no último trem que seguia para Mogi-Mirim. A respeito desta passagem histórica o Dr. FRANCISCO ALVARES FLORENCE, em notas e comentários que compôs para este trabalho, escreve-nos textualmente:

«Não é real. O Dr. Otávio Afonso de Melo ficou detido em sua casa.»

A essa categórica afirmação sôme-se a observação que nos fez, caligrafada, o Dr. ABELARDO VERGUEIRO CÉSAR:

«Se não é verdade, corrija-se. A verdade acima de tudo.»

Ainda no transcorrer daqueles turbulentos episódio extra-legais foi levado a efeito um grande comício político, realizado de frente à Igreja

Matriz, isto é, na praça mais pública, mais central e espaçosa da cidade. Nessa rumorosa oportunidade proferiu célebre e inflamado discurso o Dr. HADDOCK LOBO FILHO, médico possuidor de notável saber e de primorosa inteligência, cuja alma então efervescia de arrebatado monarquismo.

Consta, ainda, que outras autoridades locais resistiram à arbitrária ordem de deixar ou abandonar a cidade, sendo, em consequência, detidos no interior de suas próprias residências, permanecendo em exílio local ou tendo por ménage a própria casa. Aqui temos outro ponto para ser convenientemente elucidado, devendo serem anotados com muito cuidado as informações prestadas pelos «antigos moradores do lugar», os quais geralmente vivem da memória, essa «cidade das traições», como dizia MACHADO DE ASSIS...

* * *

Vitoriosa a etapa preliminar da pequena revolução, providências foram imediatamente tomadas no sentido de que a mesma prosseguisse em seus blicos trâmites, tais como oferecimento de resistência armada e prática ou execução de outras ações militares. Todavia, a despeito dessas viris e enérgicas resoluções, apenas 36 horas foi o período temporal em que Pinhal fôra governado e administrado pelas normas do extinto regime monárquico. Assim breve e assim efêmera foi essa mudança de instituições, porque, sabedor o Governo do Estado das graves desordens e tropelias que ali se desenrolavam, diligenciou incontinenti a remessa ou expedição de um adequado contingente de força armada para pôr-lhes fim, restabelecendo a ordem pública violada e garantindo a estabilidade nacional ameaçada. Suspensos na ponta desta difícil conjuntura, guindados ao ápice desta delicada emergência e só então tomando conhecimento de que — com exceção dos revolucionários de Ribeirãozinho — estavam agindo isoladamente, os subversores pinhalenses deliberaram encerrar o movimento sem opor a mínima resistência à tropa expedicionária estadual, que ali desembarcara...

O Dr. ADOLFO GREEF BORBA, terceiro Promotor Público, em ordem cronológica, da Comarca de Pinhal, foi enviado à zona sediciosa, investido nos poderes de uma espécie de interventor municipal, representando e sendo figura de imediata confiança de BERNARDINO DE CAMPOS, Presidente do Estado, bem como de JOSÉ CARDOSO DE ALMEIDA, Chefe de Polícia na Capital. A missão de que fôra encarregado o ilustre órgão do Ministério Público de Pinhal consistia em impor a obediência à lei na cidade rebelde, em restabelecer o respeito às autoridades constituídas, devolvendo-lhe a paz, a segurança e a tranqüilidade. Tais e tão elevados desideratos foram fêlmente cumpridos, voltando à normalidade a cidade que fôra rudemente abalada por sucessos e espetáculos tão intempestivos. É para notar-se, aqui, que o Dr. ADOLFO GREEF BORBA portara-se, no desempenho de sua espinhosa missão, com todo o cavalheirismo de que era dotado, agindo com grande elevação de ânimo e com escrupuloso respeito à dignidade de cada um.

O Dr. ABELARDO DE CERQUEIRA CÉSAR, achando-se por esse tempo em São Paulo, foi igualmente convocado pelo Governo do

Estado a fim de, na qualidade de pessoa profundamente conhecedora da região irritada, acompanhar a expedição militar que para ela havia sido enviada sob o comando do Primeiro Delegado Auxiliar da Capital, Dr. JOSÉ ROBERTO LEITE PENTEADO, que se fêz assessorar pelo Dr. PAULO MACHADO FLORENCE, então Delegado de Polícia de Campinas. Ao escolher o excelso vulto do Dr. ABELARDO DE CERQUEIRA CÉSAR, para o cumprimento dessa delicada e melindrosa tarefa, o Governo do Estado certamente teve em vista o genio pacificador, o espírito de conciliação e o prestígio temperado de docilidade e harmonia, que tão ricamente ornavam a personalidade desse influente político e homem público. É realmente o acerto dessa escolha feliz logo fêz-se notar: realmente, no desempenho de sua árdua e penosa incumbência, o Dr. ABELARDO DE CERQUEIRA CÉSAR procedeu com elevado critério e sentimento, atuou de modo honroso e apaziguador, agiu com prudência quase filosófica, mormente nos momentos cruciais que sucederam à sufocada revolta. A cordura inata, o sutil e delicado senso das circunstâncias, os cristalinhas apêngios morais desse nobre e ilustre cidadão influíram consideravelmente na atenuação e no abrandamento dos rigores repressivos, desencadeados pela administração do Estado contra os revoltosos. Foi nessa triste e áspera encruzilhada que o Dr. ABELARDO soube acalmar os ânimos ainda fermentados, semeando a concórdia e a amizade entre os desavindos, serenando e pacificando com brandura todos os antagonismos pessoais, culminando por trazer a paz e a harmonia ao seio da família pinhalense.

Em suma: a tropa expedicionária, enviada pelo Governo do Estado a Pinhal, tinha dois destinos a cumprir: ou estrangular a revolta, com aplicação da força, ou sufocá-la, com emprgo dos meios suasórios. Os fatos posteriores vieram a demonstrar, como vimos, que preponderaram os recursos da prudência e do coração, isto é, triunfou a missão civil, não tendo sido disparado um só tiro para que se obtivesse a rendição incondicional dos revoltosos, os quais, de bom grado depuseram as armas, entregando-se ou dispersando-se à aproximação da expedição militar.

Como estamos vendo, a pacificação da família pinhalense foi completa, no transcurso daqueles dias duros e difíceis. Tudo como que fôra ouro sobre o azul. Todavia, é de crer que fatos desagradáveis podiam e deviam ter ocorrido, no desenlace do movimento cuja história estamos sintetizando. Assim é que, por exemplo, tem-se mencionado como verdadeiro, como autêntico o fato de que, naquela ocasião, a chácara do sr. DAMASO TITO DA MOTA PAES fôra varejada e danificada, não ficando um só móvel intacto na casa que lhe servia de sede. Seria este um ponto controversal, falto ou não de autenticidade histórica?...

O certo é, porém, que nenhum tratamento cruel foi pessoalmente dispensado aos rebeldes; foram eles simplesmente presos e escoltados para a Capital do Estado, injunção esta exclusivamente imposta aos chefes ou cabeças do movimento revolucionário, nada mais sucedendo ao restante número de seus adeptos e simpatizantes. Presos e conduzidos a São Paulo foram então o Dr. HADDOCK LOBO FILHO, JOSÉ RIBEIRA DA MOTA, BARÃO DE MOTA PAES e Dr. CAROLINO FERREIRA DA SILVA, considerados como sendo os vultos centrais, as figu-

ras esponsenciais da sedição. Pouco tempo mais tarde, não remanesecendo motivo algum que justificasse a manutenção em custódia dessas ilustres personalidades, foram elas devolvidas à liberdade e ao convívio social.

Revele-se agora, a título de curiosidade, em consonância com os informes da tradição oral, passagem em que fôra protagonista principal o Dr. HADDOCK LOBO FILHO. Conta-se que êle, ao ser preso pelos legalistas, exclamara com bravura antiga, com audácia teatral:

« — Eu sou monarquista !... »

* * *

Os anos correram após à deflagração desse curioso episódio revolucionário; e, à medida que o tempo ia transcorrendo, os monarquistas ou «sebastianistas» pinhalenses foram reconhecendo e se capacitando de que a Monarquia não passa de uma forma de governo inteiramente divorciada das realidades nacionais, inteiramente incompatível com a índole dos povos americanos. Reconheceram por fim, aqueles ferrenhos idolatras do passado, aqueles empedernidos conservadores, que a democracia e o regime federativo constituíam a única atmosfera sob a qual podia o Brasil viver, respirar e prosperar, crescer e progredir. Persuadiram-se, afinal, aqueles homens enamorados das dinastias infecundas, de que a Monarquia representa uma forma superada, retrógrada e ultrapassada de governo das nações, compreendendo que o regime monárquico é um sistema político morto, fossilizado, completamente incapaz de se renovar a si mesmo. Orgânicamente convencidos do acerto dessas verdades fundamentais, aqueles pinhalenses de valor pessoal espontaneamente aderiram à República e aos supremos e formosos ideais que ela encarnava. Estava já a República definitivamente implantada e consolidada no país inteiro; e, como se tratava de homens de grande relvêo individual, de homens de indiscutível destaque e prestígio social e político, muitos deles terminaram por prestar importantes e inestimáveis serviços à coletividade e à Nação, sentindo-se nobremente felizes de poderem servir à grande Pátria Brasileira.

Esta é a pura verdade histórica: passados os acontecimentos de agosto de 1902, esquecidas aquelas horas de dolorosas apreensões cívicas, os Monarquistas pinhalenses desprezaram para sempre os restos mortais da Monarquia... Dai as palavras escritas pelo Dr. ABELARDINHO, no verso da folha 80 dos originais deste livro:

«Mêses, ou um ou dois anos depois os mesmos que foram contrários e adversários da Revolução de 1902, patrocinaram a colocação do retrato de Armando Soares Caiuby no Club Recreativo Pinhalense, um dos principais chefes da Revolução.»

Mais total esquecimento do passado não é possível... Tal fato demonstra claramente a alta concórdia, o sereno e superior espírito em que veio a se findar a singular e histórica rebelião pinhalense.

* * *

Já deixamos acentuadas as incalculáveis vantagens e benefícios advindos ao Brasil, em consequência da queda da Monarquia. Já assinalamos devidamente a forma pela qual essa mudança integral de ritmo político trouxe ao Brasil uma nova e vigorosa mobilidade de crescimento substantivo. Em virtude dessa profunda e improvisa transformação de estrutura política e social, que alterara situações que se acreditavam eternas, cessou o Brasil de ser a grande «exceção americana», a solitária exceção continental, porquanto era êle o único país imperial, a única nação monárquica no mapa do continente, não obstante jamais ter se revelado naquêllo colosso imperialista e repace, como o paranóico SOLANO LOPEZ havia velhacamente assalhado no estrangeiro, fazendo-o com o perverso e mal dissimulado intento de grangear simpatia internacional e de elaborar previamente a justificação diplomática e moral da páfida guerra que surdamente nos preparava, guerra que, afinal, emergindo dos fechados bastidores, nos declarou e nos moveu no fatídico ano de 1864.

O imperialismo intelectual francês e a influência política inglesa e norteamericana constituem a essência ao mesmo tempo literária e doutrinária da propaganda pertinaz, da demolidora pregação revolucionária republicana. Os políticos nacionais, os estadistas pátrios, a mocidade romântica e liberal do Brasil viviam encharcados de racionalismo, de enciclopedismo, de literatura revolucionária, de «contrato social»; as instituições britânicas e yankees fascinavam, deslumbravam as gerações patricias. Naquella época somente a sensibilidade era brasileira, a inteligência era francesa, como dissera JOAQUIM NABUCO em famosa e feiticiera página de «Minha Formação». No entanto, podemos garantir sem hesitar que o que derrubou o Império não foi o povo, não foi a opinião civil, foram o Exército e a Armada.

«O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, sem conhecer o que significava» — sentenciava ARISTIDES LOBO, horas antes de ser nomeado Ministro do Interior do Governo Provisório. Quase ninguém sabia de nada. Nas Laranjeiras, não se fiava nos boatos insistentes de que o pronunciamento militar estava prestes a rebentar. O próprio Imperador, naquêllo novembro histórico, veraneava tranquilamente em Petrópolis, ignorando o que o próprio Ministério sabia mal e mal. D. PEDRO II, a exemplo de NICOLAU, trazer da Rússia, nos trágicos e silenciosos dias que precederam à sanguinolenta irrução da revolução bolchevista, jazia positivamente tranqüilo e alheio aos surdos movimentos que se desenrolavam nas camadas subterrâneas do país. FLORIANO, na cúpula do Exército, e LADARIO, à frente da Marinha, eram elementos de absoluta confiança do rei. Contudo, os fados sombrios tramavam na sombra, porque o BARÃO DE LADARIO, por causa de sua cega obstinação monárquica, em virtude de sua extrema fidelidade a D. PEDRO II e ao regime iria, logo mais, ser alvejado a tiros...

A República foi — na expressão de PEDRO CALMON — uma «imensa surpresa», estourando no país como uma granada. É célebre a frase de um viajante inglês, que se encontrava de passagem no Rio de Janeiro naquela ocasião, narrando que um desastre de túburi, em Londres, teria provocado maior alarido e maior sensação do que os decisivos acon-

tecimentos do Campo de Santana, do que a proclamação da República no Brasil. Realmente, a República brasileira foi improvisada numa parada de soldados no Campo de Santana. Com exclusão da bela passeata militar e da garbosa formatura dos regimentos alinhados, comandados por DEODORO, o povo nada mais via de substancial no esplendor daquela quente e calma manhã carioca. O país acordou, no dizer de AFRÂNIO PEIXOTO, «assustado e perplexo, entre um hábito antigo e uma moda nova» «Mas — acrescenta ainda o mesmo distinto escritor — a proclamação da República nem mesmo foi parada vistosa: ameaça na sombra e capitulação apressada.»

O povo êsse monstro de mil cabeças, no conceito de ENRICO FERRI, presenciou, tinto de pasmo, contemplou, com curiosidade pasmada, o natal da República. O povo não a esperava assim rápida. O povo e o próprio partido republicano: tudo se passou em segredo, tudo era conhecido apenas por alguns círculos militares fechados, por algumas reservadas rodas civis. De tal arte que, apesar de ser, juntamente com a Independência e a Abolição da Escravidão, um dos mais altos picos de nossa cordilheira histórica, a República constituiu-se numa verdadeira antecipaço, numa conquista imprevista e quase temporânea para a comunhão nacional.

Dúvida não persiste, pois, de que a República foi uma antecipação, um acontecimento a bem dizer extemporâneo, encontrando, a maior parte da população nacional desprevenida para recebe-la, compreendê-la e saudá-la. E é por isso também que, dada a brusca transformação operada em nossas instituições políticas básicas — operação revolucionária que em outros países da América Latina custara lutas ferozes, fizera correr rios de sangue — nem todos os brasileiros puderam aprender desde logo o exato e profundo significado dessa radical alteração da fisionomia institucional da nação, não logrando identificar-se prontamente com a sumária eliminação de velhos e arraigados hábitos públicos, não conseguindo pôr-se em sintonia com a violenta e súbita debelação de antigos e tradicionais costumes políticos, sentindo-se constrangidos e incapazes de aceitarem sem protestos a demolição de uma mentalidade social sólidamente formada e alimentada através de muitos e muitos anos.

Era imenso, no país, o número de brasileiros que não se achavam ainda amadurecidos para viver sob o regime republicano. De ordinário, a República somente fora vista sendo implantada a ferro e fogo. Diz HERRERA que «a América do Sul derramou torrentes de sangue em homenagem ao Contrato Social». A história das lutas republicanas em Roma, antigamente; a vida tormentosa de SIMÃO BOLÍVAR, o «cavaleiro da glória», as existências agitadas de MIRANDA O'HIGGINS, SAN MARTÍN, WASHINGTON e LAFAYETTE, moderadamente, são demonstrações vivas e edificantes das porfias que se devem travar, das dificuldades que se devem vencer antes que se consiga implantar e consolidar instituições novas em qualquer região povoada do planeta.

Assim, a insurreição monarquista, de que Pinhal foi teatro em 23 de agosto de 1902, constituiu uma prova tangível e irrefragável de como é penoso e demorado, de como é sanguinolento mesmo, o processo de assimilação e de adaptação institucional num dado país: os tropeços, a

lentidão no absorver e no compreender e interpretar o espírito das mudanças de construção social e política, em face de sua repetição quase invariável através do tempo, chegam a constituir uma verdade da história, não uma lei histórica mas um fenômeno histórico considerado inevitável.

É verdade que a história não se repete, no sentido próprio e rigoroso da palavra, mas os fenômenos históricos são muito parecidos. Não se repetem mas se parecem. Por outro lado, o passado, embora não podendo voltar nunca, quando considerado em si mesmo, consegue contudo infiltrar-se nas conveniências do presente. Em certo aspecto, o passado é mesmo muito teimoso, buscando assomar e impôr ao presente as suas visões particulares. Nêsse fenômeno reside a força expansiva que galvanizou os revolucionários pinhalenses de 1902.

* * *

Desconheciam certamente os monarquistas pinhalenses que biológica, social e politicamente a vida é uma renovação perene, um perpétuo «fieri», olvidavam sem dúvida que tudo muda incessantemente, que a mobilidade permanente é a condição da vida, que a decrepidez das formas sociais e políticas é um imperativo inelutável, que a formação de novas idéias e concepções é uma necessidade existencial para os indivíduos, povos, estados e nações. Ignoravam por certo, aqueles idealistas, que é perigoso e insensato conservar o que é antigo contra as novas imposições da vida social e política, defendendo interesses anacrônicos contra um interesse coletivo e atual, como com justeza proclamara KARL MARX no Discurso no Tribunal de Colonia.

Um tradicionalismo mal compreendido, um instinto de conservação defeituosamente aplicado fez com que se achasse prestes a explodir, no organismo poderoso da República recém-implantada, um movimento de descontentamento e rebeldia, um gânglio de rebelião e revolta, uma grande úlcera sediciosa. Tal foi o que veio a suceder em Pinhal, em 1902, em um tempo, portanto, que se situava fora do período climatérico, fora do tormentoso e melindroso período constitucional da República, cuja proclamação havia custado vinte anos de pregação e propagação.

Já em 4 de maio de 1896, em discurso pronunciado no banquete oferecido a FRANCISCO GLICÉRIO (jocosamente apelidado de *general das 21 brigadas*), JÚLIO MESQUITA evidenciara que a República fazia «desespero de uma minoria impenitente, e disposta a desmontá-la a todo o preço, fosse através da restauração da Monarquia ou fosse através da ocupação das posições de responsabilidade, sem desdenhar dos próprios poderes políticos da nação. Nêste trecho estão traçados com fidelidade os ideais que intamaram a eclosão da famosa revolta monarquista de Pinhal e do antigo Ribeirãozinho, revolta que, como já vimos precedentemente, terminou por se converter numa frusta tentativa de restaurar o princípio dinástico no país, o qual deveria continuar vivendo sob o reinado pessoal de D. PEDRO II.

Essa máscara pinhalense (permitam-me a expressão, algo violenta e deprimente), articulada concomitantemente com a hoje citada Taquaritinga, foi uma aventura revolucionária idealizada e sustentada por missionistas, por saudosistas do ancien régime. Esse plano, entretanto, foi vivamente repellido pela porção moça, avançada, construtiva e moderna da população local daquela época; a melhor parte da cidade vivia inteiramente emancipada dos prejuízos, dos preconceitos e princípios vigentes em um passado defunto, com o qual não mantinha nenhum compromisso de ordem moral, com o qual não se sentia presa de nenhum liame de natureza ideológica, com o qual não se vinculava pelos laços de nenhum parentesco lógico ou ideal.

A chamada «revolução de agosto» nada mais representa, na história da civilização pinhalense, do que um débil e esporádico episódio de sebastianismo político, nada mais simboliza do que uma simples e gorada agitação reacionária, uma jornada insensata e despojada de autêntico idealismo revolucionário. Foi, aquêle, quase um «movimento de cavalheiros desocupados», como diria ALVARO LINS, desde o nascedouro condenada, por assim dizer, ao mais estrondoso insucesso, ao mais fragoroso fracasso. Já vimos, aliás, que este fenômeno histórico de reacionarismo social e político é bastante comum às nações e aos povos longamente dominados por este ou por aquêle sistema de governo, por esta ou por aquela forma de organização social, erigindo-se ou pondo-se em antagonismo contra os que pretendem implantar inovações nessas estruturas fundamentais.

Despidos do verniz sentimental, isentos da afetividade, subtraídos à estima pessoal dedicada ao pacífico «neto de MARCO AURÉLIO», ou seja, à magnânima e patriarcal figura de D. PEDRO II, que governara a nação durante quase meio século — pouco mais remanescia de elevado aos briosos inconfidentes pinhalenses. Está visto que os revoltosos pinhalenses amavam quase organicamente o absolutismo pessoal de D. PEDRO II, adoravam o humanismo bisantino e ingênuo do velho BRAGANÇA, cândidamente considerado virtuoso como SÃO LUIZ e sábio como MARCO AURÉLIO. Os monarquistas de Pinhal almejavam afetuosamente a volta do honrado Patriarca, o retorno do bondoso Imperador: eram «queremistas» apaixonados, «queriam» à testa da nação o tranqüilo e quase meio estudioso do retiro bucólico da Quinta da Boa Vista. Pensavam e agiam, por conseguinte, impelidos não por razões políticas, econômicas ou sociais, mas por razões naturalmente ternas e emocionais. Na verdade, tratava-se de um rei bastante digno de inspirar fervor e devoção: pessoalmente parecia ser o mais inatacável dos seres. Sobre este imperador — que veio a morrer em Paris em 5 de dezembro de 1891 — destacamos estas palavras severas e justas do grande jurisconsulto brasileiro PAULO DE LACERDA:

«No exílio, nunca promoveu nem auxiliou qualquer tentativa contra o novo regime político; homem de raro cultivo intelectual e de experiência fóra do comum, bem certo estava de que a forma republicana de governo era criação das forças incoercíveis ao ambiente social.»

O que se passou em Pinhal foi, portanto, um episódio concebido e executado, não com as sugestões argutas e luminosas da razão, mas

com as razões turvadas e pueris do coração. Um movimento assim, apenas debuxado pela decisão teórica dos espíritos, tinha necessariamente que ser bastante semelhante, guardadas as devidas proporções, à célebre «conjuracão mineira», eclodida no país em 1789: conjuração ou conspiração elaborada e conduzida por vates ardentes, por criaturas líricas e preñhes de imaginação poética, movimento subversivo no qual não reluzia a lâmina de nenhuma espada, na qual se não vislumbrava nenhum vestígio de organização militar, na qual não se discernia nenhum lampejo de inteligência prática, nenhum esboço de plano estratégico tecnicamente traçado, permanecendo, pois, essa revolução, necessariamente quimérica e irrealizável.

Já que estamos pisando o terreno sedutor das comparações históricas — comparações que se não poderá intitular de aproximações bizarras e fúteis — reservamos-nos o direito de afirmar que essa verossimilhança pode ser estendida, mutatis mutandis, a outros diversos movimentos subversivos nacionais, tais como a Confederação do Equador (1817) ou a insurreição de BECKMANN (1784), revoltas estas que são, em certo sentido, irmãs gêmeas do «insucesso trágico» da malograda conspiração de Vila Rica; isto é, são revoltas realizadas sem clima filosófico prático, reações nativistas levadas a efeito sem fundamento científico, sem ideologia, sem mística, sem técnica, sem metafísica.

Pinhal igualmente, em agosto de 1902, viveu um drama político exclusivamente romântico. Foi em seus motivos, métodos e finalidades, um movimento romântico de inconformistas desprovidos de recursos materiais; foi uma revolução sem armas, sem guerreiros, sem tropas de combate, o que equivale a dizer que foi uma revolução sui generis; foi uma revolução destituída de elementos suficientemente numerosos e coesos para enfrentar e remover obstáculos bélicos; foi uma sedição platônica, capitaneada por idealistas verbais, por descontentes teóricos, invencivelmente fadada portanto ao malogro, muito embora sendo de natureza generosa e espontânea, ainda que gestada nas raízes profundas e puras de uma centena de almas de «élites».

Entre a falange de rebeldes pinhalenses inexistiu propriamente um chefe, faltou a presença de um BENJAMIN CONSTANT, por exemplo, e que foi a alma da campanha republicana e da pregação revolucionária que antecedeu e condicionou a conquista da República; inexistiu um líder, como FREI CANECA, o sublime mártir pernambucano; inexistiu um «condottieri», um «führer», um personagem da altitude de TIRADENTES, o chefe moral dos inconfidentes mineiros, a «lúgubre excreção da Inconfidência», na expressiva linguagem de PANDIA CALOGERAS, ou melhor, o único dos conspiradores montanhese a sofrer a pena capital, terminando sendo justificado na força com viril e admirável desassombro, acabando sendo imolado na força por imposição da implacável justiça bragantina, estribada nos mesmos motivos pelos quais anteriormente mandara enforcar FELIPE DOS SANTOS.

«Revolta emocional de agosto» — eis o verdadeiro nome que dever-se-ia dar a esse tentame revolucionário sem organização técnica, a esse movimento sedicioso orientado por letrados e por velhos políticos da

terra, supervisionado ineptamente por honrados burgueses e honestos chefes de família, por pacíficos abencerragens do monarquismo defunto. A própria benevolência empregada pelo Governo do Estado, enérgico mas sem dureza, ao fazer silenciarem os insurgentes, ao impor submissão aos insurretos, demonstra a fraqueza técnica do movimento que fora obrigado a reprimir: a indulgência estatal evidencia, sem dúvida alguma, a fragilidade de estratégia daquela campanha, a debilidade militar daquela pseudo-revolução, na qual jamais se fez sentir a presença indispensável e decisiva do soldado. E foi com extrema facilidade que um modesto destacamento militar do Governo Estadual estancou o sonho mirífico dos revoltosos pinhalenses, que vieram para a cena da história apenas municiados com um grande equipamento teórico de entusiasmo e de vontade de vencer, nunca com uma vontade prática e com condições materiais para lutar e para pelear vitoriosamente pelo ideal.

Nenhum movimento desse tipo jamais poderá triunfar exclusivamente através do manejo da pena e do pensamento. A teoria, o livro as abstrações; o panfleto, o jornal, o rádio, a tribuna, apenas podem ser estimulantes da luta armada, apenas são em despertar fé e entusiasmo pela causa, como justamente aconteceu durante a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo; esses são os instrumentos da guerra dialética, da guerra teórica, da guerra abstrata, da guerra intelectual, precursora e vivificadora da verdadeira guerra — a guerra ativa. Típico exemplo do que acabamos de afirmar vamos encontrar em ROUSSEAU, cuja obra imortal introduziu uma nova pulsação no mundo: a publicação e a divulgação do «Contrato Social» e de sua demolidora filosofia política fixam nitidamente que a revolta intelectual engendrou a Revolução Francesa, de imensas ressonâncias em todo o mundo ocidental. Os prodromos desta grande revolução da história da humanidade faz-nos intuir que todo movimento revolucionário é sempre precedido de um movimento filosófico, isto é, parte primeiramente do espírito para depois alcançar a ação direta e positiva. Primeiro a idéia, depois a ação, não se podendo deixar de notar que o pensamento é já meio ato, consoante nos ensina elementar noção de psicologia, esclarecendo-nos que o efeito dinâmico da idéia vem da imagem que a acompanha.

Seguindo esta diversa e ondulante ordem de considerações, vemos que a questão da escravidão, *verbi gratia*, teve a sua gênese histórica em uma simples tese de filosofia, sustentada denodadamente por alguns arrojados metafísicos e ideólogos audaciosos. Entretanto, cumpre elucidar que das nuvens da teoria pura, dos ventos da fantasia a generosa idéia abolicionista foi tomando vulto nos espíritos, foi ganhando vagarosamente a posse das consciências e dos corações, foi lentamente abrindo caminho por entre as turvas e confusas correntes das massas populares, até transformar-se numa caudal que nada poderia conter ou deter. Pouco a pouco toda a opinião pública e privada do Brasil foi sendo arrastada e impressionada por esse idealismo ardente, que não temia em promover o complexo processo da escravidão, criando condições profundamente propícias e extremamente favoráveis à sua radical abolição. Esse fremente idealismo JOAQUIM NABUCO e JOSÉ DO PATROCÍNIO, entre outros, transportaram-no na magia e nos feitiços de uma eloquência admirável:

CASTRO ALVES celebrou-o condoreiramente nas asas e nos ássomos de seus versos deslumbrantes e sublimes, consagrando-se para sempre como sendo o supremo e perene poeta dos escravos. SILVA JARDIM, ANDRÉ REBOUÇAS, QUINTINO BOCAIÚVA, RUY BARBOSA aliaram-se imortalmente ao negro sublime, ao cognominado «tigre da Abolição», desfaldando com maravilhoso «elans» a bandeira do abolicionismo teórico e filosófico. A partir daí a idéia da libertação dos escravos estava plenamente amadurecida para ser posta em prática, para tornar-se em fulgurante realidade, o que realmente veio a acontecer: triunfou por fim a nobilíssima causa da abolição, embora tivesse que vencer e transpor obstáculos temíveis e graves, porque ninguém ignora que ela custou o trôno do Brasil. O preço pago pela libertação dos escravos foi a queda da Monarquia, como sombria e profeticamente vaticinara «a maior inteligência política da época», ou melhor, «uma das mais fulgurantes inteligências do Segundo Império», ou melhor ainda, um «paralelo de BRIAND», «um dos homens de maior capacidade intelectual que até hoje apareceu na história do Brasil»: este gênio político outro não é senão o capacíssimo e clarividéntissimo JOÃO MAURÍCIO WANDERLEY, Barão de COTEGIPE. Não se dignou em ouvir-lhe o conselho; e por isso perdeu o trôno...

Como exemplo estrangeiro do que aqui vimos afirmando podemos depará-lo na história dos Estados Unidos da América do Norte, onde a abolição da escravatura demandara quatro longos e porfiosos anos de tremenda guerra civil, culminando LINCOLN por objetivá-la em 1863, libertando então cerca de quatro milhões de escravos e unificando inteiramente as raças que povoam aquela nação riquíssima e poderosa. Pois bem, esse notável acontecimento histórico, esse acontecimento histórico de culminante relevo universal veio patentear mais uma vez que, no curso vário e perpétuo da história, a idéia se revela sempre mais forte do que a força das baionetas, embora sempre preceda a esta, seguindo-a como uma áia extremosa e fiel.

Dom LUDGERO JASPERS o diz superiormente:

«A história do mundo é a história de suas idéias.»

E JOSÉ INGENIEROS o proclama lapidamente:

«As grandes revoluções se fazem com doutrinas de pensadores.»

REVOLUÇÕES

Não estudaremos aqui, por não ser o lugar próprio, as causas políticas, as determinantes históricas, as gêneses psicológicas, ou, dito em outras palavras, não apresentaremos aqui a sociologia das revoluções, ao focalizarmos as Revoluções de 1924, 1930 e 1932, analisadas em suas repercussões e ressonâncias em Pinhal. Exporemos apenas, em pinceladas abreviadas e suscintas, algumas noções preambulares e indispensáveis à perfeita compreensão do fenômeno revolucionário, equacionando-o abstratamente, tentando esboçar vestibularmente o que se poderá denominar de filosofia da revolução.

Diremos, de começo, que toda revolução traz consigo uma nova concepção da vida, uma nova organização de existência, não sendo portanto portadora da decadência e da morte, como assertôa FROBENIUS, renomado criador da doutrina das culturas orgânicas, ou como pontificam SPENGLER e os chamados filósofos da cultura. A missão capital de toda revolução é a de dar vida e renovar a vida, não a de trazer a dissolução, a estagnação, o desequilíbrio e a instabilidade. A revolução não é — acentua BERDIAEFF — «uma decomposição progressiva da sociedade e da velha cultura.» E se a revolução traz a morte nós vemos que, tanto no plano biológico como na esfera metafísica, a morte não significa desaparecimento, mas transformação.

A revolução é um fenômeno histórico inevitável e necessário. Ela pode ser considerada um fenômeno cíclico, interferindo periodicamente no curso das histórias dos povos e das nações. A revolução é, portanto, um fenômeno típico da dinâmica histórica. Pesquisada em si mesma, vista através das luzes da ontologia, examinada com a «visão da essência» ela não se apresenta como um mal nem como um bem, exatamente como os movimentos e as forças da natureza. Cumpre portanto refutar JOSEPH DE MAISTRE, chefe da escola teocrática e profundo conhecedor e analista do fenômeno revolucionário, celebrado autor das «Considerações sobre a França», quando assegura que, por meio das revoluções, Deus castiga os homens e os povos, porquanto a revolução é obra satânica e providencial.

A idéia é seguramente o elemento demoníaco da revolução. A idéia é a ferramenta revolucionária por excelência. Já vimos fartamente, em páginas precedentes, a elevada posição que a idéia ocupa na produção ou dinamismo do evento revolucionário. Já mostramos — e não repetiremos mais, por não querermos girar como uma turbina em torno do mesmo assunto — como a idéia trabalha o espírito das massas, como a idéia abre caminho na multidão, impressionando, conquistando e até fanatizando

o povo. Diremos sômente, para remate do parágrafo, que a revolução é a transformação da idéia em fato: — idéia, ou fato abstrato, e fato, ou idéia concreta.

A revolução exprime relações estabelecidas entre o homem e a sociedade, entre o povo e o governo, como já foi experimentalmente observado no longo e acidentado curso da história. Seu escopo supremo consiste amiúde em restabelecer o equilíbrio perdido, atuando de fora para dentro e obrando sob impulsos puramente ideais. As circunstâncias, — o chamado «concurso de circunstâncias» —, via de regra, são os veículos que fazem explodir (retardando ou apressando) o fato revolucionário.

«Uma revolução é um organismo que se transforma de dia para dia, já que a sua característica principal é ser precisamente uma aceleração radical no dinamismo normal da evolução histórica. A revolução não é o contrário da evolução. É apenas uma intensificação — por vezes monstruosa, como são no início todas as revoluções — do processo normal da evolução histórica.» Tal é o ensinamento de TRISTÃO DE ATHAYDE, em «Democracia e Demofilia», in Diário de S. Paulo, ed. de 26 de junho de 1945.

Tôdas as revoluções mais importantes da história apresentam êstes característicos primaciaes, carregam êstes impositivos primordiais. Eis porque, tôdas elas, são essencialmente idénticas na estrutura, nos métodos e nos processos, diferindo apenas nas finalidades, nas metas ou objetivos. Vale dizer, tôdas elas são filhas gêmeas do mesmo pai — a idéia evoluçionando e se convertendo em fato —, eis aí, simbolizando o que estamos afirmando, tanto a Reforma como o Humanismo, tanto a Revolução Francesa como a Revolução Russa, ou ainda a Revolução Americana, as quais representam a harmonização de dois mundos, isto é, o restabelecimento de um equilíbrio que se rompera...

«As sociedades, — diz PLÍNIO SALGADO — como tudo o que obedece às leis do movimento, aspiram ao repouso, considerado êste como uma harmonia de movimentos. O repouso não pode ser a imobilidade, mas o equilíbrio. Tudo tende ao equilíbrio, porque o equilíbrio é a integridade, é a forma do repouso no movimento.» (Cfr. «Psicologia da Revolução», 3.a ed., Rio, 1937).

Tôda revolução realiza-se no espaço e no tempo. No espaço, como os movimentos nacionalistas da Irlanda, do Egito e da Índia; no tempo, como as Revoluções Francesa e Russa. Ela pode, finalmente, articular-se e movimentar-se simultaneamente no espaço e no tempo, como a que gerou a independência dos povos americanos.

Tôda revolução, por outro lado, pode ser objetiva ou subjetiva. São exemplos de revolução subjetiva o Cristianismo, a Reforma, a Renascença, a Enciclopédia; tais revoluções são frutos de profundas fermentações ideológicas, resultam de elaborações ideais da razão discursiva — mediata e revolucionária —, irritando ou excitando o estado emotivo das massas populares.

Constituem modelos de revolução objetiva as revoluções sul-americanas, entre as quais se inclui a Revolução Brasileira de 1930; tais

revoluções se distinguem das outras principalmente porque, nelas, ninguém sabe exatamente contra o que se insurgem: si à derribada de uma ordem velha, si à conservação ou permanência da mesma ordem caduca, mantida sob feições diferentes. São revoluções, ainda, nas quais aparece a marca sinistra do caudilhismo político latino-americano, que se caracteriza pela cabal ausência de motivos claros, de motivos fixos, determinados, positivos. O caudilho é um homem de impulsos primitivos, é uma criatura aventureira, indisciplinada e instintiva, agindo num cenário de surpresas permanentes, atuando — no dizer de KEYSERLING — numa atmosfera agressiva, hostil e perpetuamente modificada como nos dias do Gênesis. Finalmente, o caudilho é aquela poderosa «associação de contrastes», de que nos fala CARLYLE.

Convém salientar, ainda, que a revolução constitui um direito do povo e do próprio Governo, isto é: tôda revolução pode ser feita de baixo para cima e de cima para baixo. Tanto a faz o povo, como a faz o Governo. Esta última modalidade revolucionária é também chamada de «golpe de Estados» (revolução branca) — como o de 10 de novembro de 1937, no Brasil —, tipo de revolução cuja essência e cuja fisionomia se acham consubstanciadas na frase famosa de ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE E SILVA, Presidente do Estado de Minas Gerais, em 1930:

«Façamos a revolução antes que o povo a faça!»

Outro Exemplo típico de revolução branca («golpe») encontramo-lo condensado no gesto da nobreza ateniense, a qual, no ano de 594 A. C., entrara em revolução por causa da grita e da revolta do povo então sufocado pela extrema severidade das leis de DRACON.

Proseguindo em nossa explanação diremos que, em seu profundo «Defensor Pacis», diz MARCÍLIO DE PADUA que ao povo assiste o direito de punir os seus governantes, quando os mesmos ultrapassarem os poderes que lhes são confiados ou quando violem sistematicamente as leis. JOÃO DE SALISBURY sustenta a existência e a validade do direito de revolução do povo contra as tiranias. Contra as tiranias e contra os abusos de autoridade, embora fazendo-o com cautela, porque tal procedimento poderá vir perturbar a paz civil; com essa prudente ressalva admite SANTO TOMAS DE AQUINO o recurso supremo da resistência contra os maus governos. Por sua vez, depois de afirmar que o governo deve se apoiar no consentimento dos governados, LOCKE aceita a legitimidade do direito de revolução, quando se manifesta como resistência ao poder público ilegalmente constituído. Preconizava portanto o grande filósofo inglês o direito de revolução ou de resistência contra a chamada «usurpação de poderes», fenómeno tão freqüente na vida política sulamericana.

Vemos, por conseguinte, — em oposição mais que diametral ao que postulava HOBBS —, que nenhum governante pode irrogar-se o poder de situar-se acima da religião e da moral, ou de legislar contra a lei. As leis jamais poderão insurgir-se contra a Lei; jamais poderão existir direitos contra o Direito. Uma política que permita o abuso político ou a violência governamental, que consinta na violação da autoridade impessoal da lei, é uma política essencialmente corrompida e maquiavélica, altamente

nociva e perigosa como a célebre «real-politik» das ditaduras de HITLER e MUSSOLINI, as quais mais não foram senão insignificantes «convicções armadas» de objeto memória.

O povo poderá arremeter-se contra os governos fraudulentos e danosos à paz jurídica, não somente lançando mão do extremo recurso das armas; poderá distanciar-se da violência armada, da resistência material propriamente dito, e lutar com a arma pacífica, com o tranqüilo instrumento do voto. O voto, esse grande e heróico remédio democrático, tem o mágico condão de fazer apaz o poder os maus governantes. Por isso ensina-nos BERNARD LAVERGNE que o voto, que o sufrágio universal, entre outras inúmeras vantagens, torna supérfluas as revoluções...

Releva ponderar, finalmente, que, aqui, estamos discorrendo acerca do conceito de revolução, o que é muito diferente do conceito de episódio histórico. Não é lícito a ninguém confundir este com aquele. Episódio histórico é o vão simulacro de revolução; é a quartelada, o motim armado, a bernarda, o levante, a conspirata; é o movimento de massas sem pensamento superior, embora armado; é o movimento sem métodos eficazes, sem táticas poderosas e bélicas, organizadas e felizes.

O episódio histórico é pouco mais que um simples impulso revolucionário, como a denominada revolução de Sorocaba (1842), como a revolta monarquista de Pinhal (agosto de 1902). Semelhantes movimentos revolucionários pisam e palmilham um solo imaginário e se nutrem de alimentos quase que puramente abstratos.

* * *

Ainda a propósito do tema que ora nos empolga a atenção, a-praz-nos transcrever abaixo os lúcidos e brilhantes comentários de GILBERTO FREYRE:

«... Pois ao contrário do que diz o conhecido lugar-comum, o fato histórico não se repete: é único, singular. Repetem-se as formas, as funções, os processos que nêles se encarnam. Repetem-se as revoluções como formas e processos. Sob esse aspecto, são elas, até certo ponto, suscetíveis de previsão quanto à sua repetição, dada a relação que apresentam com circunstâncias ou estímulos capazes de lhes provocar a eclosão; e dado o fato de encontrarem hoje, no Perú, por exemplo, circunstâncias e estímulos favoráveis ao processo de competição ou conflito que se resolve por violência ou sob a forma de revolução: circunstâncias e estímulos semelhantes às circunstâncias e estímulos que precederam à Revolução Mexicana e mesmo à Russa. Mas a Revolução Mexicana não se repete como fato puramente histórico. Nem a Mexicana, nem a Francesa, nem a Russa, nem a Chinesa.» («Sociologias»).

REVOLUÇÃO DE VINTE E QUATRO

A revolução de 1924 — «sintoma alarmante de uma angústia nacional» —, irrompida em São Paulo sob a presidência ARTUR BERNARDES e orientada sob o signo secreto de ambições caudilhescas, encontrou em Pinhal uma atmosfera de amortecida frieza, a despeito de ter repercutido nos ânimos políticos de todo o Estado.

Podemos afirmar com segurança que não despertou fé, nem entusiasmo, nem esperança esse malogrado e infeliz movimento armado, delineado e pôsto em execução sem mistica alguma elevada, sem mescla de reflexão superior. Bem podia ser que se tratasse de uma revolta revestida de aspectos nitidamente predatórios e comunistas, capitaneada por uma pleiade de aventureiros civis e militares, liderada por meia dúzia de «empreiteiros de revoluções» de tipo cubano ou mexicano, clássicos fomentadores de masórcas, especialistas em encabeçar correrias sangrentas pelo interior do país, em desencadear vermelhos morticínios pela vastidão do território nacional, indivíduos que se revelam sempre aptos para malfazer e para propagar o terrível flagelo das tormentas revolucionárias.

É de assinalar com júbilo, portanto, que constituiu grande fortuna para o país não terem esses assaltantes conquistado o poder, não terem dominado e subjugado o aparelho político, econômico e social do Estado, porquanto semelhante desgraça representaria, sem dúvida, a mais funesta e a mais tremenda calamidade nacional. Acerca deste calamitoso período da política brasileira, eis o que escreve PAULO M. DE LACERDA:

«Fez-se violenta campanha em torno da candidatura presidencial de ARTUR BERNARDES, à qual se contrapunha a de NILO PEÇANHA; todavia, ele foi o reconhecido eleito para o nono quadriênio. Toda esta época decorreu em perene efervescência política, mantida e agravada pelo pessoal de que se rodeou o Presidente e que veio empolgá-lo; houve intervenção federal nos Estados do Rio de Janeiro e da Bahia; revoluções nos Estados do Rio Grande do Sul e em São Paulo (IZIDORO LOPEZ), diversos motins militares e tentativas de revolta, e o interior do país foi percorrido e cruzado por forças rebeldes e legais, dando-se muitos encontros sangrentos e mesmo diversos combates de maior vulto: o Distrito Federal (hoje Estado da Guanabara) e alguns Estados da Federação estiveram debaixo de estado de sítio perene, decretado para até além do termo do período presidencial; a imprensa permaneceu amordaçada e com diversos órgãos suspensos; o sigilo da correspondência particular era devassado nos correios, telégrafos e telefones; grandes levas de cidadãos e estrangeiros foram deportados para regiões longínquas e inóspitas,

sem exame de culpa, sofrendo bárbaro cativo e perecendo de febres palúestres (Clevelândia); milhares de pessoas, por suspeitas das autoridades ou vítimas de vingança, viram-se presas, enchendo as detenções e os calabouços, ou atiradas a ilhas de fora da barra do Guanabara, enquanto os *profiteurs* faziam os seus negócios e surgiam por encanto os *nouveaux riches* com grave escândalo do povo reduzido ao silêncio e às prepotências do despotismo ignaro e brutal. A polícia da Capital da República (então Distrito Federal) e os agentes policiais espalhados pelo governo federal em diversas regiões, celebrizaram-se pelo arbítrio ilegal e desenvoltura cruel nas perseguições, conservando-se os tribunais de braços cruzados e impotentes para o cumprimento da sua missão constitucional no tocante à proteção às liberdades individuais, e aprovando ou subvertendo o Congresso Nacional tudo quanto faziam ou lhe ditavam o órgão Executivo e seus agentes.» (cfr. «Princípios de Direito Constitucional Brasileiros», vol. 1.º, Liv. Azevedo Editora, Rio, 1929).

O mesmo distinto jurista pátrio, acima citado, classifica o tormentoso período presidencial de 1924-1925 como sendo «revolto» — «regime político de constrangimento» — inominável ditadura policial de terror na Capital da República, em S. Paulo e noutros pontos do território nacional». (op. cit.).

* * *

De volume ou quantidade reduzida e ainda de somenos valia são as referências existentes nos arquivos pinhalenses, conservadas a respeito dessa bernarda revolucionária de tão triste memória, tsinada de tão ímpuros propósitos, sombreadas de tão melancólicas origens, galvanizada por homens consumidos de coibiças grosseiras e prepotentes e que culminou com a necessária vitória das armas legais.

Revelam os parcos anais ainda existentes sobre os fatos, que ora tentamos narrar, que, naquela fase conturbada e clamorosa da história brasileira, Pinhal viveu, durante alguns longos dias, sob o rígido controle de uma coluna militar revoltosa, a qual, acuada que fôra pelas tropas legalistas» ou federais, não vacilou em bombardear e tirotear a cidade pelo espaço de uma manhã inteira. Tal coluna revolucionária, antes de sitiar e tomar a cidade, vinha semeando tropelias e discórdias pelo interior do Estado.

Pinhal viveu durante vinte e seis dias sob o impacto desse domínio revolucionário. Foi um período de intensa e inusitada agitação política na localidade. Nessa ocasião, exercia o cargo de Prefeito Municipal o Dr. FRANCISCO VERGUEIRO PORTO. Era Delegado de Polícia o Dr. WALTER AUTRAN.

Duas poderosas facções políticas se digladiavam na cidade, apaixonando a população: o Partido Republicano Paulista (P. R. P.) e o Partido Municipal (P. M.). O povo jazia politicamente cindido ou dividido entre duas correntes antagonicas: de um lado os izidoristas, de outro lado os legalistas, devendo-se notar que era acentuada a preponderância dos primeiros sobre os segundos, e isso porque certamente desconheciam

as verdadeiras finalidades da revolução. Antagonizavam-se, sem poder uns jogar os outros, mas com certeza ignoravam que as metas profundas que impeliem os subversores políticos de 1924 eram francamente comunistas. Todavia, focalizada a questão por outro ângulo visual, poderemos justificar a ardorosa adesão de determinado grupo aos ideais da revolução, porque os políticos em referência agiam na qualidade de opositoristas do governo federal; neste passo, portanto, podiam e deviam concordar com os ostensivos (não ocultos) intuitos revolucionários.

A aliança política, que então se promoveu em Pinhal, era porém temporária e flutuante: não se tratava de uma fusão sólida e duradoura, cimentando-se nas sugestões de um perigoso equivoco. Tanto é isto verdade que logo mais dissipara-se esse traço de mal-entendido, desvanecendo-se esse grave engano, o que sucedera mórmente depois do discurso do Dr. ALCANTARA TOCCI, o qual aportara a Pinhal para governar a cidade, fazendo-o à frente de um séquito numeroso de soldados armados. Presenciando tal cena, contemplando tal quadro deprimente e desprimoroso para os seus fôros de civilização o povo pinhalense se retraiu, resistiu mesmo aos propósitos e à própria marcha que a revolução ia tomando.

Assim, o povo pinhalense rapidamente tomara conhecimento dos autênticos escopos, dos funestos alicerces revolucionários de 1924, pondo-se-lhes em decidida e franca oposição. De notar contudo que, antes do célebre discurso acima referido, que causara a citada e brusca reviravolta da opinião pública local, a má vontade manifestada contra o governo federal em Pinhal era tamanha que até o comércio negara-se peremptoriamente a cooperar com os legalistas, recusara-se terminantemente a auxiliar as tropas federalistas. Confirmando essa tenaz e arrojada hostilidade contra os poderes federais, promoveram-se reuniões na casa residencial do legalista AMADOR FLORENCE, nas quais eram ventilados e agitados os graves problemas políticos do momento.

Mais tarde, a situação tornara-se mais tensa e febril, dando margem à eclosão de fatos de maior gravidade. Assim é que, por exemplo, OTAVIANO PORTO, FRANCISCO VERGUEIRO PORTO, GENTIL RIBEIRO DE OLIVEIRA MOTA e AMADOR FLORENCE, apoiados e secundados por seus leais correligionários políticos, recusaram-se a entregar a cidade, que só foi ocupada após a transposição de sérias dificuldades.

Era Presidente do Estado, nessa histórica ocasião, o Dr. CARLOS DE CAMPOS, ferrenho e intransigente adversário político do Presidente da República, Dr. ARTUR DA SILVA BERNARDES.

A força legalista — mineira —, sob o comando do General MARTINS PEREIRA, encarregada de manter a ordem e a legalidade nesta zona do Estado, deixou-se ficar na vizinha cidade de Jacutinga, senão de certo que o Tenente JOAO CABANAS, comandando um contingente de tropas rebeldes invadira a cidade de Pinhal, conduzindo grande aparato militar e implantando materialmente a situação que, pouco antes, o Dr. ALCANTARA TOCCI pretendia firmar e estabelecer na localidade. A tropa invasora trazia consigo forte e copioso equipamento bélico — metralhadoras, canhões e obuzes —, armamento esse principalmente utilizado nas

cercanias da Vila Rosas, então de propriedade de SEGISFREDO DA MOTA ROSAS. Travaram-se alguns combates isolados e esporádicos, no transcorrer dos quais verificaram-se algumas mortes, além de diversas danificações produzidas em edifícios públicos e particulares. Uma adorada filhinha do Sr. ALADIN NOVO, residente à Vila Montenegro, veio a tristemente sucumbir nessa ocasião, atingida por um estilhaço de granada que a foi colhêr no interior da própria residência de seus genitores. O sargento conhecido pela pitoresca alcunha de «Rei Cruêl», juntamente com mais alguns soldados seus, pereceram ingloriamente, tombando num entrevero daquela inútil luta fratricida, sacrificando-se em defesa da ordem legal, da disciplina governamental.

Acompanhando essa tropa revoltosa, que havia se assenhoreado militarmente da cidade, viera o Padre LANDELL DE MOURA, antigo vigário da paróquia e eclesiástico dotado de grande cultura e saber, altamente versado em teologia, matéria na qual se doutorara. Chegou êste ilustre reverendo a assumir a direção da cidade, destituindo tôdas as autoridades constituídas do município, suprimindo o exercício de tôdas as liberdades públicas, praticando inúmeros atos de domínio político ou temporal, proclamando-se acintosamente «governador militar» da cidade. Esta arbitrária e discrecionária chefia do Padre LANDELL apenas prevaleceu pelo breve espaço de três dias, no interregno compreendido entre sábado e segunda-feira; porém, durante êsses turvos e anômalos dias, o singular sacerdote — que, diga-se de passagem, possuía uma linda fazenda de café no município — decretara a lei marcial, agravando ainda mais os males já decorrentes do estado de sítio, trazendo essa drástica e violenta medida em boletim que então fizera publicar e circular pela cidade. A linguagem em que é vasado êsse curioso documento histórico é bem expressiva, bem típica, revela com impressionante fidelidade o conturbado estado de espírito e as criminosas intenções que animavam aquêles bandos de homens fora-da-lei.

Pinhal, contudo, malgrado o alarido que se levantara em tôrno da grave situação que por atravessava, não chegou a viver e a sofrer fatos verdadeiramente lamentáveis. Convém registrar que, nêsse período instável e perigoso, não se verificaram nem se apuraram saques, depredações, violências, assaltos ao patrimônio público ou privado; não se decretaram nem se consumaram, igualmente, execuções ou aplicações da pena capital, por fuzilamento ou por outros meios executivos, como eram de se temer em dias tão tristes e perturbados.

* * *

O Padre LANDELL DE MOURA talvez tenha sido a mais extraordinária e romanesca figura de quantas participaram do movimento revolucionário, em Pinhal, durante o ano de 1924. Personagem estranha recordada, com tôques de tragédia, nas páginas da história da civilização pinhalense. A seu respeito eis o depoimento feito pelo publicista de escol, que é CANDIDO MOTA FILHO, seu esclarecido opositor político:

Li a «Decadência do Ocidente», na tradução de GARCIA MORENTE, em 1924, entre as agitações e preocupações de uma temporada revolucionária.

A cidade de São Paulo tinha sido ocupada pelas tropas rebeldes do general ISIDORO DIAS LOPES. Ameaçado de prisão e com a minha casa situada em plena zona de combate, procurei refúgio na estação de Aguas da Prata. Fui preso, contudo, pelos revolucionários, que me conduziram no famoso «trem da morte», do então tenente CABANAS.

Essa agitação revolucionária, essa visão da luta, como prisioneiro num trem revolucionário a correr, noite adentro, no afã dos rebeldes ocuparem cidades do interior paulista, aparecia como ilustração expressiva da época em que vivíamos.

A obra de SPENGLER eu a deixara no Hotel e, sob a impressão de sua leitura, os quadros, que via, me pareciam demasiadamente estreitos, para serem incluídos, como argumentos, em favor de uma crise universal. Eram êles, muito mais, pelos seus processos e seus motivos, um aspecto endêmico do mal político sul-americano.

Durante a viagem viajei com conhecimento com um padre, que parecia ter saído de um romance de GRAHAM GREENE. Chamava-se PADRE LANDELL, uma figura exótica que fazia parte do comando revolucionário. Guardava uma certa imponência, no conflito de sua indumentária: chapéu de feltro, de abas largas e cartucheira e revólver por sobre a batina empoeirada!

Mostrava-se um dos mais exaltados e achava que a tolerância política é tão mortal quanto a religiosa. Puxamos conversa. Pensava eu conseguir, por seu intermédio, desembarque na primeira estação.

Vi, de pronto, que essa tentativa seria em pura perda. Era, o padre, um político empolgado pelo movimento revolucionário e me via como um inimigo. E foi, desde logo, dizendo: — Que pena, moço, estar você ao lado da reação. Fico até triste... A mocidade de hoje perdeu a capacidade de luta!

E, para impedir qualquer atitude minha, mudou de assunto, me dizendo: — «Leio seus artigos no «Correio Paulistano». E acho suas aspirações renovadoras meramente teóricas. E a prova está na sua presença ao lado do Governo e, seus artigos, num jornal conservador!»

Era sagaz e malicioso, sem a serenidade que a batina lhe devia aconselhar. Porém, tinha suas leituras e me informaram que, apesar de sua veia política extremada, era caridoso e bom. Naquela hora não era realmente um padre. Quando fui solto, notei alta, êle, ao despedir-me, sorriu com certa tristeza, como quem já soubesse das notícias sobre a má sorte da revolução. Não disse palavra. Baixou o chapéu sobre a testa, acomodou-se para cochilar, entregando-se ao próprio destino.

Nunca mais o vi. Soube, depois, que morreu num desastre de automóvel.

«Ao reabrir o primeiro volume de SPENGLER, algum tempo depois, encontrei um cartão seu, datado de Mogi Mirim. E comecei a pensar no perigo das grandes generalizações e na força oculta e poderosa dos acontecimentos sem projeção. O que podia haver (e haveria por certo), entre a ação desse padre e as grandes formas orgânicas da história, que animavam as profecias de SPENGLER?» (cfr. «Notas de um Constante Leitor», Liv. Martins Editora, S. Paulo, 1960, ps. 85 usque 87).

* * *

Ainda a propósito dos lutosos e sangrentos acontecimentos de julho de 1924, cujo escopo mal dissimulado era sem dúvida a submersão do país no caos interno, era mergulhar a nação numa derrocada sem remédio, cresce em oportunidade a transcrição, aqui, de um trecho do discurso do Dr. ABELARDO DE CERQUEIRA CÉSAR, pronunciado em sessão do Senado do Estado de São Paulo, então vulgarmente chamado de «Senadinho» (sessão ordinária de 18 de dezembro de 1924):

«O espírito de disciplina e o respeito à lei, o amor às instituições e o aplauso ao cumprimento da lei, mantida com firmeza pelo poder público do Estado de S. Paulo, acaba de ter naquêlpe pedaço do território paulista, consagração solene, por ocasião dos infaustos acontecimentos de julho último.

«Conhecida em Pinhal a notícia da revolta, cortadas tôdas as comunicações, isolados, como estávamos, do resto do Estado, os habitantes de Pinhal, como responsáveis pelo sossego, pelo respeito ao lar das famílias, pela segurança da ordem pública, a Câmara Municipal, o seu prefeito, as autoridades e pessoas de responsabilidade, deliberaram fazer, ali, o centro de uma ação comum, a ser desenvolvida por todos os municípios vizinhos que pudessem accorrer àquela demonstração de patriotismo, de amor à lei e apoio ao poder constituído, contra a continuação da masôrcia.

«Foi assim que, a 14 de julho, a convite nosso e de bons amigos e valorosos politicos, compareceram em Pinhal os representantes dos municípios de Mogi Mirim, São João da Boa Vista, Itapira, Mogi Guaçu, Vargem Grande, Caracol, Jacutinga, e ali, em troca de idéias com os prefeitos e delegados de policia daquêles municípios, chefes politicos e representantes ao Congresso que ali têm o seu domicilio, assentou-se o plano decisivo a ser pôsto em prática para auxilio às forças em ação, congregando os civis, abrigando e confortando os militares que para ali fôsem, etc., em correspondência franca e completa com o patriótico govêrno de Minas Gerais, dizendo que aquela zona do Estado de S. Paulo era amiga da legalidade, era defensora dos principios contidos na Constituição e que pretendiamos a completa dominação dos rebeldes, a condenação das masôrcias, com a vitória da lei e da justiça em S. Paulo e no Brasil.

«Foi o que combinamos solenemente e o que realizamos com o máximo do nosso esforço.

«Apelo para o testemunho do meu nobre colega e sempre prezado amigo, o sr. EDUARDO CANTO, que se dignou aceder ao convite

que lhe dirigimos para comparecer à nossa reunião, pois que precisavamos das luzes de S. Excia., a fim de encaminhar as nossas discussões, a fim de conseguirmos mais facilmente aquilo que desejavamos. A essa reunião também estêve presente o ilustre deputado, meu velho amigo, Dr. TEOFILO DE ANDRADE.

«O Sr. EDUARDO CANTO — É verdade. Dou o meu testemunho do enorme serviço prestado pelo municipio de Espírito Santo do Pinhal à legalidade. Além disso, a grande reunião convocada pela municipalidade de Pinhal, no dia 14 de Julho, teve influencia enorme em tôda a zona compreendida entre Mogi Mirim e Ribeirão Preto.

«O Sr. ABELARDO CÉSAR — Agradeço muito a declaração do nobre senador.

«O Sr. EDUARDO CANTO — V. Excia. não tem o que agradecer; não fiz mais do que cumprir um dever, fazendo esta declaração, pois fui testemunha dos inestimáveis serviços prestados à legalidade pela cidade do Pinhal.»

REVOLUÇÃO DE TRINTA

A revolução de 1930, a exemplo de todos os importantes movimentos nacionais de massa, à semelhança de tôdas as cruzadas populares de entusiasmo cívico coletivo, encontrou viva repercussão em Pinhal. Foi um movimento que cativou tôdas as atenções, que conquistou tôdas as inteligências, que empolgou tôdas as imaginações.

Pinhal participou da revolução, não permaneceu isolada e solitária, não se colocou à margem dos acontecimentos que inflamaram a nação; Pinhal não se furtou em cooperar para o patriótico desfêcho dessa luta decisiva, precipitada sobretudo pela queda catastrófica dos prêços do café. Esta concepção das origens profundas e da gênese interior da Revolução de 1930 pode parecer original e sem base nos fatos históricos. Contudo sabe-se, hoje, com certeza que essa revolução foi desencadeada pelos fazendeiros paulistas, como afirma OSVALD DE ANDRADE: foi elaborada pela lavoura cafeeira, lavoura que LUIZ AMARAL não hesita em assegurar que é controlada pelo judaísmo internacional.

A revolução de 30 simboliza uma luta que veio assinalar o fim do caos político, social e econômico no qual o Brasil se debatia; essa agonia e êsse entardecer de uma época decadente marcou e apontou ao país a Renascença naquelas e numa infinidade de outras direções. De tal arte que, o que havia ficado para trás, poderia ser averbado de Idade Média da política brasileira.

Como é de se esperar e como é natural em todos os movimentos históricos, as opiniões vertidas sôbre esta revolução flutuam e variam infinitamente, dissentindo e se entrechocando em pontos nevralgicos, em pontos capitais. Em Pinhal, o distinto político ABELARDO VERGUEIRO CÉSAR — cujo óbito prematuro abalou e estremeceu a alma nacional — esvurma-a com vigor, asseverando que ela « tantos males trouxe para o Brasil e principalmente para S. Paulo, a ponto de parecer que foi engendrada para molestar e prejudicar a terra bandeirante, sempre tão profundamente nacionalista e sempre sinceramente brasileira. » Estas felizes palavras constam de trecho de um discurso seu, pronunciado em Pinhal, por ocasião de homenagem prestada ao Dr. CAROLINO DA MOTA E SILVA, outro vulto pinhalense de marcante projeção igualmente desaparecido de nosso convívio.

A Revolução Liberal de 1930 — que derrubou a República velha, a república artificial, a « república sem republicanos », no conceito de CANDIDO MOTA FILHO — obedeceu ao tipo clássico das revoluções brasileiras. Acêrca de tais revoluções, subordinadas à fatalidade sulameri-

cana do idealismo associado ao caudilhismo, cujo ostensivo e proclamado escopo era o de dissolver e eclipsar os antagonismos sociais, econômicos e políticos que afligiam a Pátria Brasileira, escreve com lucidez incomparável o sociólogo AZEVEDO AMARAL:

«As revoluções entre nós tornam-se vitoriosas não pela violência com que assaltam o poder mas pela dissolução das forças que mantinham a autoridade constituída em existência. Este fenômeno peculiar à política brasileira foi admiravelmente apreendido por um dos nossos maiores estadistas, o BARÃO DE COTEGIPE, que interrogado uma vez em palestra pelo propagandista republicano SILVA JARDIM acerca de quando supunha que viria a República, respondeu com a sua fina ironia: — «Não é a República que vem, é a Monarquia que vai.» Realmente a história brasileira é uma sucessão de abdições de homens e instituições que se deixam ir embora, arrastados pelo medo ou pela displicência e não um encadeamento de assaltos enérgicos e vencedores.»

O mesmo excelente publicista que acabamos de citar expõe que, antes de 1930, o Estado Brasileiro era um «Estado parasitário, inútil e perturbador do progresso nacionais», vindo a Revolução de 30 combater a anarquia, afastar o «colapso da personalidade coletiva da nação». E acrescenta ainda o mesmo distinto escritor político:

«O colapso dramático dos preços do café em Outubro de 1929 foi a causa determinante da revolução de 1930. A crise mundial, começada em meados daquele ano pelos pânicos bolsistas dos Estados Unidos, acarretara a deflação dos preços, principalmente sensível no setor das matérias primas e de um modo geral em todos os produtos agrícolas. Essa queda de preços refletiu-se sob forma política na América do Sul, onde as condições regionais eram propícias a essa maneira de repercussão. A primeira República, que se identificara de modo indissolúvel com o café, não podia resistir à falência da forma de produção, a que se achava tão intimamente associada.»

Em 1930 o Brasil atravessava um período de grande efervescência política e econômica. Disputava-se então a posse eleitoral da suprema magistratura da nação. O candidato oficial, o candidato do Catete, o paulista JULIO PRESTES DE ALBUQUERQUE, viu seu nome sufragado e vitorioso nas urnas eleitorais. Objetou-se, contudo, fortemente, que tal triunfo eleitoral, o candidato escolhido pelo Presidente WASHINGTON LUIZ PEREIRA DE SOUZA obtivera mediante o emprego da fraude e da violência; e para dar combate ou hostilizar êsse sucesso, foi criada a Aliança Liberal, sustentada pelos Estados de Minas Gerais (ANTÔNIO CARLOS), Rio Grande do Sul (GETÚLIO DORNELES VARGAS) e Paraíba do Norte (JOÃO PESSOA DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI). Assim, o novo partido político tinha por divisa e por finalidade precipua pôr um paradeiro aos desmandos da ruína política oficial do governo federal.

As coisas prosseguiram nesse ritmo acelerado, de sabor nitidamente revolucionário, quando um fato imprevisto e extraordinário explode no Recife: JOÃO PESSOA é morto a tiros por JOÃO DANTAS, de-

fronte ao Restaurante Glória, à rua da Imperatriz, nas proximidades da rua do Hospício. Esse crime político abominável veio transtornar por completo os rumos da política nacional, imprimindo-lhe novos e inesperados itinerários. «O assassinato de JOÃO PESSOA — escreve JOAQUIM PIMENTA — reacendeu o fogo quase apagado da reação contra o Catete. Não era só um homem que tombava, mas um povo que sentia a sua própria dignidade abatida, espeznhada, como que a extinguir-se com aquela vida que transfigurava em símbolo de si mesmo. Estava irrevogavelmente escrito, com letras de sangue, o prólogo da Revolução. Mesmo que os Estados do Sul não a tivessem precipitado, seria inevitável nos Estados do Norte. Si não foi uma revolução social, como a compreendem os sociólogos — subverter para mudar ou reconstruir um sistema econômico ou político — tornou-se em movimento intensamente popular, em que congregar-se, de armas em punho, tôdas as classes, menos uma — o clero brasileiro...» (cfr. «A Questão Social e o Catolicismo», 2.a ed., Liv. Carvalho Editora, Rio, 1936).

* * *

A revolução de 30, entre outras notáveis iniciativas e inovações na vida política, social e econômica brasileira, teve o condão de suscitar e levantar a chamada «questão sindical». Êste era um fato inteiramente novo na história do Brasil, atendendo à frase famosa de OSVALDO ARANHA, um dos maiores epígonos da Revolução:

«O Brasil é um deserto de homens e de idéias!»

JOAQUIM PIMENTA, quando professor da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, traçou uma análise magistral dos prodromos da campanha revolucionária de 1930, estudando-a minuciosamente através do ângulo econômico. Embora longas, pedimos vênias aos benevolentes leitores para transcreever, aqui, algumas de suas páginas mais expressivas e repassadas de profundas e indesmentíveis verdades históricas e sociais:

«Até 1930, ocupávamos, em legislação do trabalho, um pósto tão apagado, tão de retardaguarda, que nem poderia servir de termo de comparação com o direito social-proletário dos países de civilização ainda pré-sa ao tradicional dogmatismo jurídico que nos veio da jurisprudência romana e da ideologia individualista da Revolução Francesa, com a sua clássica declaração dos direitos do homem.

«Salvo um ou outro cultor de ciências jurídicas e sociais, a impressão que se tinha dos nossos juriconsultos e legisladores, era de que viviam alheios aos grandes problemas da vida contemporânea, ou crentes de que tais problemas não existiam, ou, si viessem amanhã subverter a paz patriarcal das instituições e de velhos hábitos coloniais, logo se encontraria para eles, sem vexames, sem atropelos, uma solução dentro de uma carta constitucional e de um código civil, tidos por modelares para coordenar a realidade histórica dos nossos dias.

«A frase atribuída ao então presidente da República, deposto pela Revolução de Outubro, de que — «a questão social, no Brasil, não

passava de uma questão de polícias — si, por ventura, não a tivesse ele proferido, resumia, entretanto, a situação das classes trabalhadoras perante o Estado, cujos dirigentes, na sua quase totalidade, continuavam exarçando no operário um homem sob a imediata dependência do patrão. A fábrica, a usina, o balcão, si não mais refletiam o espírito sombrio das senzalas, ainda estavam saturados de uma idéia falsa e nefasta do regime de trabalho em que a vontade ou o arbítrio patronal se exercia sem restrições, acobertado por um conceito não menos falso e funesto do princípio de autoridade política. O Estado habituara-se a ver no patronato uma encarnação da disciplina, da segurança na ordem econômica, e no operário, que dele divergisse, reclamando um direito qualquer, um elemento de desordem, de ameaça à tranquilidade social.

«Si a Constituição de 24 de fevereiro inscrevera entre os direitos inalienáveis do cidadão, inclusive do cidadão-proletário, a liberdade de associar-se e de reunir-se, sem ser incomodado por truculentos agentes policiais; si desde 1907, decretara-se à sombra desse preceito fundamentalmente constitucional, uma lei que institua a organização de sindicatos, bastando, para que pudessem livremente defender os seus interesses profissionais, registrar os seus estatutos, mui diverso se fazia, porém, sentir o ambiente criado para o operariado, tanto mais angustioso, tanto mais hostil, quanto mais se vislumbrasse nas suas camadas menos incultas qualquer sinal de reivindicação ou de rebeldia. Organizar um sindicato, por mais pacíficos que fossem os intuitos dos seus promotores; incutir no ânimo dos companheiros uma noção, mesmo elementar, de direitos que se tornam vulgares na legislação de outros povos; discutir uma tabela de salários ou pleitear a redução do horário exaustivo, a que nem as crianças se poupavam, era motivo para ser despedido, boicotado, e si a dispensa do empregado provocava protestos ou reação pela greve, a interferência do Estado imediatamente se fazia valer detendo os mais ousados, dispersando ajuntamentos à pata de cavalo, forçando os mais tímidos a voltarem ao trabalho. Grandes empresas, começando pelas que exploravam serviços públicos, excediam-se na sistemática hostilidade a todo movimento associativo. Poucos eram os sindicatos que poderiam manter-se do todo movimento associativo. Poucos eram os sindicatos que poderiam manter-se desde que se organizassem sem a sua aquiescência, e ainda por elas controlados. Os que se constituíam em divergência, acabavam por dissolver-se por afastamento inevitável dos sócios mais prestigiosos, demitidos ou removidos para onde não mais pudessem exercer influência sobre a classe. Tais fatos tanto se verificavam no norte e no sul do País, como na própria capital da República. Ao mesmo tempo que se comprimia em um círculo de ferro todo impulso que se pretendesse comunicar à consciência de classe já em franco despertar nos meios proletários urbanos, favorecia-se a sindicalização ou outra forma de associação operária que, embora visasse, aparentemente, a defesa de interesses profissionais, se tornasse, na realidade, em campo de exploração eleitoral das facções políticas dominantes. Dessas associações o verdadeiro mentor ou era o chefe político ou a autoridade policial do distrito.

«A Revolução de Outubro teria, pois, de encarar além de outros problemas, que ainda guardam o tóque mágico de um reformador social, o que, até então, sumariamente se resolvia nas delegacias de polícia.»

Bastante justas e bastante procedentes as afirmações feitas pelo insigne autor que acabamos de citar. E vemos que, para solução desses cruciais problemas do trabalho, para resolução da problemática trabalhista ou «questão social», como se tem vulgarmente denominado, foi criado e organizado, depois de 1930, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Tera esse organismo estatal cumprido fielmente a sua suprema e fundamental finalidade?

* * *

Para satisfação da curiosidade do leitor estudioso, daremos agora, aqui, o elenco dos pro-homens ou dos principais fautores do chamado «outubrismo», no Brasil: GETÚLIO VARGAS (inspirador e realizador máximo do movimento), ANTONIO CARLOS, JOÃO PESSOA, JOÃO ALBERTO LINS DE BARROS, JUAREZ TAVORA, LINDOLFO COLAR, PEDRO ERNESTO, BATISTA LUZARDO, OSVALDO ARANHA, General GOIS MONTEIRO (chefe militar da campanha) FLORES DA CUNHA. Outros nomes poderiam, ainda, ser citados, mas não constituindo estrelas de primeira grandeza no zodiaco da Revolução de 1930.

* * *

Superada esta fase introdutória de nossa exposição, penetremos, de vez, o palco pinhalense, isto é, examinemos de perto os acontecimentos desenrolados em Pinhal durante os memoráveis dias revolucionários de 1930.

Os fatos principais podem ser arrolados da seguinte forma e na seguinte ordem:

Precisamente no dia 3 de Outubro, o Dr. VIDAL FIGUEIRA DE AGUIAR, então delegado de Polícia do município, recebera um telegrama oficial, dando-lhe ciência do irrompimento das hostilidades revolucionárias e solicitando-lhe fossem tomadas providências urgentes, necessárias à manutenção da ordem e da tranquilidade públicas. Ainda no transcurso da mesma data, as altas autoridades locais promoveram e se encontraram em reunião extraordinária, na qual foram especialmente cogitadas, debatidas e discutidas as medidas que as circunstâncias exigiam fossem excepcionalmente diligenciadas no sentido de serem cautelados o sossego e o respeito públicos.

O destacamento policial da cidade, logo após às primeiras horas do estouro da Revolução, recebera ordem de recolher-se: por esse motivo — afastados da cidade os elementos ou soldados da Força Pública do Estado —, o seu policiamento diurno e noturno passou a ser feito por civis armados, em consonância com o que haviam deliberado e determinado as autoridades e dirigentes da localidade. O policiamento das estradas foi confiado aos subordinados do tenente JOAQUIM SILVEIRA, comandante do setor de San Antonio do Jardim, distrito (hoje município) onde um pugilo de entusiastas fundara o Batalhão Pinhalense de Voluntários, unidade para-militar que veio a prestar inúmeros e relevantes serviços a Pinhal, durante a delicada vigência daqueles dias tão difíceis.

Ainda um outro fato pode ser evocado e salientado pelo turista do passado, que sinta prazer em percorrer este distante trecho da história da civilização pinhalense: afastado o delegado de Polícia de Pinhal, um pinhalense de tradicional família local foi designado e nomeado para substituir-lhe as árduas e espinhosas funções: o Dr. JOÃO RIBEIRO.

Com o triunfo dos ideais revolucionários de outubro, compareceu a Pinhal, em o dia 28 do mesmo mês, o Dr. MARCOS MELEGA, o qual afirmava agir na qualidade de representante dos novos dirigentes do país; e, não obstante mostrar-se destituído de legítimas credenciais, deu posse ao Dr. WALDOMIRO DE ALMEIDA VERGUEIRO para gerir os destinos da Municipalidade, o qual foi investido no cargo de Prefeito sem a apresentação ou exibição pública de nenhum título de nomeação. Antes, a chefia do Executivo pinhalense estava confiada ao Sr. SEGISFREDO DA MOTA ROSAS, o qual portanto não cumpriu até o fim as obrigações de seu mandato, sendo forçado pelo império inelutável das circunstâncias a resigná-las em favor daquele expoente do outubrismo local.

O novo governador do município, acima citado, permaneceu à testa da Prefeitura de Pinhal até o dia 22 de novembro do mesmo ano de 1930, tendo cedido seu alto posto ao Dr. VICENTE GONÇALVES DE OLIVEIRA; este, por sua vez, foi sucedido pelo Sr. VICENTE DE FREITAS GUIMARAES, o qual veio a falecer quando no desempenho de seu honroso cargo.

Ainda a respeito do exercício do cargo de Prefeito Municipal de Pinhal, confiado pelo Dr. MARCOS MELEGA ao Dr. WALDOMIRO DE ALMEIDA VERGUEIRO, conforme já salientamos mais acima, constata-se o seguinte e estranho fato: nos arquivos da Câmara Municipal local não se encontra o respectivo título de nomeação...

* * *

Deflagrada que fôra a Revolução, os patriotas pinhalenses rumaram para a limitrofe cidade mineira de Andaraes (antigo Caracol, antigo Samambaia), conquistando-a, ou melhor, tomando-a de assalto, com perdas de vidas de ambas as partes contendoras. O Prefeito Municipal dessa progressista cidade montanhêsa foi então, em consequência de hedionda vingança, cruelmente assassinado pelo sinistro pistoleiro FERRAZ e pelos asseclas de seu bando macabro. FERRAZ e seus temíveis sicários assolavam a região, culminando por ser eliminado a tiros por ocasião de uma perseguição policial contra ele desencadeada na periferia de Pinhal (bairro do Matadouro). Consta que esse temível profissional do crime, que essa turva e estranha figura de bandleiro achava-se estreitamente vinculado e entrelaçado à vida política da região, podendo portanto comprometer ou envolver, em sua existência tenebrosa, em sua legenda de sangue, em suas facinorosas aventuras, várias personalidades de escol, cujos nomes esqueçemos.

No seletor rol das personalidades de marcante e excepcional relevância, que se destacaram fora dos muros da cidade, no desenrolar do grave e fundamental conflito intestino que estamos afluando, — conflito que vi-

ria assinalar uma nova era na vida nacional — prepondera o vulto apostolar do eminente Cardeal DOM SEBASTIAO LEME DA SILVEIRA CINTRA, cuja ação, no seio daqueles turvos e agitados dias, embebeu-se de nobre e inesquecível beleza patriótica e moral. Com exceção de alguns críticos superficialíssimos, repletos de estreito e rancoroso anticlericalismo, não há quem não reconheça a notável elevação de vistas e a serena atitude de DOM LEME demonstradas por ele naquelas singulares e delicadas situações de profunda aflição nacional. O Album do Jubileu Episcopal de DOM SEBASTIAO LEME, publicado no Rio de Janeiro em 1936, derrama sabedoria ao exprimir que:

«É muito cedo ainda para se escrever a história da revolução política de 1930. Um dia, porém, ela há de ser contada, sem paixão. Aparentemente, então, entre os que mais trabalharam para o restabelecimento da paz, dentro da lei, a figura grandiosa do Cardeal Leme, como um dos maiores brasileiros e defensores da própria nacionalidade.»

E JOÃO PINHEIRO FILHO diz com justiça e justeza:

«A intervenção paternal do Cardeal-Arcebispo D. SEBASTIAO LEME, no momento crítico, impediu, na Capital da República, a prática de desatinos e maldades peculiares à indole das multidões mal policiadas e excitadas pela vitória.»

* * *

Ai ficaram ligeiramente historiados os fatos e acontecimentos ocorridos em Pinhal, no transcurso daquele distante e histórico mês de outubro de 1930. Convém salientar, obviamente, que apenas fizemos um voo de aeronave acerca daquela revolução, cuja finalidade consistia em extenuar ou em por um fim à «vazia politicagem que freqüentemente passa como estatismo», como frisa, com ênfase, o ensaísta norteamericano JAMES HARVEY ROBINSON, em sua excelente monografia «Formação das Mentalidades».

Saliente-se, ainda, no remate deste capítulo, que a situação de município fronteiro, que a posição de localidade beirã de outro Estado da Federação — no caso o Estado de Minas Gerais —, constituem acidentes que fazem de Pinhal alvo obrigatório das forças armadas que pretendam invadir o território bandeirante. Pinhal possui, portanto, nessa ordem de idéias, a mesma importância ou a mesma configuração geográfica de Itararé, Cruzeiro ou Queluz, por exemplo.

Pedimos vênha, agora, para uma síntese final e definitiva. É a seguinte:

— Em 1930, Pinhal apresenta um período politicamente frouxo e sem expressão. Para dizer toda a verdade, o povo pinhalense, na sua quase unanimidade, era contra a revolução, desagradando-lhe o seu chefe civil (GETÚLIO VARGAS) e o seu chefe militar (general GOIS MONTEIRO). Naquela recuada ocasião — não nos enganamos nisto — o antipulitismo daqueles chefes era ferrenho, manifesto, profundo, exibido à

da pele... Essa visceral antipatia federal para com São Paulo prosseguiu, sem descanso e com a mesma intransigência, tanto que, dois anos mais tarde, em 1932, teve que levantar-se, unido e coeso, projetando-se numa arancada cívica de admiráveis proporções: a Revolução de 32...

* * *

Ainda a respeito da Revolução de 30, assim se manifesta HENRIQUE ORCIUOLI:

«A Revolução de 30 foi um bluff. Dai por diante entrou o Brasil numa era de desmoronamento. Desde então as leis foram feitas sob medida, sob a influência dos caprichos dos seus sequazes. Quando se desejava servir alguém que guardava o espírito revolucionário e que a lei vigente não o permitisse, o Ditador baixava, antes, um decreto-lei afeiçoando o caso a novas possibilidades. Assim criavam-se ou cassavam-se direitos. Quando o ato do Ditador era berrante e a Imprensa fazia-lhe cerrada crítica (sempre a medo), no dia seguinte publicava novo decreto-lei, para corrigir o anterior e não irritar a opinião pública. Dessa forma não tinha mãos a medir. Não havendo o empecilho da Constituição, nem do Congresso, praticava os mais desabusados e monstruosos atos, para servir os peões da Ditadura. A lei nesse tempo, era um verdadeiro memorandum ministerial que baixasse ordens de serviço ou designações de rotina.

«Foi preciso que uma Revolução, dezoito meses depois de sua «investidura», em 1932, para que a Ditadura começasse a amainar a tempestade de seus Decretos-Leis. Em 1934 ofereceu-se uma nova Constituição, como atendimento manu-militari, imposta pelas armas constitucionalistas.» (cfr. «O Estado Demagógico», (Retrato de uma época), Editora Aurora, Rio, 1960, pgs. 98-99).

REVOLUÇÃO DE TRINTA E DOIS

Malgrado a República velha tivesse encerrado o seu fatigoso ciclo em 1930, resíduos fósseis e insepultos de demagogia e tirania, dela remanesceram e perduraram, ameaçando seriamente a vida nacional. A arbitrariedade — que é a «injustiça dos chefes», como acentua QUEIROZ LIMA —, campeava livremente, influndo maléficamente no curso da política brasileira. Por isso, a memorável revolução política irrompia em São Paulo, no arrebol de 9 de julho de 1932, com auxílio do grande e nobre Estado de Mato Grosso, repercutiu profundamente em Pinhal, cuja pacífica e obreira população palpitou intensamente de vivo e incontível entusiasmo, cujo povo cívico pulsou de forma galvânica e apaixonada pelo completo êxito daquela gloriosa jornada.

A Revolução de 32 tinha por escopo supremo e inflangível o retorno do país ao regime da lei, violada então, quotidianamente, com cinismo e despudor, pelos poderosos do dia. Era uma Revolução nitidamente Constitucionalista, fadada, portanto, a conquistar adesão unânime, admiração geral, simpatia universal.

A emotiva alma pinhalense foi então posta em vibração pela vibração do corpo político nacional. Toda a cidade passou a viver horas frementes, a atravessar dias enérgicos, a transpor semanas preches de entusiasmo, a percorrer meses heróicos e penetrados de plena exaltação nacionalista. Cessaram de prevalecer fins e interesses, naquela paisagem dramática e efervescente. O mais puro e genuíno patriotismo constituía a essência daquelas expansões de nervosidade incontida, daquelas bulhentas manifestações que rumorosamente movimentavam as ruas e as praças públicas da cidade. Não havia, ali, quem pudesse sopitar a sagrada irritação que o despotismo despertava, não havia ninguém que não experimentasse uma vontade decidida de verter o próprio sangue, combatendo cruentamente uma legalidade caduca, uma ordem de coisas irresponsável e caótica. Todos, ali, pareciam não se importar de perder a vida, hostilizando, intrépidamente, de armas na mão, uma política safada e que não deixava o governo administrar...

A radiante e maravilhosa certeza da vitória de São Paulo penetrava as almas, como um éter sutil, naqueles dias incertos e abismais, naquelas semanas de lutas e sofrimentos, naqueles três meses de pânico e exaltação. Este ardente estado de espírito tanto inflamava os componentes do Partido Republicano como os filiados ao Partido Democrático, que então representavam as duas facções políticas dominantes no Estado.

* * *

A Revolução Constitucionalista viera interromper, por assim dizer, os plácidos e fecundos dias de trabalho da laboriosa comunidade pinhalense. Os habitantes de Pinhal acompanhavam, através das estações de rádio e pela imprensa diária, o dramático desenrolar da inolvidável campanha, fadada a alterar de «fônd em comble», predestinada a modificar de alto a baixo a estrutura e os destinos do país, — homérico movimento que cavou penetrantes givlazes na fisionomia política e social do Brasil, que imprimiu uma pulsação dinâmica e poderosamente nacionalista à energia passional do povo paulista.

Mas — passemos aos fatos concretos.

Logo à primeira hora da abertura das hostilidades guerreiras, o destacamento militar que se formara e organizara na localidade, comandado pelo tenente MARIO BUENO, recebera ordens de partir para São Paulo, sendo então alvo de carinhosa manifestação popular, durante a qual uma numerosa multidão freuiu de civismo sob a ação dos verbos calorosos do Dr. ABILIO PINHEIRO, do Dr. BENEDITO PEREIRA DE ARAUJO e do Dr. JOSÉ DE MORAIS LEME.

A ordem e a tranquilidade públicas foram garantidas e asseguradas pela atividade conjunta e meticulosa das autoridades representativas do município, a saber: Sr. VICENTE DE FREITAS GUIMARAES, Prefeito Municipal, e Dr. CORNELIO NOGUEIRA FRANÇA, Delegado de Polícia.

Em 11 de julho constituiu-se o Comitê Revolucionário do 7.º Distrito, sendo composto dos seguintes cavalheiros: Dr. CAROLINO DA MOTA E SILVA, FRANCISCO SPINOLA DIAS, Dr. VICENTE PINHEIRO, Dr. TOMAZ LESSA, Cel. FRANCISCO VIEIRA e Dr. MANOEL CARLOS DE SIQUEIRA.

No dia 13 do mesmo mês, o Governo do Estado comissionou o major FRANCISCO GARCIA para organizar um batalhão patriótico, o qual ficaria sediado em o Grupo Escolar «Dr. Almeida Vergeiros, incumbência que foi posta em execução logo após à chegada em Pinhal daquele distinto e brioso oficial do Exército Nacional. Na tarde ainda do mesmo dia, o povo assistiu à promoção de um grande comício cívico, cujo escopo primordial fôra o de dar início ao alistamento militar.

O Instituto PASCOAL BRANDO (hoje inexistente), o qual era formado de distintos médicos pinhalenses, ofereceu seus importantes serviços técnicos ao comando do setor revolucionário, colaborando eficazmente para a vitória da causa comum, que, como já vimos, visava reintegrar a nação no regime da lei.

Enfermando-se gravemente, o major FRANCISCO GARCIA foi forçado a abandonar o comando do Batalhão Patriótico de Pinhal, galhardo pósto que de direito havia assumido logo que abicara à cidade. Como resultado desta imprevista circunstância, teve aquele valoroso militar necessidade de regressar à Capital do Estado, ocupando-lhe a posição o capitão VICENTE GARCIA, correto e bravo oficial que logo depois fôra igualmente substituído pelo tenente-coronel JOSÉ DIAS DE CAMPOS, sendo, também este, sucedido pelo tenente-coronel DAVI DA SILVA COSTA.

Os dias passavam, frementes e apaixonados. Em 16 de julho, o Hospital «FRANCISCO ROSAS» pôs suas excelentes dependências e seus valiosos recursos técnicos à disposição das valorosas tropas de Piratininga. Sob o patrocínio da Inspeção Regional de Ensino, efetuou-se concorrida reunião no edifício da Prefeitura Municipal, ocasião em que foi fundada a Associação de Assistência dos Soldados Constitucionalistas, cuja diretoria foi composta dos seguintes e ilustres membros: Dona ANA LEITE VIEIRA, presidente; Dona BERTA SALLES VILAS BOAS, vice-presidente; Dona HELENA MONICI VERGUEIRO, tesoureira; Dona JOSEFINA MOTA e Dona LINA VERGUEIRO, secretárias, tôdas elas damas da mais alta sociedade pinhalense.

No dia subsequente, 17 de julho, transportada em diversos auto-caminhões, a primeira leva de valentes voluntários pinhalenses, devidamente adestrados e equipados, rumou em direção ao vizinho Estado de Minas Gerais, carregando para as Alterosas a comovida lembrança da emocionante manifestação de despedida que lhe fôra prestada por compacta massa popular. Esse audaz batalhão de combatentes civis passou pelas cidades mineiras de Jacutinga e Ouro Fino, onde não encontrou resistência bélica nem oposição de outra natureza, apenas suspendendo sua marcha vitoriosa em virtude de rude barragem militar que lhe foi oferecida pelas tropas federais acantonadas em Pouso Alegre. Contudo, o heroísmo dos bravos voluntários pinhalenses jamais poderá ser desmentido ou desmerecido por nenhum historiador honesto e atento ao desenrolar dos acontecimentos.

Tôda a população de Pinhal, unida em tôdas as suas classes e camadas sociais, ufanava-se em prodigalizar auxílios ao movimento constitucionalista. De todos os pontos do município, donativos de tôda a espécie e valor eram quotidianamente enviados a título de colaboração para incremento e continuação da cruzada sagrada e gloriosa. Dentre êsses inúmeros, preciosos e espontâneos auxílios, um deve ser citado, com destaque e relevo especiais: trata-se do gesto, sem dívida magnânimo, impregnado de fidelidade e generosidade, emanado do Sr. MANUEL VASCONCELOS MARTINS, opulento fazendeiro e capitalista do município, pondo à disposição das hostes paulistas todo o rebanho de gado existente em sua grande propriedade agrícola. Esse gesto, por certo, magnifico pelo seu desprendimento, profundamente selutor pelo seu desinteressê, vibrará e repercutirá pela posteridade afora. Autêntico «beau geste» daquele distinto e finíssimo cavalheiro, que, infelizmente, a ceifeira cruel já arrebatou do seio dos vivos.

No dia 18 de julho, procedeu-se à instalação da Delegacia Técnica, ato que se realizou no Paço da Prefeitura Municipal. Referida Delegacia foi chefiada pelo bravo major Dr. ASDRUBAL LACERDA, brilhantemente assessorado pelos briosos capitães Dr. RODRIGO CONCEIÇÃO e Dr. AUGUSTO A BOTELHO.

A Comissão do M. M. D. C. local (iniciais que, como se sabe, significam os nomes de MIRAGIA, MARTINS, DRAUSIO e CAMARGO, jovens estudantes paulistanos que, juntamente com ALVARENGA, perderam as viçosas vidas na Capital do Estado, na tarde histórica de 23 de maio de 1932), teve sua organização proclamada em 24 de julho,

compondo-se dos seguintes e prestantes cidadãos: GENTIL RIBEIRO DE OLIVEIRA MOTA e JOAQUIM LEITE JÚNIOR. Na mesma ocasião a chefia do alistamento civil, destinado a reforçar cada vez mais as agueridas tropas paulistas, foi confiada à segura orientação do ilustre Professor JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES.

O lúcido corpo docente do Grupo Escolar «Dr. Almeida Vergueiro» levou a efeito uma frutuosa reunião, na qual o então diretor daquêle modelar estabelecimento de ensino primário, Professor JOSÉ FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES, propôs e foi aceito pelos presentes que, todos os mestres daquela casa de instrução pública, durante o espaço de seis meses, abrissem mão de um dia de vencimentos, em prol e em benefício da gloriosa causa por São Paulo Unido.

A Inspetoria Geral do Serviço Hospitalar da zona Campinas-Mocóca criou em Pinhal um departamento de saúde, o qual ficou assim constituído: Dr. JOSÉ RENATO D'AGOSTINI, médico-chefe; Dr. PASCHOAL BRANDO e Dr. NESTOR VERGUEIRO, médicos-auxiliares; acadêmicos de medicina (hoje médicos) ARMANDO C. F. MONDADORI e WALDOMIRO FERREIRA NEVES, enfermeiros; ALEXIS NOYRE, farmacêutico; MAURILIO VERGUEIRO PORTO, odontologista. A êste departamento de saúde ofereceram, de motu próprio, os seus gratuitos serviços profissionais, mais os seguintes e brilhantes clínicos locais: Dr. AGENOR MONDADORI, Dr. FRANCISCO BELIZZI, Dr. PAULINO DE FILIPPI e Dr. HERCULES MONDADORI.

Assim expirou aquêle memorável e emocionante mês de julho de 1932, visto através do relato de seus acontecimentos principais e de maior relevo histórico. No mês seguinte, em 4 de agosto, começa a circular o jornal intitulado «9 de Julho», órgão oficial do M. M. D. C. local e cuja fundação se deve a GENTIL RIBEIRO DE OLIVEIRA MOTA, LAURINDO MARQUES JÚNIOR, diretor-proprietário de «A Folha» local, e Dr. FRANCISCO ALVARES FLORENCE. Jornal êsse evidentemente de circunstância e, portanto, já desaparecido da circulação.

Em o dia 5 de agosto, desembarca em Pinhal o bem equipado e destemeroso 3.º Batalhão do Regimento 9 de Julho, fazendo-o sob o valoroso comando do capitão ESDRAS, do Exército Brasileiro, aquartelando-se logo de chegada nas dependências do Cine Teatro Avenida, então a maior casa de espetáculos públicos da cidade, e no espaçoso armazém de café pertencente ao Sr. JOÃO ANTUNES.

Em 8 de agosto, por espontânea e aplaudida iniciativa da mesa administrativa e do seletor corpo clínico do Hospital «Francisco Rosas», são lançados os fundamentos da Cruz Branca.

Em data de 14 do mesmo mês de agosto, o Dr. JOAQUIM PINTO DE CASTRO substitui o Delegado de Polícia local, Dr. CORNÉLIO NOGUEIRA FRANÇA, em virtude da remoção dêste para desempenhar as funções de Delegado-Adjunto à Delegacia Regional de Polícia de Itapetininga. Ainda na mesma data, a agência local do Banco Comercial do Estado de São Paulo, sob a gerência do saudoso EDUARDO

VIEIRA, encetou a vitoriosa campanha do ouro «Pró São Paulo fiant eximnia».

O tempo corria, repleto de angústias e surpresas. E em o dia 21 de agosto, inaugurou-se no prédio Triano, situado à Praça da Independência ou Largo da Matriz, a «Casa do Soldado», cuja diretoria era composta de elementos do escol feminino da sociedade pinhalense: Dona ELVIRA FLORENCE, presidente; Dona ANALIA P. VERGUEIRO, vice-presidente; Dona LIDIA BALDASSARI LEITE, tesoureira; Senhorita LIGIA VERGUEIRO LEITE e Dona JOAQUINA V. COELHO, secretárias; Dona CECILIA PEREIRA ALCANTARA, intendente; e Dona ELVIRA RAIANNI, sub-intendente.

Ainda nêsse mesmo mês de agosto, foi promovida a abertura da lista «Pró-Capacetes-de-Aço», a qual contou desde logo com forte número de subscritores, ao preço de duzentos mil-réis por unidade.

Igualmente considerável foi a falange de pinhalenses que se incorporou sem vacilar às belicosas fileiras do «exército da lei», como eram chamadas as tropas constitucionalistas; inúmeros filhos de Pinhal pelejaram com denodo em diversas frentes de combate, espalhadas pelo interior e pelas fronteiras territoriais do Estado, alguns dêles tombando honrosamente e com bravura em defesa do mais limpo idealismo jamais vicejado em terras de Piratininga e quicã do Brasil. Os heróis pinhalenses que morreram em holocausto a São Paulo, os bravos filhos de Pinhal que sucumbiram no campo da honra, são e sempre serão evocados com saudade indelével: seus nomes ainda brilham na comovida e afetosa recordação popular, cobertos por uma auréola cintilante e imorredoura de bravura e heroísmo. ANGELO GUERINO, JOÃO BUENO DOS REIS, JOSÉ TAVARES MENEZES e AMÉRICO BRIZA são os nomes dêstes destemerosos moços, dêstes paulistas de verdade, dêstes magníficos soldados que, acima de tudo, antes de tudo, eram homens, não fardas... Alistaram-se para lutar e combater por uma causa, não simplesmente para desfilar garbosamente... Para êles, sem dúvida, quem dera tudo, sem dar a vida, não dera nada, — como acentuava IBSEN: êles confirmaram em tôda a sua plentitude e beleza as palavras sublimes de RUIY BARBOSA, quando afirmou que o verdadeiro patriotismo não consiste em matar mas em morrer pela Pátria!

* * *

Vimos que o mês de julho passou, passou o mês de agosto. Logo mais, em setembro, contemplamos um triste espetáculo: a cidade fôra militarmente ocupada, após ter resistido e lutado bravamente em suas divisões territoriais, ou melhor, nos setores de combate da Ponte Preta, do Jardim, do Abertão, do Eleutério, além de outros «frentes».

A respeito do partido político, então criado e conhecido sob a denominação de «Federação dos Voluntários», liderado, na Capital do Estado, por JOSÉ DE ALMEIDA CAMARGO, diremos apenas que sua duração temporal foi efêmera, fora e dentro de Pinhal. Foi precário e passageiro o relevo ou o prestígio dêsse Partido, malgrado ter tido força e apre-

sentar a sedução necessária para despertar a sagacidade das gerações estudiosas, que hoje se inclinam para estudá-lo e compreendê-lo de forma ampla e aprofundada.

Por fim, encerrado o capítulo glorioso da Revolução de 1932, com o insofismável triunfo moral da nobilíssima e altiva causa bandeirante, Pinhal e seu generoso povo souberam receber, de pé e com varonil firmeza de ânimo, com superior aceitação de espírito os resultados trazidos, na undécima hora, ao pujante Estado de São Paulo pela sua derrota material, pela vitória federal tão custosamente alcançada.

Todavia, quem vencera, em definitivo, fôra a brasilidade...

ÚLTIMOS ANOS

No vestibulo deste penúltimo capítulo de nosso singelo e imperfeito livro escrito sobre a história da civilização pinhalense, e antes de darmos início à exposição, **currente calamo**, acerca do adiantamento moral e material, operado em Pinhal no derradeiro lustro de nosso século, julgamos oportuno compor algumas notas e considerações gerais, preliminares e propedêuticas, concernentes ao importante papel desempenhado pelo Município e pela Província, na formação e no desenvolvimento substantivo do País.

Principiando, diremos que a grandeza do Brasil repousa no Município, não na Província; esta, à semelhança das antigas Capitanias, nascidas da velha divisão territorial da Nação, criadas na 4.ª década do século XVI e estabelecidas na orla marítima do país, representa a mutilação administrativa do Brasil.

A função capital, atribuída e executada pelo Município, acha-se brilhantemente condensada e compendiada em palavras do saudoso estadista bandeirante FERNANDO COSTA, proferidas no grandioso almoço do Ginásio do Pacaembú, em São Paulo, e promovido pelos senhores prefeitos municipais do interior do Estado, por ocasião do 3.º aniversário de sua gestão na interventoria paulista. Assim se pronunciava o interventor federal em São Paulo:

«O Município, como célula viva do organismo estatal deve ser o centro produtor do elemento inicial e básico para abastecimento dos grandes setores da produção industrializada, e para suprimento dos mercados dos grandes centros de aglomerações humanas, nas cidades e nas capitais do país.»

Mais adiante acrescentava, ainda, o mesmo eminente administrador:

«Haves de incentivar, senhores prefeitos, a criação de riquezas nos vossos municípios, porque nelas estão as bases capitais de que dependo o progresso da economia nacional.»

Consonando com essas admiráveis palavras, escreve AZEVEDO AMARAL:

«Na nossa formação histórica a Província representou o papel de elemento econômico por excelência. Enquanto a organização municipal era um centro de elaboração de forças políticas, a Província através de toda a época colonial constituía a forma de expressão administrativa dos interesses econômicos regionais. O Império sem nunca ter reagido contra os particularismos políticos provinciais, a que deu mesmo estímulo decisivo

pelo Ato Adicional de 1834, restringiu sempre com a sua fêrrica centralização administrativa o surto das atividades das forças econômicas regionais.»

As Côrtes Portuguesas, a partir de D. JOÃO III e através das cartas régias, que instituíram no Brasil o sistema das Capitânias hereditárias, dividiram e atomizaram (balcanizaram) o território nacional, não solicitadas pelos interesses e pelas facilidades de colonização, mas simplesmente porque tinham a sua unificação, — unificação cuja consequência histórica seria, inevitavelmente, a sucessão do país, como aconteceu com as treze colônias inglesas da Norte America, isto é, com os treze Estados ou colônias britânicas da Nova Inglaterra. Assinale-se, ainda, que D. JOÃO II — que havia elaborado e expedido as referidas cartas régias e que na primeira fase do seu reinado se mostrou um soberano inteligente e empenhados — é o mesmo a quem, mais tarde, MARTIM AFONSO DE SOUZA iria confessar que o Brasil não valia a pena, isto é, que o Brasil era um mau negócio para a Metrópole.

O sistema das Capitânias hereditárias traz em seu bôjo nítidas e francas sobrevivências feudais, procurando adaptar-se a condições de espaço físico e social peculiarmente americanas — nota-o GILBERTO FREYRE.

As terras do Brasil jazeram trinta anos, isto é, estiveram, em todo o 3.º decênio do século XVI, em completo abandono; por esse tempo, o Brasil era apenas teóricamente incorporado ao reino de Portugal; na década seguinte, porém, foi verificado na Europa o alto valor industrial do pau-brasil, descoberto por intermédio das incursões da pirataria francesa e das expedições flobustearias de outras nacionalidades europeias às costas brasileiras. Dai o ter pensado o rei de Portugal em tirar proveito de sua imensa colônia territorial de além-mar.

Foi somente depois de dividir — de fracionar e balcanizar — o enorme império atlântico em quinze grande feudos, que denominavam de Capitânias hereditárias, que os conquistadores ultramarinos lograram dominá-lo durante longos e dilatados anos. Os donatários dessas Capitânias, súditos lusitanos escolhidos dentre os mais fervorosos e intransigentes vassallos da Corôa, em número de doze, gozavam de um poder discrecionário e incontestável; eles equiparavam-se mesmo aos suzeranos de tipo feudal, desfrutavam de direito de posse limitada sobre negros e índios, podendo inclusive escravizá-los; dispunham da vida e da morte, à semelhança dos «cives» romanos da antiguidade clássica; usavam da liberdade e do patrimônio dos seus governados, ninguém estando em segurança civil ou econômica junto deles, a exemplo dos «gauleiters» nazistas de negrada memória. Malgrado não ser um autêntico agente administrativo, como o Governador Geral da Colônia, o donatário somente a El-Rei de Portugal era obrigado a prestar contas de seus atos.

Essa atividade, no entanto, pouco resultado prático veio proporcionar; somente a lavoura açucareira nordestina dela adviu, principalmente de Pernambuco, lavoura esta que fôra inicialmente incrementada por DUARTE COELHO, o único donatário de Capitania que realmente, se interessou pela colonização do Brasil.

O áureo princípio sociológico da política colonial lusa tinha assento na conhecida fórmula maquiavélica: — dividir para reinar. Este caviloso processo sociológico lusiada, além da America Portuguesa, foi também ensaiado pelos descobridores e pelos ousados argonautas do Tejo, com obtenção de apreciáveis resultados, no Arquipélago das Açôres, no Cabo Verde e na Ilha da Madeira. O sistema das Capitânias hereditárias, contudo, vinha sendo ideado desde os priscos tempos do Infante D. HENRIQUE, celebre fundador da escola náutica de Sagres, a qual veio a se transformar em ninho de navegadores famosos e de temíveis capitães de esquadras corsárias, mormente na época em que Portugal se empenhava na exploração marítima e comercial da Africa.

A experiência, proporcionada ao mundo civilizado pelos intrépidos navegantes portocalenses, foi bem assimilada e sábiamente aproveitada pelos colonizadores ingleses, franceses e holandeses, igualmente desejosos de abafarem, nas terras conquistadas, qualquer veleidade ou qualquer sinal de unificação política, qualquer lampejo ou simples sombra de formação de uma consciência nacional.

* * *

A Província é, no sentido moderno da expressão, quase a mesma Capitania dos idos e longínquos tempos coloniais. A Província é uma Capitania atenuada, diluída nas tolerâncias legalmente impostas pelo direito público, diferindo-se no fundo apenas por razões de tecnologia jurídica e administrativa. Semelhantemente às Capitânias, a Província tende a desmembrar-se, a fragmentar-se, a desvincular-se da União Federal. Aliás, um país, como o Brasil, dotado de uma configuração geográfica longitudinal, está naturalmente inclinado ao autonomismo provincial, à aventura do separatismo. Assim — como ensina ALBERTO TORRES —, faz-se necessário corrigir a fenomenologia não só geográfica como moral do Brasil, estudando-o não apenas no seu aspecto descritivo mas, também, na sua natureza dinâmica e funcional.

Acha-se, atualmente, desacreditado o princípio norteamericano que prega que — o Município vive para a Província e esta vive para a União. Analisada na essência, a Província é desagregadora; ela contraria o sentido histórico de nossa formação e de nosso desenvolvimento sociogênico. A tendência profunda da Província consiste em transformar o regime federativo em regime confederativo, mudança ou transmutação impressionante de anatomia política, constitucional e administrativa que se ia esboçando, no Brasil, nos pródromos da Revolução Liberal de 1930.

Os germes do separatismo provincial, alimentados pela excessiva autonomia dos Estados, — unidades modernas que substituíram as antigas Províncias —, foram aniquilados pela revolução política de 1930. Essa perigosa autonomia estadual foi forjada pelo Ato Adicional, o qual teve sua gênese no golpe militar de 7 de abril de 1831. O Ato Adicional, que é datado de 1834, foi o maior erro da Monarquia, incidindo sobre o duplo problema de autonomia administrativa e da centralização política, conferindo

às Províncias a «função anti-nacional de núcleos políticos regionais», nas exatas palavras de AZEVEDO AMARAL.

O Ato Adicional subtraiu aos Municípios o seu caráter administrativo específico, imprimindo-lhe nova forma jurídica: ele foi, pois, um legado funesto para os Municípios brasileiros, no correto dizer de AZEVEDO MAIA em sua monografia intitulada «O Municípios». E BERNARDO DE VASCONCELOS — «ao entregar aos companheiros de comissão a cópia definitiva do Ato Adicional, elaborado de acordo com as emendas votadas pela Câmara, teve esta frase: — «Entrego-lhe o Código da anarquia!»

Prosseguindo em nossa explanação, citaremos GILBERTO AMADO, que diz:

«A Federação, tão grande bem do Brasil, ameaça tornar-se o seu grande mal, talvez. A autonomia dos Estados, princípio essencial do nosso progresso, se avoluma, disfarçada, em alguns deles, em soberania, senão ostensiva, formal, jurídica, mas efetiva, real, política, exercendo-se ou querendo exercer-se sobre a nação inteira...»

Numa palavra, a Província caminha para transmutar-se em unidade anti-nacional. Em seu conteúdo profundo e nuclear existe um fermento secreto e latente de desintegração, viceja uma semente oculta e pertinaz de tragédia insurrecionista.

Em sentido inverso ao da dinâmica interna da Província, o Município palpa e se desdobra em absoluta consonância com a totalidade nacional, com o vasto conjunto brasileiro. O Município é uma poderosa célula política, uma vigorosa pessoa jurídica de direito público interno historicamente e nacionalmente integradora. Ele é a base do progresso nacional, representa o núcleo e a cimentação da civilização brasileira; é o centro propulsor da possante construção pátria, da colossal grandeza do Brasil. Isto tem sucedido desde as origens mais remotas do Brasil: no princípio, era a «polis», as «civitas», depois a nação, como ocorreu com as civilizações históricas da antiguidade greco-romana.

No longínquo período colonial, foi decisiva e poderosa a contribuição do Município para a estruturação nacional; no Império e na República, essa fecunda contribuição não se revelou menor nem menos notável e magistral. O Município é sem dúvida magnificamente brasileiro, esponencialmente nacional.

Da organização dos Municípios — não da organização das Províncias — emerge a consciência nacional, reponta a fisionomia da nacionalidade. A Província é uma simples divisão administrativa, o Município é o núcleo ativo onde se forma e de onde dimana a consciência cívica da nação, O Município é, concomitantemente, um centro coesivo e centripeto, irradiador e centrifugo: graças a essa plástica peculiaridade, a essa dinâmica característica é que ele conseguiu elaborar a Independência do Brasil. Porque, efetivamente, a nossa emancipação política nasceu do descontentamento que lavrava e se alastrava no seio dos Municípios brasileiros, descontentamento principalmente oriundo do atabaliário rigor, da prepotência

com que se apresentava a tutela reinol, que se manifestavam sobretudo na órbita municipal através de tributos, extorsões fiscais, impostos excessivos e taxas exorbitantes, tais como as clamorosas derramas, etc.

«A coleta dos impostos — escreve PAULO M. DE LACERDA —, principalmente dos dizimos da mineração e das derramas, realizava-se com aquela mesma crueldade e rapinagem que outrora indignou CÍCERO contra VERRES.»

A este respeito pedimos permissão para dizer, de passagem, que a dinastia de AVIZ sonhara e executara o plano grandioso de expansão marítima e de exploração mercantil do planeta, consumando a empresa empolgante de conquistar a hegemonia marítima mundial através das suas tóscas caravelas, através dos seus navios de péssima arquitetura naval. O sonho dourado de D. HENRIQUE consistia em transformar todos os oceanos do globo em lagos portugueses, como centúrias mais tarde iria pretender fazer a Grã-Bretanha, essa cruzada marítima da Lusitânia, essa grande aventura de expansão ultramarina de Portugal foi uma aventura comercial sem paralelo no curso da história universal. O Infante D. HENRIQUE era uma figura estranha e impressionante, uma espécie de CECIL RHODES medieval, um Príncipe misântropo, sonhando fervorosamente, em pleno século XV, com a intensiva exploração do continente africano através de uma sólida cadeia de feitorias, tencionando, sem dúvida, reproduzir os périplos cartagineses e as façanhas dos navegadores púnicos, as ações marítimas destemidas, as brilhantes cruzadas transoceânicas empreendidas dois mil anos antes dele. Acrécia dessa férrea cadeia de feitorias, estabelecidas ao longo do litoral do continente africano e encetadas com a tomada de Ceuta, diz AZEVEDO AMARAL que eram elas «destinadas a serem as sanguessugas com que Portugal absorveria a seiva rica da África misteriosa». A feitoria era um verdadeiro tentáculo mercantil. Os exploradores portugueses usavam os mesmos métodos empregados pelos fenícios e cartagineses, inclusive a sagaz «política do silêncio» dos primeiros, no estabelecimento de seu duro colonialismo mercantil, na concretização de seu áureo sonho de devassar todos os mares do globo e de dominar todo o comércio mundial. Assim heróica e denodada, assim corajosa e arrojada era a dinastia de AVIZ: a dinastia bragantina, porém, era um órgão parasitário, um órgão ocioso e algo amorfo, que sugava incansavelmente os recursos da colônia brasileira, tornando o reino de Portugal em «uma simples máquina de cobrar impostos», não prestando, em troca, nenhum serviço ao Brasil. Portugal considerava o Brasil apenas como uma «igigantesca fazenda»; exclusivamente mercantil era o programa português de exploração do Brasil. A fácil aquisição de riquezas e tesouros era o único objetivo da «lusitana gente», no tocante à colonização desta enorme possessão ultramarina, deste imenso domínio americano da Coróia lusitana. A generalizada e febril caça à riqueza constituía o sentido único da sociedade colonial. Daí o arroxo fiscal, a dura função tributária, o inexorável exercício da cobrança de impostos terem sido, na esfera administrativa, teimeivos e impiedosos. O abuso do poder fiscal foi, no Brasil, durante cento e cinquenta anos de regime colonial, uma regra jamais quebrada por qualquer tolerância. «O que constitui exceção na história dos outros povos, foi

normalidade na vida brasileira durante os últimos cento e cinquenta anos de regime colonial — acentua AZEVEDO AMARAL. Assim, a Corte creoula, estabelecida pela raça colonizadora no Rio de Janeiro, nada mais era senão um terrível aparelho de sucção fiscal, um aparelho criado exclusivamente para alimentar o voracíssimo fisco português.

Numa palavra : a independência do Brasil acabou sendo feita pelos municípios irrequietos e insubmissos, que se insubordinavam principalmente contra o odioso e escorchante aparelho fiscal da Corôa. Tal Independência, portanto, não foi, como se tem imaginado e afirmado, precipitada pela vinda da Corte de Lisboa ou da família real portuguesa para o Brasil ; não surtiu ela, por conseguinte, em razão da transferência da sede da monarquia portuguesa ou do governo de Lisboa para o Rio de Janeiro, nos primeiros dias do ano de 1808, como erroneamente têm apreço certos historiadores.

* * *

Em última análise : o Município, não só plasmou a Independência do Brasil, mas também engendrou a sua unidade política, unidade maravilhosa que a Província, com a tendenciosa acentuação de seus particularismos regionais, rodeada pela armadura de sua estreita psicologia doméstica, sempre buscou entrar e obstacular. Vale dizer, muito antes de termos consciência nacional já tínhamos lúcida consciência municipal.

É necessário reabilitar-se a função histórica e o valor político do Município, que são enormes desde os efumados tempos do Brasil-Colônia. O Município é a célula viva que, multiplicada e disseminada pelo país, forma o opulento organismo da nação brasileira. Sua importância sociológica é, *mutatis* levemente *mutandis*, idêntica à que se atribui à família, na gênese e na constituição das sociedades humanas ; porque, tais sociedades, outra cousa não são que a multiplicação de um infinito número de células vitais esparsas. Em sua fascinante monografia sobre TIBÉRIO, diz GREGÓRIO MARANON que a sociedade é composta da federação dos casamentos, da «soma de muitos lares», da mesma sorte que a Província pode ser considerada como sendo a federação ou a soma de muitos municípios.

Toda a vida nacional acha-se condensada no Município ; todo o progresso nacional, toda a civilização brasileira jaz nesta importantíssima realidade sociológica. Lavoura, comércio e indústria, profissões e associações, a propriedade urbana e rural, transporte, produção e consumo, viação, higiene e instrução, interesses e relações, problemas individuais e gerais, — enfim, todo o complexo metabólico da vida sociológica, todas as pulsações moleculares, todos os movimentos celulares da vida nacional germinam no Município, o qual passa a ser a placenta, o centro através do qual se desenvolve e se expande o Brasil.

Em suma, a configuração política, social e econômica do Brasil é firmemente desenhada no Município, é gisada pela poderosa energia cívica, a um tempo impulsora e integradora, do Município. O espírito nacio-

nal, a expansão da consciência política do país, que representam enorme e essencial papel histórico, gestam-se e animam-se no Município, não na Província, como já vimos. Esta fundamental verdade política da História leva o brilhante ensaísta patricio AZEVEDO AMARAL a afirmar lapidariamente que :

«A Província é o fato histórico de separação ; o Município o instrumento unificador, o núcleo onde se tem de elaborar a consciência homogênea da nacionalidade.»

A ação conjunta dos municípios torna fortes as Províncias, as quais, por seu turno, compõem a Federação — a Federação ou União, capaz, somente ela, de consolidar a unidade nacional, como pensava e pregava JÚLIO DE CASTILHOS.

Atualmente, em que pesem as profundas divergências doutrinárias sustentadas a respeito do assunto, o Brasil já não vive ansiosamente suspenso em nenhuma provisoriade histórica ; já não mais existe a possibilidade de se criar Brasis pequeninos, pequenas pátrias transviadas e fracas ; entrou em definitivo eclipse o sonho perigoso da Pátria transformar-se num mosaico caótico de feitorias e desarticulados feudos. O Brasil, hoje, é um bloco forte, maciço, unido, coeso e soberano ; é uma grande República Federativa Sulamericana, uma e indivisível, intangível e inteíra, a caminho de ser radioso e deslustrante futuro.

* * *

Falemos agora sobre o Município de Pinhal.

A respeito da grandeza de Pinhal, já no primeiro exemplar de «Mensageiro Paroquial», ali editado nos idos tempos de 1905, sob direção do vigário da paróquia, Padre VIRGÍLIO MORATO, assim se exprimia o egrégio pinhalense Dom SEBASTIAO LEME :

«As poucas semanas que passei ultimamente no meio do povo pinhalense são para mim de saudades imorredouras.

Não quero, não devo referir-me aqui aos sentimentos de patriotismo e de religião que mostrou a cidade do Espírito Santo do Pinhal por ocasião da minha chegada.

Fiquei persuadido de que os meus prestam um culto sagrado a todos os sentimentos nobres e grandiosos que elevam um povo ao mais alto nível social. Como brasileiro, sinto-me feliz de ver que a minha terra natal diz muito bem com a civilização da nossa Pátria o Brasil.

O Pinhal é sem dúvida uma das mais ricas pedras que brilham no diadema da princesa brasileira — a diocese de S. Paulo.

Como padre católico, ministro de Deus, vejo com orgulho a vida religiosa que anima o povo pinhalense. O seu magestoso templo, arrojava expressão de grandeza — isto é disso prova inconcussa.

Os fiéis em massa frequentam a Igreja e os seus sacramentos

divinos. A boa semente foi deitada ao solo; e — árvore frondosa — a Religião acolheu à sua sombra a cidade inteira.

Não é lisonja o que venho dizendo.

Ainda a propósito do progresso de Pinhal, em brilhante discurso de saudação ao Dr. WASHINGTON LUIZ PEREIRA DE SOUZA, então Presidente do Estado de São Paulo, e à sua ilustre comitiva, o Dr. ABELARDO DE CERQUEIRA CÉSAR já proclamava em 1921, fazendo-o em nome do povo pinhalense, que politicamente representava havia quase vinte anos:

«É uma cidade nova o Pinhal. Conta pouco mais de meio século. Muito grande não é a sua população; das menores é a sua superfície. Mas com o ser nova na idade, novata não é a sua administração.

Por não haver muitos quilômetros quadrados e não povoarem suas terras muitos milhares de habitantes, apagada não é sua posição entre suas co-irmãs, raquítico não é o seu progresso, mal-afamado não é o seu nome».

* * *

Pinhal pode jactar-se de possuir uma administração pública sadia, limpa, honesta, fecunda. É uma administração municipal que merece o aplauso dos homens mais aplaudidos. É isso por causa do alto descortino do seu chefe, o qual, no exercício desapassionado e escrupuloso de sua alta missão, sabe armazenar, consolidar e amadurecer os resultados adquiridos, sabe exibir a erudição experimental do passado, executando sua plataforma administrativa com firmeza romana e com eficiência ianqui, jamais agindo de uma maneira culposamente ineficaz e irrefletida, impedindo que o município sob sua gestão cresça de forma lenta, penosa e inábil.

Todos conhecem a sociologia da autoridade, a questão crucial que envolve o problema da chefia. Ninguém ignora que toda organização, para vencer e ser poderosa, — seja ela familiar, técnica, profissional ou governamental —, deve apresentar um critério ou um sistema de comandos e obediências, numa palavra, deve possuir uma autoridade. A existência de um chefe é uma necessidade elementar para que se possa fixar e determinar a ordem. «Governar, decidir, guiar, comandar é uma arte, uma técnica difícil e, como qualquer outra, ela pressupõe um talento inato» — sentença SPENGLER. O retrato moral e psicológico do chefe deve ser igualmente satisfatório: vale dizer, o chefe precisa ser qualificado, precisa ter capacidade, deve ser destemeroso, ter decidida vocação para o comando, para o domínio e para o sacrifício, deve ser culto, deve ser forte, no bom sentido deste vocábulo, que os fascistas de todos os tempos tentaram desmoralizar. Finalmente, o chefe deve apresentar «certo magnetismo que atrai, aptidão para assumir responsabilidades», na frase de GILBERTO AMADO: o chefe deve ser fiel aos verdadeiros interesses da coletividade; ele deve ser um armazém de intuições e de experiências humanas; deve traçar, com mão firme, com pulso forte, com consumada habilidade de perito magistral, sem nenhuma angústia pascaliana, os destinos da comunhão social que super-

visiona; e, sobretudo, o chefe deve ter razão, porque «só a razão é capaz de adaptar meios a um fim», como ensina D. LUDGERO JASPERS O. S. B.

No dizer de TAPARELLI, sem autoridade não há sociedade. Autoridade que reside na personalidade sem rival do Sr. HELIO VERGUEIRO LEITE, atual e egrégio chefe do Executivo pinhalense, honrado e inteligente gestor dos negócios do município e cuja atividade é refletida, superior e livre, cujo estilo de ação se reveste com o esmalte do mais prudente e esclarecido critério, trabalhando sempre com propósitos concretos na condução dos públicos negócios. Há algum tempo, desde a benevolência do destino permitindo a eleição deste insigne Prefeito, o seu original trabalho administrativo tem libertado o Pinhal da marcha comum ou ordinária do progresso, passando a acelerar o seu crescimento e o seu desenvolvimento substantivos, enunciando corretamente as verdades profundas de seu destino esplendoroso, embora respeitando e conservando sempre o que a localidade apresenta de primitivo e fundamental, ainda que acatando e até cultuando a sua estrutura definitiva e essencial.

* * *

Apresentaremos, agora, em largos debuxos, uma sùmula muito rápida, muito linear, a respeito das onímodas atividades de Pinhal e de seu pequeno mas rico município.

Um município, do mesmo modo que um indivíduo, um governo, um estado, uma nação, só tem valor por aquilo que realizou e está realizando, não por aquilo de que é capaz de realizar. Ora, as realizações públicas e administrativas de Pinhal desafiam e resistem às interrogações dos tempos e das épocas; são realizações que se exibem e que se ostentam, plásticas e tangíveis, numerosas e preciosas, em plena luz meridiana. O atual programa administrativo do município de Pinhal não se condensa nem se situa em fórmulas vagas, indeterminadas, indefinidas, transitórias e efêmeras. O seu egrégio «mayor» é um homem realista e genuinamente supervisor, é um conhecedor profundo dos problemas pláticos da pública administração; ele é legítimo detentor da técnica da direção, no sentido spengleriano: ele sobretudo, age, e sua atuação é orgânica, construtiva, dinâmica e bemfazeja; sua ação desdobra-se verdadeiramente sob o império de um profundo sentimento panpinhalense, correspondendo inteiramente às exigências viscerais do povo que dirige.

A cidade de Pinhal fica situada entre quatro colinas, das quais se descortinam panoramas lindíssimos, paisagens suaves e inesquecíveis. Sua moldura é encantadora, lindamente serrana de um lado (cadeia montanhosa do Caracol). Sua altitude é de 836,56 metros da antiga estação ferroviária da Mogiana, e de 880 metros da Igreja Matriz, acima do nível do mar. Seu clima é seco, ameno, temperado, regularmente pluvioso, muito saudável, muito semelhante ao clima campestre; não apresenta grandes oscilações termométricas; seu ar é tônico e agradável, sua natureza é forte e oxigenada como a das fazendas. Um clima, pois, de sanatório ou de estância climática.

A cidade e o município de Pinhal possuem todos os seus serviços muito bem organizados. São atendidas todas as necessidades superiores da administração.

A instrução pública não é de forma alguma descuidada, sendo ministrada em três magníficos grupos escolares, preciosas colméias nas quais se prepara o caldo da instrução a regimentos de crianças. Conta, ainda, com numerosas e excelentes escolas isoladas, estaduais e municipais. O desenvolvimento intelectual, físico e moral da juventude é fornecido e aprimorado no Ginásio Estadual, no Instituto de Educação «Cardenal Leme», na Escola Profissional e Agro-Técnica e ainda em o nobre e erudito ambiente do Museu e Biblioteca «Doutor Vergueiro César», organismo que coleciona atualmente cerca de oito mil volumes de obras nacionais e estrangeiras, constituindo-se, portanto, num interessante centro de investigação intelectual, num fecundo laboratório de idéias e pesquisas culturais.

Especial carinho é igualmente devotado à saúde pública. O Centro de Saúde, a Casa da Criança são modelares.

A limpeza pública é esmerada. Os problemas relativos à urbanística são realizados com apuro e perfeição, tornando a «urbs» cada vez mais elegante e encantadora.

Em Pinhal existem todos os melhoramentos necessários ao desenvolvimento do município, não se notando a ausência de nenhum dos complexos recursos indispensáveis à vida de uma cidade moderna.

As estradas municipais, as estradas vicinais do município, que representam o sistema arterial por onde circula o progresso material, são quantitativa e qualitativamente de boa qualidade.

Há séria cooperação de todos os municípios, há esforço conjunto de toda a população pinhalense para o aceleração do progresso local.

O supremo escopo da ciência social, que é a abolição do pauperismo e do analfabetismo, é infatigavelmente procurado em Pinhal.

Avultado é o número de edifícios públicos e particulares que se destacam e que se impõem pela maravilha de suas proporções e de suas caprichosas linhas arquitetônicas.

Vultos pinhalenses, tanto do passado como do presente, ali existem, coroados de considerável e marcada influência nas esferas superiores da administração, bem como em todos os diferentes círculos e departamentos do Governo do Estado e da União, velando zelosamente pelo ininterrupto progresso da cidade e do município. Neste particular, muitos são os nomes que podem ser citados e que todos sobejamente conhecem, quer no pretérito quer em nossos dias.

A vida social pinhalense é intensa e brilhante, contando com variados clubes, grêmios e associações recreativas, esportivas, literárias, além de duas excelentes casas de diversões cinematográficas. Nomeiam-se aqui, em igualdade de condições, a «Sociedade Recreativa Pinhalense», o «Ginásio Pinhalense», o «Clube Comercial», o Cine Santa Clara, o Cine Eden. A sociedade Recreativa Bangü é consagrada aos homens de cor. Há, ainda, o Centro Pinhalense de Estudos e Debates.

O jornalismo local ganha alento diariamente, sendo bastante estimulado e incentivado pelo povo, tanto material como moralmente. «A Fôlha» e «A Gazeta», respectivamente semanário e bi-semanário, são, no momento, órgãos de larga difusão entre o público não só do município como de outras terras.

A cultura popular ali se expande de maneira veloz e encorajadora, apresentando um «êlan» decididamente animador e lisonjeiro.

A iniciativa particular frutifica sem cessar, avolumando continuamente as possibilidades econômicas do município. As rendas públicas, as finanças do município, melhoram ano após ano. Capitais vindos de fora, aplicados em investimentos vários e de certa envergadura, têm poderosamente contribuído para o cabal desenvolvimento da cidade.

A higiene e a iluminação públicas são bem cuidadas. Há inexistência de epidemias no município: é reduzido o número ou estatística de óbitos; crescido e alentador é o índice ou volume de sua natalidade.

As ruas da cidade são largas, limpas e na maior parte calçadas a paralelepípedos e com passeios cimentados. O centro urbano é todo ele pavimentado a paralelepípedos.

Possui uma majestosa Matriz — Matriz que, em 1921, o então Presidente do Estado, Dr. WASHINGTON LUIZ PEREIRA DE SOUZA, na presença da luzida e brilhante comitiva que em sua companhia visitava e se hospedava em Pinhal, recebera os mais expressivos encômios. Contemplando o templo magnífico, o Presidente então exclamara, deslumbrado, de chapéu na mão:

«Parece uma catedral!...»

* * *

Pinhal dispõe, ainda, de boa rede sanitária e água canalizada. É diariamente servida por ótimas vias de comunicações e meios de transporte rodoviário e de ônibus. Ostenta igualmente numerosos bancos, caixas econômicas estadual e federal, hotéis de boa qualidade, boas pensões familiares, redes telefônica e telegráfica, correios e telégrafos, belos jardins e logradouros públicos azeitados.

O comércio pinhalense é sólido, firme, mui raramente sendo abalado por bancarroatas, quebras ou falências. Em ritmo idêntico segue a sua indústria, apreciavelmente desenvolvida.

Em Pinhal atualmente, há trabalho e ocupação para todos os ofícios e profissões, desde as mais singelas às mais complexas e elevadas. Conta, destarte, com carpintarias, marcenarias, selerias, garagens, oficinas gráficas, cortumes, ferrarias, marmorarias, sapatarias, papelarias, ourivesarias, tinturarias, barbearias, padarias, lavanderias, alfaiatarias, chapelarias, lojas de armários, lenhadoras, sorvetarias, lacterias, confeitarias, empórios e mercearias, tipografias, lojas de ferragens, cabeleireiros, torrefadores de café, modistas, aqouques, escritórios comerciais, máquinas de beneficiar café e arroz, bares e cafés, restaurantes e churrascarias, escola de corte e costura.

Pinhal apresenta ainda : professores de piano e música, professores de línguas, parteiras, fotógrafos, agências de jornais e revistas, automóveis de aluguel, casas lotéricas, bilhares e charutarias, compradores de café e algodão, compradores de cereais, depósitos de madeiras, depósitos de cal e cimento, depósitos de telhas, depósitos de bebidas, exportadores de frangos e ovos, empresa funerária, empreiteiros, empalhadores e engraxates, carrocinhas de aluguel, pintores, olarias, pastos de aluguel, pedreiros e mestres de obras, vendedores ambulantes, frutarias, desenhistas, garçons, operadores cinematográficos, decoradores.

Possui igualmente fábricas de laticínios, fiação, doces, móveis, gelo, bebidas, colchões, pastificos, farinha e polvilho, brinquedos, tamancos, mosaicos, fogos de artifício. Possui, finalmente, grande número de médicos, engenheiros, advogados, cirurgiões dentistas, veterinários e farmacêuticos suficientes para atenderem à incontável clientela local e de fora do município.

Eleva-se a grande número os melhoramentos públicos e privados de Pinhal. Salientam-se, entre eles, o Palácio da Justiça, o Parque Infantil, a Casa da Criança, a Escola de Comércio, a Maternidade, os Correios e Telégrafos, o Parque Municipal, a Estação de Rádio, o Estádio Municipal «Dr. Fernando Costa», a Igreja Matriz.

O Asilo de Mendicidade de Pinhal, inaugurado em 30 de setembro de 1934, criado pela Assistência Vicentina local, conseguiu diminuir a mendicância urbana.

O Palácio da Justiça — a Basílica da Justiça — de Pinhal é, talvez, o mais completo e suntuoso da hinterlândia paulista. Ele realmente ostenta a harmonia e a perfeição de um edifício grego.

A Escola Profissional Agrícola Industrial Mista Regional, criada pelo Decreto n.º 7.073 de 6 de abril de 1935, constitui outro alto padrão de civilização local. A criação deste magnífico e invejável organismo escolar e técnico, suficientemente completo e especializado, para a obtenção de suas finalidades, era a ardente aspiração do ilustre Dr. ABELARDO DE CERQUEIRA CÉSAR e do saudoso Dr. CAROLINO DA MOTA E SILVA. Pelo Decreto n.º 15.064, assinado pelo então interventor federal em São Paulo, Dr. FERNANDO COSTA, referida Escola passou a ter a denominação de Escola Profissional «Dr. Carolino da Mota e Silva».

O Hospital «Francisco Rosas», primorosamente dirigido pelas Irmãs da Congregação das Filhas de Santana, ali introduzidas, em 12 de abril de 1929 pelo inesquecível Cardeal Dom SEBASTIAO LEME é realização que corporifica outro grande e justo orgulho do povo pinhalense. Por ocasião da missa de 30.º dia de falecimento de seu ilustre e inolvidável fundador — FRANCISCO ROSAS —, a Câmara Municipal trouxe à cidade um orador sacro de reconhecido renome, a fim de fazer-lhe o elogio fúnebre e de honrar-lhe condignamente a augusta e preciosa memória.

Acreditamos que através destas menções e indicações muito superficiais o benevolente leitor encontrará elementos para poder aquilatar, com justeza e sem exageros, a beleza, a grandeza e a prosperidade de Pinhal e de seu rico município, que são verdadeiros orgulhos de São Paulo e do Brasil.

PERSPECTIVAS

Aqui botamos ponto final em nossa afanosa jornada, com a qual tentamos traçar um depoimento singelo e franco a respeito das lutas empreendidas pelo povo de Pinhal em prol de seu progresso e de sua civilização. Deteremos, agora, a exaustiva marcha a fim de descansarmos das canceiras da longa e penosa viagem, com a qual buscamos apresentar a sociogenia do formoso núcleo social pinhalense. Sem embargo, acreditamos que, mirada do alto, vislumburada em visão binocular, a nossa pequena história da civilização pinhalense não parecerá a ninguém tão mediocre e estafante, a menos que se a não despoje dos artificios da mediocridade, da monotonia que adormece; ela terá seduzido as criaturas inteligentes e sensíveis, uma vez que se apresente descoberta e nua, despida do manto pardo ou grisalho do tédio, digno sem dúvida das amenas zombarias do leitor menos indulgente.

Os pinhalenses devem encarar o futuro de sua cidade cheios de tranqüila confiança e de róseo otimismo. Devem olhar para o porvir com fé, entusiasmo e amor. Podem e devem nutrir viva esperança nas alegrias que ainda hão de vir, nos júbilos das novas auroras e dos novos horizontes. Porque a fascinante aventura da civilização pinhalense insinua-se em veredas ora invias, ora claras e luminosas : porque o seu caminho, povoado de vales sombrios, salpica-se igualmente de magníficas poças de luz, esmaltadas de reflexos cambiantes e aveludados, possuindo recantos floridos, sítios bucólicos e apacevíveis, largos e ensolarados painéis, juncados de rosas, enopados de beleza e poesia.

Tudo indica que Pinhal persistirá crescendo em dignidade e em mérito, seguindo metas luminosas e sedutoras, temperadas de força e disciplina, feitas de lutas indefinidamente renovadas, correndo empós de objetivos os mais belos e elevados. Sua constante e infatigável febre de melhoramento surpreende o observador menos sagaz, o extraordinário vigor e a incansável diligência de suas gerações passadas e presentes não decepcionam. Tudo isto vai ser objeto da comovida gratidão dos pósteros.

As perspectivas se abrem. Perspectivas risonhas, perspectivas promissoras. Pinhal prospera, Pinhal progride, Pinhal se engrandece dia após dia. O Divino Espírito Santo certamente observa e acompanha os seus passos, guia os seus passos firmes e resolutos de cidade civilizada, de cidade adiantada, de cidade moderna, de cidade de vanguarda.

Pinhal é um dos mais graciosos sorrisos da terra brasileira. Pinhal é uma das estrelas de primeira grandeza no zodiaco da hinterlândia bandeirante. Pinhal é uma coletividade magnífica, — uma coletividade ro-

busta, sadia, vigorosa, trabalhadora. Pinhal não se encadeia à melancólica e aviltada côrte das «cidades mortas», da expressão cunhada e popularizada por MONTEIRO LOBATO. Pinhal não se incorpora ao vencido e humilhado catálogo das «cidades frouxas», como já se proclamou em famosa e infame frase jornalística local. Pinhal é quase obra exclusiva do trabalho dos pinhalenses. É uma terra que não está jungida à escravatura do passado, não obstante ter sempre reverenciado e cultuado as seivas fundamentais que se originam da tradição, — da tradição que, segundo MARCONDES FILHO, «constitui a força de continuidade histórica, de cujos influxos ninguém, jamais, poderá, impune, se afastar integralmente».

Pinhal venceu e se impôs à simpatia de todas as suas co-irmãs bandeirantes; Pinhal triunfou e hoje ensoberbece todas as suas congêneres nacionais. Pinhal está, mesmo, infalivelmente fadada a realizar as mais compactas e feiticiras vitórias, porque trabalha, porque constroí, porque produz e realiza sem cessar. Pinhal, não há negá-lo, constitui nobre e legítima ufania do Estado e da República, principalmente porque marcha amparado e seguro aos bordões da esperança. Pinhal triunfa, finalmente, porque conta com as bênçãos e com a proteção do Céu.

A exemplo de todas as sociedades humanas, Pinhal é um ser vivo; por isso, evolui sem parar, se transforma sem cessar, se desenvolve num «fieri» perpétuo, se desdobra sem imprevistas flutuações, rumando a todo vapor para um futuro grandioso. O arfar de seu vigoroso coração, as prestigiosas pulsações de sua vida independente, o ritmo harmônico de seu possante progresso, a sistole e a diástole de sua preciosa civilização cobrem de glória as gerações presentes — gerações herdeiras da obra imortal dos antepassados, gerações incumbidas de legar ao porvir, de transmitir ao futuro a seara divina. Seara cuja bendita e maravilhosa colheita constituirá a perene ufania da posteridade.

Nada há de mais belo, para a sinceridade profunda de um coração pinhalense, do que a impressionadora e radiosa beleza desta população em marcha, desta população não galvanizada por vagas e equivocadas noções de progresso, mas com os olhos perpétuamente enfitados nas finímbrias misteriosas do porvir, caminhando resolutamente iluminada e prestigiada pelo trabalho e pela cultura.

Condescendam agora, benévolo leitores, no crepúsculo deste pávido e modesto livro de historiografia pinhalense, que eu cerre os olhos fatigados para melhor poder discernir a beleza toda dessa maravilha humana sem par, dessa maravilha humana seguramente grandiosa: a marcha silenciosa de um povo em busca dos louros do futuro...

Creiam-me, esta é a mais formosa matéria de sonho, de sonho cheio de pensamentos vaporosos, que por ventura possam povoar a mente e o coração de um verdadeiro filho de Pinhal. Permitam-me, pois, que eu interrompa a minha doce digressão, que eu suspenda a faina de minha lírica pena, para adormecer à sombra amiga deste sonho tão lindo...

APÊNDICE

A respeito da queda da Monarquia e a Revolução de Trinta, acontecimentos políticos de alta importância mencionados em capítulos deste livro, fazem-se oportunas as seguintes e preciosas considerações de GILBERTO FREYRE:

«Toda elite, da concepção paretiana de elite, precisa de empregar alguma vez a força — mesmo a elite que domine pela inteligência de suas socializações. E comentando esta parte política da teoria sociológica de PARETO, os Professores HOMANS e CURTIS escrevem que o governo que nunca torna efetivas suas ameaças de empregar a força contra seus adversários, cai: a fase decisiva de uma revolução, pensam eles que é sempre aquela em que o Exército — isto é, a força legal — começa a bandear-se para os rebeldes. Foi o que ocorreu no Brasil com o movimento de que resultou a proclamação da República em face da hesitação do Governo Imperial em empregar a força contra seus inimigos: diante de tal hesitação o Exército foi se passando todo para os Republicanos. Foi, também, o que ocorreu nas imediações de 30, quando o Presidente WASHINGTON LUIZ, em vez de grandes e decisivas violências contra os inimigos da República de 89, não praticou senão meias-violências ou pequenas violências e estas mesmas, quase todas, contra um Estado fraco: a Paraíba do Norte. E que em 1930 a República de 89, no Brasil, chegara àquela fase denominada por PARETO de degeneração, em que faltam à elite agregações persistentes favoráveis ao uso da força e da violência. Em tais fases, generaliza PARETO que, esgotados os recursos de fraudar e enganar as massas e de eliminar, adotar ou subornar os *leaders* populares, através de combinações, estas deixam de ter aplicação prática: não funcionam. Vivendo do seu capital de agregações persistentes, e não mais dos rendimentos, através de combinações, a elite não tem com que enfrentar as revoltas de massa vigorosamente impregnada de agregações persistentes ou dominada, excepcionalmente, por combinações. E quando a elite se torna «humanitária, teórica, visionária» como na França a elite monárquica diante da Revolução: como na Rússia a elite imperial (KERENSKY) diante dos Bolshéviques; como no Brasil a elite imperial (Princesa ISABEL, JOÃO ALFREDO, JOAQUIM NABUCO) diante dos movimentos abolicionista, federalista e republicano. Aqui não deve ser esquecida a ação contrária à elite que muitas vezes desenvolvem os intelectuais saídos dela mas distanciados dos seus principais interesses.»

BIBLIOGRAFIA

Como foi salientado na parte introdutória, o conteúdo desta obra repele a idéia de bibliografia. Deixamos assinalado ali que, ao elaborarmos êste livro de caça à verdade histórica, não esposaríamos outro método, não obedeceríamos outra diretiva senão a compreensão pessoal dos temas e assuntos nêle focalizados. Todavia, embora tratando-se de um trabalho de crítica e de interpretação individual, de puro impressionismo subjetivo, é de conveniência arrolar e nomear aqui algumas fontes de consultas, utilizadas e citadas por nós no texto dêste livro.

- 1 — PACHECO LESSA e TÚLIO DE CAMPOS, Almanaque do Pinhal, 1894, esgotado.
- 2 — ICLÉRICO GOMES, Anuário, S. Paulo, 1918, esgotado.
- 3 — JOÃO NETO CALDEIRA, Album de Espírito Santo do Pinhal, S. Paulo, 1914, esgotado.
- 4 — TRISTAO DE ATHAYDE, Democracia e Demofilia, artigo publicado em o Diário de S. Paulo, ed. de 26/6/1945.
- 5 — RUBENS DO AMARAL, Nada há de novo sob o sol, artigo publicado em a Fôlha da Manhã, S. Paulo, ed. de 27/6/1945.
- 6 — JOÃO PINHEIRO FILHO, Problemas Brasileiros, Editora S. A. A Noite, Rio, s/data.
- 7 — CAIO PRADO JÚNIOR, Formação do Brasil Contemporâneo, Colônia, Livraria Martins Editora, S. Paulo, 1942.
- 8 — AFONSO CELSO, Visconde de Ouro Preto, Livraria do Globo, Porto Alegre, 1935.
- 9 — DJALMA FORJAZ, o Senador Vergueiro, sua vida e sua época vol. I, Oficinas do Diário Oficial, S. Paulo, 1924.
- 10 — AFRANIO PEIXOTO, Poeira da Estrada, 2.a edição, Livraria Francisco Alves, Rio, 1921.
- 11 — RENÉ FULOP MILLER, Os Grandes Sonhos da Humanidade, 2.a edição, Livraria do Globo, Porto Alegre, 1940.
- 12 — PEDRO CALMON, a Princesa Isabel, a Redentora, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1941.
- 13 — PEDRO CALMON, História da Civilização Brasileira, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1933.

- 14 — CANDIDO MOTA FILHO, Introdução à Política Moderna, Livraria José Olimpio Editora, Rio, 1935.
- 15 — CANDIDO MOTA FILHO, Notas de um Constante Leitor, Livraria Martins Editora, S. Paulo, 1960.
- 16 — CANDIDO MOTA FILHO, Alberto Torres e o tema de nossa geração, Schmidt Editor, Rio, 1931.
- 17 — NICOLAU BERDIAEFF, Uma Nova Idade Média, Livraria José Olimpio Editora, Rio, 1936.
- 18 — J. J. ROUSSEAU, O Contrato Social, 2.a edição, Edições e Publicações Brasil, S. Paulo, 1936.
- 19 — ALMACHIO DINIZ, História Racial do Brasil, Cultura Moderna, S. Paulo, 1934.
- 20 — OSWALD SPENGLER, O Homem e a Técnica, Edições Meridiano, Porto Alegre, 1941.
- 21 — JOSÉ INGENIEROS, As Forças Morais, Livraria Progresso Editora, Salvador (Bahia), 1958.
- 22 — PAULO PRADO, Paulística, 2.a edição, Ariel Editora Ltda., Rio, 1934.
- 23 — AZEVEDO AMARAL, O Estado Autoritário e a Realidade Nacional, Livraria José Olimpio, Editora, Rio, 1938.
- 24 — AZEVEDO AMARAL, O Brasil na Crise Atual, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1934.
- 25 — AZEVEDO AMARAL, A Aventura Política do Brasil, Livraria José Olimpio Editora, Rio, 1935.
- 26 — GILBERTO AMADO, A Dansa sobre o Abismo, Ariel Editora Ltda., Rio, s/ data.
- 27 — ALCANTARA MACHADO, Vida e Morte do Bandeirante, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, S. Paulo, 2.a edição, 1930.
- 28 — BAPTISTA PEREIRA, Pelo Brasil Maior, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1934.
- 29 — PANDIÁ CALOGERAS, Formação Histórica do Brasil, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 2.a edição, 1935.
- 30 — AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO, Conceito de Civilização Brasileira, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1936.
- 31 — PLINIO SALGADO, Psicologia da Revolução, Livraria José Olimpio Editora, Rio, 3.a edição, 1937.
- 32 — RONALD DE CARVALHO, Pequena História da Literatura Brasileira, F. Briguiet & Cia., Rio, 4.a edição, 1929.
- 33 — NELSON OMEGNA, Elementos de Sociologia, Livraria João Amendola, Campinas, 1934.
- 34 — A. SABOIA LIMA, Alberto Torres e sua obra, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1935.

- 35 — D. LUDGERO JASPERS, O. S. B. Manual de Filosofia, Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 3.a edição, 1930.
- 36 — A. PICCAROLO, Iniciação à Economia Social, Livraria Editora Record, S. Paulo, 1936.
- 37 — RUY BARBOSA, Discurso pronunciado no Congresso Nacional, 16 de dezembro de 1890.
- 38 — ARISTIDES LOBO, Carta publicada a 18 de novembro de 1889, no Diário Popular de S. Paulo, sob a epígrafe de «Acontecimento Único».
- 39 — LEO AZEREDO, São Paulo, (1941-1945), Gráfica São José, S. Paulo, s/ data.
- 40 — ALEXANDRE MARCONDES FILHO, Vocações da Unidade, Livraria José Olimpio Editora, Rio, 1941.
- 41 — JOAQUIM PIMENTA, A Questão Social e o Catolicismo, Livraria Carvalho Editora, Rio, 2.a edição, 1936.
- 42 — PAULO M. DE LACERDA, Princípios de Direito Constitucional Brasileiro, vol. 1.º, Livraria Azevedo Editora, Rio, 1929.
- 43 — ALBERTO JORGE, O Treze de Maio, discurso, Gráfica Jannini, Pinhal, 1946, esgotado.
- 44 — GILBERTO FREYRE, Sociologia, 1.º e 2.º vols., Livraria José Olimpio Editora, Rio.

PUBLICAÇÕES CONSULTADAS

- 1 — Arquivo Pinhalense, vols. I e II, publicados pelo Museu e Biblioteca «Doutor Vergueiro César», Pinhal.
- 2 — Coleções de jornais antigos, pertencentes ao Museu e Biblioteca «Doutor Vergueiro César»: Cidade do Pinhal, de 1914 a 1916; A Notícia, de 1920 a 1930; A República, de 1903 a 1905; A Voz do Povo, de 1921 a 1922; A Resistência, de 1906 a 1909.
- 3 — Mensageiro Paroquial, redatoriado pelo Padre Virgílio Morato, n.º 1, Pinhal, 1905.
- 4 — Álbum do Jubileu Episcopal de D. Sebastião Leme, Rio, 1936.
- 5 — Revista do Serviço Público, editada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, vol. 1, n.º 2, fevereiro, Rio, 1945.

NOTA

A parte final do capítulo denominado «FUNDAÇÃO», foi redigida sob direta sugestão que recebemos do cap. GENTIL RIBEIRO DE OLIVEIRA MOTA, grande sabedor da história de Pinhal.

INDICE

	Pgs.
I — Introdução	11
II — Pré-História	17
III — Fundação	23
IV — Periodo Monárquico	35
V — Fase Republicana	47
VI — Abolição da Escravatura	65
VII — Revolta de Agôsto	87
VIII — Revoluções	101
IX — Revolução de Vinte e Quatro	105
X — Revolução de Trinta	113
XI — Revolução de Trinta e Dois	121
XII — Últimos Anos	127
XIII — Perspectivas	139
XIV — Apêndice	141
XV — Bibliografia	143

Tipografia _____
SANTA LUZIA
_____ PINHAL